



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 127

IV Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 20 de outubro de 2023

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Lubélio Mendonça e Marco Costa, substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado Carlos Freitas*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 03 minutos.

Após a chamada das Sras. e dos Srs. Deputada/os, deu-se continuidade ao debate do [Projeto de Resolução n.º 150/XII – “Prevenção e combate à violência obstétrica nos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, no qual intervieram a Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*), os Srs. Deputados Rui Martins (*CDS-PP*) e António Lima (*BE*), a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), os Srs. Deputados Nuno Barata (*IL*), João Bruto da Costa (*PSD*), a Sra. Deputada Salomé Matos (*PSD*) e os Srs. Deputados Carlos Furtado (*IND*) e Pedro Neves (*PAN*). Ainda no âmbito deste debate, para uma interpelação, usou da palavra o Sr. Deputado António Lima (*BE*).

Colocado à votação, o diploma em apreço foi aprovado por unanimidade.

De seguida, passou-se à apresentação e discussão [do pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 185/XII – “Pela implementação de medidas de combate à obesidade infantil”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a intervenção do Sr. Deputado Tiago Lopes (*PS*), usaram da palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*), para uma interpelação à Mesa, bem como as Sras. Deputadas Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*) e Salomé Matos (*PSD*) e os Srs. Deputados Nuno Barata (*IL*), Paulo Estevão (*PPM*), José Pacheco (*CH*) e Pedro Neves (*PAN*).

Submetido à votação, o pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Continuando com os trabalhos, o Sr. Presidente deu a palavra à Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*) para justificar o [pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 186/XII – “Recomenda ao Governo Regional que manifeste disponibilidade para integrar na administração pública regional os trabalhadores da autarquia da Praia da Vitória em processo de despedimento”](#), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Assim, passou-se à apresentação e discussão do [Projeto de Resolução n.º 186/XII – “Recomenda ao Governo Regional que manifeste disponibilidade para integrar na administração pública regional os trabalhadores da autarquia da Praia da Vitória em processo de despedimento”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, tendo intervindo no debate a Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*), o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*), os Srs. Deputados José Pacheco (*CH*), Berto Messias (*PS*), Nuno Barata (*IL*), Carlos Furtado (*IND*), Pedro Neves (*PAN*), Luís Costa (*PSD*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Paulo Gomes (*PSD*), Paulo Estevão (*PPM*), António Lima (*BE*) e João Bruto da Costa (*PSD*).

Tendo sido colocado à votação, o projeto de resolução foi aprovado por maioria.

Ainda no âmbito deste debate, proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Nuno Barata (*IL*), Carlos Furtado (*IND*) e Berto Messias (*PS*), a Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*), bem como os Srs. Deputados Paulo Estevão (*PPM*), José Pacheco (*CH*) e Pedro Pinto (*CDS-PP*).

Posteriormente, o Sr. Deputado José Pacheco (*CH*) procedeu à apresentação do [pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 188/XII – “Recomenda ao Governo Regional um Plano de Habitação a Longo Prazo para os Açores”](#).

Neste debate, intervieram os Srs. Deputados Paulo Estevão (*PPM*) e José Pacheco (*CH*), a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), o Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*), a Sra. Deputada Ana Luís (*PS*) e o Sr. Deputado António Lima (*BE*).

Submetido à votação, o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi rejeitado, tendo a iniciativa baixado à Comissão.

Por fim, para uma declaração de voto, usou da palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado (*IND*).

Entrando no ponto 18 da Agenda, [pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 189/XII – “Pelo recrutamento e dotação mínima de assistentes operacionais nas escolas”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, usou da palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca (*PS*). Colocado à votação, o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos prosseguiram com o [Projeto de Resolução n.º 189/XII – “Pelo recrutamento e dotação mínima de assistentes operacionais nas escolas”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação da iniciativa pelo Sr. Deputado Rodolfo Franca (*PS*), proferiram intervenções os Srs. Deputados António Lima (*BE*), Paulo Estevão (*PPM*) e Nuno Barata (*IL*), as Sras. Deputadas Délia Melo (*PSD*), Catarina

Cabeceiras (*CDS-PP*) e Ana Luís (*PS*), bem como a Sra. Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*).

Tendo sido colocado à votação, o projeto de resolução foi aprovado por unanimidade.

Por fim, foi aprovada, por unanimidade, a **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de outubro de 2023.**

Os trabalhos terminaram às 17 horas e 18 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias Regionais.

Eram 10 horas e 04 minutos.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Maria Isabel Góis Teixeira

Joana Pombo Sousa Tavares
João Vasco Pereira da Costa
José Manuel Gregório de Ávila
José António Vieira da Silva **Contente**
José Gabriel Freitas **Eduardo**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
Lubélio de Fraga **Mendonça**
Manuel José da Silva **Ramos**
Mário José Dinis **Tomé**
Marta Ávila **Matos**
Patrícia Maria Melo **Miranda**
Rodolfo Paulo Silva Lorenzo da **Franca**
Sandra Micaela Costa Dias **Faria**
Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**
Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**
Maria **Valdemira** **Gouveia** Andrade **Carvalho**
Vasco Alves **Cordeiro**
Vílson Filipe da Costa **Ponte** **Gomes**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**
Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**
António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**
Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**
Délia Maria **Melo**
Elisa Lima de **Sousa**
Flávio da Silva **Soares**
Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Alberto Garcia Castro Pereira da **Costa**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Carlos Cota **Soares**

Marco José Freitas da **Costa**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Duarte **Gomes**

Ricardo Beato Gomes **Vieira**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares **Manes**

António Manuel Raposo **Lima**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Chega (CH)

José Eduardo Cunha **Pacheco**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Independente

Carlos Alberto Borges Rodrigues **Furtado**

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, nós estávamos, ontem, quando encerrámos os nossos trabalhos, no ponto 9 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 150/XII: Prevenção e combate à violência obstétrica nos Açores.**

Estava inscrita a Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto. Pergunto se mantém a inscrição?

Pode prescindir, Sra. Secretária. Não prescinde. Faça favor.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi):** Bom dia. Muito obrigada, Sr. Presidente.

Exm.º Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, no calor da discussão de ontem, porque me parece importante o esclarecimento.

Eu penso que a grande questão do preâmbulo, e sem querer voltar à discussão, se deve pelas palavras que estão lá escritas, porque nunca, em nenhum dos parágrafos do preâmbulo, consta o esclarecimento de que as técnicas que são efetuadas são, obviamente, necessárias, porque está em causa o bem-estar do bebé. Daí a necessidade daquelas técnicas terem de ser efetuadas. Eu penso que,

para aliviar toda a carga negativa que consta no preâmbulo, bastaria um pequeno esclarecimento sobre esta situação. Agora, é diferente, e daí a nossa concordância em que, sim, as mulheres têm de ser informadas da possibilidade de terem de ser efetuadas, no decorrer do trabalho de parto, as referidas técnicas.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Penso que por aí o Bloco podia ter inovado, podia ter tido outra postura.

Gostaria também de aproveitar para valorizar, mais uma vez, todo o trabalho que é feito pelos nossos profissionais de saúde, toda a dedicação, todo o reconhecimento que, diariamente, têm nas demais dificuldades que surgem, quer em ilhas com hospital, quer em ilhas sem hospital, e dizer que este Governo continua e continuará sempre a valorizar o seu trabalho. Prova disso tem sido o enorme esforço que tem sido feito desta governação, na valorização das carreiras, quer de médicos, quer de enfermeiros, quer de TSDT, quer, inclusive, das carreiras gerais. E dizer que, hoje, ao longo deste mês, conforme os nossos compromissos assumidos, ao nível dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, o diploma que foi aprovado está praticamente concluído. Faltam, obviamente, situações pendentes à sua resolução, situações que já tínhamos identificado e que vamos continuar a trabalhar para que, o quanto antes, se encerre, de uma vez por todas, esta valorização.

Deputado António Lima (BE): O que é que isso tem a ver com o assunto?!

A Oradora: Em relação aos enfermeiros, também dizer que, grosso modo, tudo o que era a situação alocada ao diploma que nós todos aqui aprovámos por unanimidade, em maio, a grande maioria dos enfermeiros desta Região estão atualmente reposicionados.

Avançamos agora para a segunda fase, que dirá respeito ao pagamento de um plano de retroativos, como seria expectável, e que o Governo continuará a

desenvolver esse trabalho, porque, efetivamente, o Serviço Regional de Saúde é de todos e para todos e é mais forte com a motivação de todos. Muito obrigada.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não estava para intervir, aliás, como foi visível no debate de ontem, este não foi um documento que eu tivesse trabalhado em Comissão. Obviamente que discutimos internamente no partido, mas a razão que me leva a inscrever tem a ver exatamente com, ontem, o fim dos trabalhos e com aquilo que foram, no fundo, as últimas intervenções antes do encerramento dos trabalhos. Porque, esta semana, ouvimos, por várias vezes, noutros pontos desta Agenda, a conotação de que a esquerda é que é progressista e que a direita será conservadora, mas, obviamente, feita numa perspetiva depreciativa, como sendo a direita retrógrada, defensora de valores como que se esses valores não dissessem respeito e não fossem representativos da nossa sociedade. E por isso inscrevi-me, única e exclusivamente.

Não querendo reacender o debate em torno desse tema, mas para que ficasse aqui bem claro que, da parte do CDS, repudiamos em absoluto aquilo que foi a intervenção do Sr. Deputado Tiago Lopes. Porque, em primeiro lugar, o Sr. Deputado Tiago Lopes, num comportamento absolutamente machista e

misógino, utiliza para folclore aquilo que é uma condição associada à maternidade, tentando denegrir ou, pelo menos, usando esse folclore.

Deputada Ana Luís (PS): Paciência!

O Orador: É duplamente mau! Duplamente mau, porque, primeiro, dirige-se a um colega deputado, a um deputado eleito desta Casa, um representante dos açorianos, utilizando uma expressão que, obviamente, nada tem a ver com aquilo que é a paternidade ou com aquilo que é associado a um indivíduo do sexo masculino, e tenta fazer folclore com aquilo que é uma condição associada à maternidade, depreciando também aquilo que é eventualmente a condição que uma mulher sente...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... nesses momentos e em que poderá estar mais ou menos emocional, mais ou menos suscetível a determinados fatores externos.

Por isso, é, única exclusivamente, para dizer que este Parlamento, na ótica do CDS, não deve permitir que se use esse tipo de folclore. E digo isto também porque, obviamente, o Sr. Deputado Tiago Lopes fez essas afirmações e foi aplaudido pela bancada do Partido Socialista, e isso nós reprovamos.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado António Lima, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Intervenho neste debate não para falar exatamente sobre o conteúdo da proposta, mas para falar sobre a postura dos partidos da coligação e do Governo neste debate.

A coligação e o Governo não tinham a coragem de reprovar e de chumbar esta iniciativa,...

Deputada Ana Luís (PS): Ora aí está!

O Orador: ... porque ela é demasiado importante para muitas pessoas nos Açores e para muitas mulheres nos Açores, e, como não tinham coragem para a chumbar,...

Deputada Elisa Sousa (PSD): O Bloco faz isso sozinho, não precisa de ajuda!

O Orador: ... tinham de arranjar alguma coisa para denegrir o Bloco de Esquerda, e, então, o que encontraram não foi o que o preâmbulo diz,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nós não precisamos encontrar nada para isso, os senhores encontram sozinhos!

O Orador: ... foi o que o preâmbulo não diz.

Primeiro, era o que o preâmbulo dizia, que denegria os profissionais de saúde, que não reconhecia o que os profissionais de saúde faziam, o seu trabalho; depois, vem a Sra. Secretária dizer, afinal, é porque o preâmbulo não reconhece algum do trabalho, as pessoas. Oh, Sra. Secretária, isto é perfeitamente lamentável.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Lamentável é a sua postura!

O Orador: Quando querem reprovar uma iniciativa, tenham a coragem de o fazer e não venham para aqui inventar argumentos que não existem, que não foram capazes de dizer uma única frase que está naquela iniciativa, ou que tenha sido dita, que é desmerecedor do trabalho, seja de quem for.

Por isso, este é um debate absolutamente lamentável sobre um assunto que é importante e que a coligação tentou fazer dele uma mera arma de arremesso político. E isso diz muito da postura da coligação e da sua valorização, das mulheres, das grávidas, das mães desta Região.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Isso é uma fantasia!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Acho que é lamentável o discurso que acabámos de assistir...

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: ... pela parte do Sr. Deputado promotor deste debate.

Eu, como mulher, como mãe, sinto vergonha das palavras que o senhor acabou de proferir! Não ouviu de nenhuma parte de qualquer partido, independentemente da concordância ou não do preâmbulo, que esta não era uma iniciativa importante; ouviu da parte do Governo que era tão importante que considerávamos que a questão da literacia para a saúde era essencial para esclarecimento desta situação às mulheres que são internadas. E também ouviu da minha parte que era lamentável que no preâmbulo, apesar de todo o sentido negativo,...

Deputado António Lima (BE): Qual sentido negativo?

A Oradora: ... nunca informasse nem esclarecesse que aquelas técnicas são essenciais para garantir, muitas vezes, o bem-estar do bebé.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Sabe o que é que acontece se não fizerem essas técnicas? O senhor, por acaso, sabe o que é que acontece se essas técnicas não forem executadas? Sabe? Não sabe. Então, tenha cuidado antes de abrir a boca.

Agora, uma coisa é fazerem as técnicas de forma necessária, outra coisa é fazerem de forma rotineira, como se pusessem em causa a técnica dos profissionais de saúde que fazem o parto. E é isso que é lamentável neste debate. Não é aceitar que essas técnicas são necessárias, muitas vezes para salvar o bebé, como serão feitas de forma rotineira. E aí é que é preciso informar as mulheres para isso não acontecer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E mais! Desde a audição desta iniciativa que o Governo valorizou a mesma e disse que era necessário a promoção da literacia. Até a própria realização do inquérito anónimo, que concordaríamos, e que até nesse inquérito...

Deputado António Lima (BE): Concordariam ou concordam?

A Oradora: ... deveríamos acrescentar a execução dessas técnicas.

Portanto, os senhores do Bloco de Esquerda é que não entenderam qual era a posição do Governo desde o início.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Após a intervenção do Sr. Deputado António Lima, não posso deixar de dizer que, efetivamente, é mais um exemplo de que o Bloco de Esquerda vê sempre o copo meio vazio,...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Exatamente!

A Oradora: ... e este preâmbulo é exatamente isso, e foi isso que foi transmitido, ao longo do debate de ontem, sobre esta matéria.

A verdade é que já nos posicionamos diversas vezes contra propostas do Bloco, como a favor, e fazemos sempre uma análise séria daquilo que entendemos que é a iniciativa que está em causa. E foi isso que aconteceu dentro do Grupo Parlamentar: ao analisar a iniciativa, sempre dissemos que era uma matéria sensível, pertinente, que tinha de ser objeto de debate, de clarificação, de que éramos a favor de medidas que promovessem a qualidade destas experiências, na altura, por exemplo, do parto, da gravidez. Sempre dissemos! E sempre dissemos que concordávamos com os pontos resolutivos. Agora, o senhor deputado, e é essa a nossa interpretação sobre aquilo que é o preâmbulo, é que pegaram em dados a nível europeu, a nível mundial, em que num dos estudos, como o *IMAGINE EURO*, contou com 58 açorianas, o que, no nosso entender... Claro que estas percentagens têm de ser as que foram possível quando representam 2,2 dos partos que existem, por ano, na Região, e, como tal, extrapolou e colocou estes dados aqui, por forma a que fosse dado a entender que era esta a realidade na nossa Região, o que nos parece que não é significativo. Exatamente por isso é que, relativamente ao ponto um, que promove o estudo, entendemos que este, sim, é necessário para percebermos também qual é a nossa realidade regional.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Exatamente!

A Oradora: E foi isto que sempre dissemos desde a primeira hora.

Portanto, para além de que também, até este próprio... O senhor diz: “Ah, não estamos aqui para desmerecer ninguém, para colocar em causa o trabalho de ninguém”. Mas quando dizem que existiram queixas...

Deputado António Lima (BE): Foram dados pelo Governo!

A Oradora: ... de violência obstétrica em dois hospitais e que as mesmas foram desvalorizadas, qual é esta informação? Foram desvalorizadas por quem? Pela Secretaria?

Deputado António Lima (BE): Pelo Governo!

A Oradora: Pelo Governo? Pelo Conselho de Administração? Foram desvalorizadas por quem?

(Aparte inaudível do Deputado Rui Martins)

A Oradora: Não quer também levantar aqui uma suspeita sobre alguém? Não é isto que faz este parágrafo?

(Apartes inaudíveis da Câmara)

A Oradora: É o que entendemos que é, que é isso que faz. E foi essa a nossa análise que fizemos, desde a primeira hora, legitimamente, que, apesar de que nunca seria esta abordagem que faríamos esta temática, mas que concordávamos com aquilo que estava nos pontos resolutivos.

Por isso, acho que não vale a pena estarmos, hoje, todos aqui a querer inverter aquilo que foi o debate. O debate foi o que foi, está gravado, vai ficar no Diário das Sessões e foi esta sempre a posição e, por isso, acho que não faz sentido nenhum vir aqui, hoje, querer inverter todo aquilo que foi o debate que existiu sobre esta temática.

Deputados João Bruto da Costa (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só porque, há bocadinho, esqueci-me de fazer uma última intervenção e porque acho que me parece importante.

Primeiro do que tudo, acho lamentável e continua a existir esta postura do Bloco de Esquerda.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ele nem sequer falou!

A Oradora: Se o Governo...

Já disse que...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

A Oradora: Exatamente!

Já disse que vou voltar – não tenho sequer de justificar –, mas vou voltar a fazer a minha intervenção perante alguma coisa que me esqueci de dizer. Primeiro, se o Governo deu os dados (e foi o Governo que deu os dados, portanto, está aí toda a transparência) na Comissão, deu os dados através de um relatório.

Deputado António Lima (BE): Tinha de dar, é uma obrigação!

A Oradora: Portanto, não há aqui qualquer necessidade de omitir aquilo que é factual. E podem esperar, da minha parte e da parte deste Governo Regional, a transparência sobre um assunto que é tão sensível e que diz respeito às mulheres. Portanto, é lamentável.

Se o Governo tem os dados e não disponibiliza, está a omitir. Eu já disse aqui que tenho os dados de dois relatórios de dois hospitais, falta um relatório de um hospital. Assim que o tiver, com toda a transparência, irão ser publicados para que toda a gente possa ter acesso à tal circular normativa de 2019, que, só ao fim de quatro anos, é que terá os primeiros relatórios.

Para terminar mesmo, demonstrar a minha solidariedade também com o Sr. Deputado Paulo Estêvão...

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

... e lamentar, mais uma vez, esta postura de apelar o Governo de direita e a coligação da direita como algo, quase como se fosse um fantasma, quase que não tivéssemos aqui qualquer tipo de pudor ou de intenção em perceber o que é que se passa com a violência obstétrica nos Açores, quase que é algo que nós queremos esconder, nós não queremos sequer reconhecer que existe, exatamente. E, portanto, eu não consigo perceber como é que se mete a capacidade de um deputado em causa, um deputado que tem dado aqui cara por “n” causas, obviamente, muito pouco até agora faladas na Região,...

Deputada Ana Luís (PS): Menos!

A Oradora: ... e que sempre defendeu as mulheres sem que houvesse aqui qualquer sentido, quase como machismo.

Deputada Ana Luís (PS): A senhora não esteve sentada aqui na última legislatura. Devia ter vergonha do que está a dizer!

A Oradora: Eu não consigo perceber isto! E apelidar este Sr. Deputado com síndrome pré-natal é algo que eu acho que é hediondo, quase. E, portanto, acho triste que num debate tão sensível como a violência obstétrica se venha falar de um síndrome pré-natal. Tenham respeito por todos os partos que, infelizmente, não correm bem.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária.

Sr. Deputado António Lima, pede a palavra para? Uma interpelação. Faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, eu gostaria de perguntar à Mesa se o Bloco de Esquerda ainda tem tempo. É porque eu gostaria de continuar o debate, só que o Governo continua a fazer intervenções em cima de intervenções sem que o Bloco de Esquerda possa responder. Queria perguntar se ainda temos tempo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Efetivamente o Bloco de Esquerda já esgotou o seu tempo para o debate deste diploma.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nem era para intervir neste debate, mas, atendendo ao rumo que levou, não posso deixar de dizer duas coisas.

A primeira é, desde logo, lamentar, apesar do Bloco de Esquerda não ter tempo para me responder,...

Deputado António Lima (BE): Agora é que vem criticar? Isso é desleal!

O Orador: O Sr. Deputado tivesse poupado o seu tempo...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: ... como eu geri o meu.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Exatamente!

Deputado António Lima (BE): Isso é desleal! Isso é desleal!

O Orador: O Sr. Deputado tivesse poupado o seu tempo como eu geri o meu em vez de ter estado aí...

Deputado António Lima (BE): Isso é desleal! Isso é desleal!

O Orador: ... (em vez de ter estado aí!) o tempo todo a dizer coisas que ninguém aqui, nestas bancadas, disse. O Sr. Deputado António Lima e o Bloco de Esquerda têm sido, ao longo desta legislatura, que é aquela que conheço melhor, useiros e vezeiros (useiros e vezeiros!), em, a reboque de coisas com as quais todos nós concordamos (a reboque de coisas com as quais todos nós concordamos!), escrever preâmbulos com os quais nós somos obrigados a discordar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

E, portanto, isto obriga-nos a votar favoravelmente os pontos resolutivos do Bloco de Esquerda, mas não nos desobriga de discordar daquilo que está escrito no preâmbulo, nas notas preambulares do projeto de resolução, com o devido respeito.

(Aparte inaudível)

O Orador: E é preciso termos aqui em consideração, nomeadamente aquilo que a Sra. Secretária Regional disse sobre as manobras.

Não é só na obstetrícia que existem manobras, eu diria, mais robustas. Na odontologia também existe! Existe em quase todas as patologias manobras às quais, muitas vezes, os médicos têm de recorrer e que não são agradáveis para o doente, como é óbvio.

Agora, aquilo que aqui se está a fazer, nesta nota preambular, é uma espécie de julgamento político das decisões que são tomadas pelos clínicos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Exato! Muito bem!

O Orador: E é por isso que nós somos obrigados a discordar. Sim, senhor. Nós somos a favor que se estude, nós somos a favor que se tenha mais dados. Aliás, nós até achamos estranho que não existam dados, até achei estranho, ontem, a Sra. Deputada Andreia Cardoso dizer que não havia dados, que precisávamos de conhecer dados. Afinal, o que é que fizeram durante os 24 anos para trás? Não tiveram dados! Aliás, esse é um dos grandes problemas da nossa Região, na saúde e muitos outros setores: é que nós não temos dados. Como é que se tomam decisões, como é que se podem tomar decisões sem se ter conhecimento da realidade? Nós não temos dados! Nós continuamos, na saúde, por exemplo, sem ter estudos de morbilidade. Eu não sei como é que é possível! Eu era deputado nesta Casa, em 1997, e já se falava desse assunto! Eu volto a esta Casa, 25 anos depois, e continua-se a falar do mesmo assunto. Como é que é possível?

Trata-se do bem-estar e da saúde dos açorianos.

Deputado Pedro Neves (PAN): O Bloco de Esquerda mete números e você não concorda!

O Orador: Trata-se da saúde e do bem-estar dos açorianos.

(Aparte inaudível do Deputado Pedro Neves)

O Orador: E uma nota final, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, porque este é um diploma...

Deputado Pedro Neves (PAN): Tinham de dizer alguma coisa!

O Orador: ... que enferma da síndrome da unanimidade. É sempre assim, infelizmente. Porque nós temos de concordar com os pontos resolutivos e discordar daquilo que é a nota preambular desse diploma.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, pede a palavra para?

(* **Deputado António Lima (BE):** Para uma interpelação.

Presidente: Uma interpelação. Tem a palavra.

(* **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, nós estamos, desde ontem, num debate que já dura talvez há mais de duas horas.

Gostaria, em primeiro lugar, de perguntar quantos partidos intervieram neste debate. Em segundo lugar, gostaria de perguntar se a Iniciativa Liberal não poderia ter intervindo quando o Bloco de Esquerda tinha tempo.

(Burburinho geral)

O Orador: E, em terceiro lugar, gostaria de perguntar, muito sinceramente, à Mesa e ao Senhor Presidente, se considera leal um grupo parlamentar, uma representação parlamentar manter-se calada, durante mais de duas horas, e só tomar da palavra para criticar o proponente de uma iniciativa, quando o mesmo já não tem tempo.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Sr. Deputado António Lima, naturalmente existem algumas questões que eu não posso responder porque não... Avaliar a lealdade... O que registo é que cada um fará a gestão do tempo que entender, e, portanto...

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Para uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, a este propósito, para interpelar a Mesa no sentido de o Sr. Presidente poder esclarecer a Casa e os açorianos.

Longa parte do debate foi feita, ontem, ao final do dia, e, hoje, o debate reiniciou-se. Eu queria perguntar ao Sr. Presidente se é ou não verdade que o Sr. Deputado António Lima, do Bloco de Esquerda, quando participou no debate, esta manhã, e esgotou o seu tempo, não interpelou todos os outros dizendo uma coisa que os outros tinham dito e que não era verdade, conforme foi esclarecido posteriormente. Queria perguntar a Vossa Excelência se não foi o Deputado António Lima e o Bloco de Esquerda que reiniciaram o debate de ontem.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Os senhores têm acesso, logo depois de acabarem de intervir, ao plenário *online*, onde conseguem ver os vídeos todos. Portanto, não perguntem ao Presidente o que é que foi dito, o que é que não foi dito, é melhor confirmarem.

Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra apenas para dizer que a gestão do meu tempo e a gestão do tempo de um deputado único é uma coisa muito difícil de fazer. E, ontem, quando estavam aqui debatendo, passo a expressão, o “sexo dos anjos”, eu estava tratando de outros assuntos, como é óbvio. Como é óbvio! Porque este assunto estava resolvido. Este assunto podia ser resolvido em 10 minutos, nesta Casa, se o Bloco de Esquerda não tivesse escrito, nas notas preambulares, aquilo que escreveu.

Deputado António Lima (BE): Ah, o Bloco de Esquerda!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Se de algumas bancadas da esquerda não houvesse um discurso misógino em relação à direita.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Se de algumas desta Casa não houvesse ataques pessoais (ataques pessoais!) às outras bancadas.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E, portanto, o deputado da Iniciativa Liberal, que gere o seu tempo da maneira que bem quer e entende, e ninguém tem nada a ver com isso, ninguém tem nada a ver com a forma como o deputado da Iniciativa Liberal gera o seu tempo e as iniciativas em que intervém ou aquelas em que prefere não interviria e apenas votar, só hoje pediu a palavra para referir isso mesmo, que nós todos vamos votar favoravelmente esta iniciativa, mas isso não nos inibe nem nos deve inibir de contestar a forma como está escrita a nota

preambular deste diploma, e nem podemos deixar passar a forma como foram feitos aqui ataques pessoais, ataques diretos e misóginos às outras bancadas parlamentares.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sra. Deputada Salomé Matos, faça favor.

Deputada Salomé Matos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito telegraficamente. Da parte do Grupo Parlamentar do PSD, o tema é pertinente, é relevante, mereceu, desde a primeira hora, o nosso acolhimento e respeito, como todas as iniciativas.

O enquadramento é pouco claro, é gerador de dúvidas e mostra desconhecimento científico.

A nossa posição será sempre contra qualquer má prática, contra prática abusiva na área de obstetrícia ou qualquer outra. O nosso voto, afirmámo-lo, ontem, é favorável.

A oportunidade de dar opinião e ser aceite é democracia, e, portanto, deveria ser acolhido sem contraditório.

Um aplauso para o trabalho que os profissionais de saúde fazem, o caminho que têm trilhado e, principalmente, para as mulheres, para as famílias que, neste caso específico da obstetrícia, têm um papel de destaque,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... resultado do trabalho que foi feito durante anos e, principalmente, do trabalho que é feito durante todo o acompanhamento da

gravidez, que lhes permite terem o conhecimento para não serem tratados como uns coitadinhos, e, portanto,...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: ... ocuparem um lugar de destaque neste processo.

Da nossa parte, votaremos favoravelmente esta iniciativa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (IND):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: Também era para não intervir neste debate.

Eu acho que a forma mais justa de reconhecer o que é ser mãe, o que é ser mulher é que este debate tivesse tido elevação, e, a partir do preâmbulo, percebemos que ele não caminhava para a elevação. E eu achei, na altura, que a forma melhor de dar resposta e a resposta adequada às mães e mulheres da nossa terra seria não dar azo à forma provocatória do preâmbulo.

Por esta razão não ia intervir, mas, sinceramente, o nível do debate chegou a tal altura que eu não posso deixar de dizer que é lamentável que as mães e mulheres desta terra, neste debate, tenham servido de arma de arremesso entre bancadas. Lamentavelmente, isso aconteceu, e que as mães e mulheres desta terra percebam isso.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vai ser votado favoravelmente por todas as bancadas, mas temos aqui um problema grave de preâmbulo. Eu já vi preâmbulos bem piores do Bloco de Esquerda, em que deviam...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Acredito!

O Orador: Não! Bem piores no aspeto que deixava as outras bancadas mais desconfortáveis.

(Aparte inaudível do Deputado António Lima)

O Orador: Não entendo! Eu estou a ser o mais honesto possível. Não entendo qual é que será o problema deste preâmbulo, quando este preâmbulo é uma nota introdutória, uma pequena resenha histórica com números de dados concretos de estudos feitos aos níveis nacional, europeu e mundial, e, depois, dizer, à partida, se queremos prevenção, isto é o que queremos retirar completamente do espectro relativamente à obstetrícia, neste caso, dentro da gravidez até ao parto. E é isto que nós temos. E vê-se, todas as bancadas, que houve um problema grave com o preâmbulo. A mim faz-me confusão, porque eu, e eu estou a ser honesto, não estou a ser cínico nem sarcástico, não vejo qualquer problema com isto, e já vi preâmbulos em que nós aproveitamos e atacamos mesmo as outras bancadas. E não é o que acontece, não vejo nenhum ataque direto nem velado nem a uma bancada politicamente nem a nenhum profissional. E eu não verifico isto e por isso vejo essa confusão. Contudo...

Deputado Nuno Barata (IL): Não vale a pena!

O Orador: Não vale a pena! O Sr. Deputado Nuno Barata acha que não vale a pena! Pronto! Ou pensam comigo ou, então, não vale a pena. Não vale a pena,

toda a gente tem de pensar como eu, então, não vale a pena. Mas eu fiz uma boa gestão do tempo e, então, posso falar.

(Aparte inaudível do Deputado Nuno Barata)

O Orador: Claro, claro!

Mas como tudo na democracia, nós podemos dizer o que quisermos, até a um limite,... obviamente, para dar os nossos posicionamentos sobre qualquer iniciativa que apareça, agora, dou também a minha opinião política: aquilo que aparenta ser diálogo, que é bom e toda a gente concorda, mas a gente tem que esvaziar um bocadinho a qualidade desta iniciativa e vamos ter de dizer uma coisa para a coisa passar, passar assim de viés.

(Burburinho na sala)

O Orador: E foi o que me pareceu (e foi isso que me pareceu!).

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Vamos passar à votação deste projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 150/XII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos avançar na nossa ordem de trabalhos.

O ponto 10 já foi apreciado.

Avançamos para o ponto 11: **Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 185/XII “Pela implementação de medidas de combate à obesidade infantil”**. É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes. Faça favor.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar apresenta este projeto de resolução pela implementação de medidas de combate à obesidade infantil e pede a sua urgência na apreciação em Comissão devido àquilo a que nós assistimos relativamente à inversão da tendência da diminuição que se estava a registar naquilo que concerne ao excesso de peso e à obesidade infantil.

Segundo dados do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, e que vou passar a citar: “Entre 2008 e 2019, todas as regiões do país mostraram uma redução na prevalência de excesso de peso, incluindo obesidade, sendo que o decréscimo mais acentuado foi registado nos Açores, com uma diminuição de 10,7 pontos percentuais nesses 11 anos”. Isto são dados do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge.

E aquilo que nós assistimos atualmente é uma regressão de 15 anos. Recuamos 15 anos a dados que remontam a 2008, altura em que se começou a fazer o estudo sobre a prevalência do excesso de peso e de obesidade infantil.

Atualmente, na Região Autónoma dos Açores, das crianças entre os 7 e os 8 anos de idade, 43 % possuem excesso de peso e 22,8 % possuem obesidade infantil. Comparando com 2019, no que no que diz respeito ao excesso de peso, nós tínhamos 35,9 % e, comparando com 2008, tínhamos 46,6 % de excesso de peso, precisamente a mesma taxa que nós temos atualmente, 22,8 % naquilo que concerne à obesidade infantil (a pandemia, no nosso entendimento, por si só não pode explicar a magnitude destes números), ao passo que, no todo nacional, e o excesso de peso e obesidade aumentaram cerca de 2 %, na Região Autónoma dos Açores, aumentaram 7,1 %.

E, portanto, estes valores ainda são efetivamente motivo de chamada de atenção para todos e é preciso comparar mesmo até com outras realidades, e a Região, neste momento, não é só a pior a nível nacional, como tem os piores indicadores do que, imagine-se, os Estados Unidos da América. Estes valores estão acima dos verificados atualmente nos Estados Unidos da América.

E, portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, perante estes resultados, no entendimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é urgente atuar, recuperar boas práticas, recorrer a novas formas de olhar este problema e recorrer a novas formas de atuar, sobretudo atuar. Não podemos mais ficar à espera de um plano regional de saúde ou de um plano de nutrição das escolas, que não temos até ao momento, e o alerta já foi feito, ainda há poucos dias, a nível nacional. Nós, se continuarmos neste caminho, daqui a sete anos, iremos ter obesidade e a má alimentação a matar mais do que o tabaco.

Deputado Gustavo Alves (PPM): É fazer como fizeram na pandemia, pôr polícias à beira da mesa!

O Orador: E, portanto, perante a gravidade destes números, como eu disse, no nosso entendimento, é urgente atuar e, por isso, apelamos a todos que concordem com a urgência desta iniciativa da sua apreciação em Comissão.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência.

Sra. Secretária Regional, uma interpelação?

Para uma interpelação, tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Sr. Presidente:

É porque, sinceramente, após ouvir o discurso do Sr. Deputado Tiago Lopes, em que faz afirmações alarmistas para os açorianos e que não correspondem à verdade, mas eu gostava que o Sr. Presidente respondesse à questão que vou fazer, tratando-se de uma urgência, se, efetivamente, o Governo poderá fazer algum tipo de esclarecimento.

Presidente: Não. O Governo nesta figura não pode intervir.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à urgência, o Grupo Parlamentar do CDS irá votar favoravelmente para que, efetivamente, em dezembro, se possa discutir esta iniciativa, nesta Casa, mas sem antes dizer, também daquilo que foi a intervenção, a justificar a urgência, do Sr. Deputado Tiago Lopes, consideramos que, quando diz e dá a entender que o Governo está à espera, claro que isso não corresponde à verdade. Existem diversos projetos naquilo que concerne à obesidade infantil, como o projeto “Despertar”, as “Lancheiras Saudáveis”, o projeto “Balança”, que decorrem na nossa Região. A amamentação tem existido, sem dúvida; incentivos à adesão ao aleitamento materno. Nos diversos debates que já foram feitos, nesta Casa, na área da saúde, e onde a Sra. Secretária revela o número de consultas, até muitas vezes por ilha, tem-se verificado um aumento do número de consultas de nutrição nas unidades de saúde de ilha. E, portanto, consideramos que é urgente discutir esta iniciativa, porque são matérias, sem dúvida, prementes, mas não pelo facto daquela que foi a abordagem do Sr. Deputado Tiago Lopes para justificar a urgência, e é isso que nos diverge.

E também, relativamente ao Plano Regional de Saúde, já foi transmitido, por diversas vezes, pela Sra. Secretária, que ele está praticamente concluído, e estou certa que, daquilo que tem sido a prática deste Governo, quer quanto à

obesidade infantil, quer quanto ao aleitamento materno e às questões da alimentação, que certamente este Plano Regional de Saúde, que está já quase em reta final para ser apresentado, integrará todas estas que são as preocupações que são levantadas neste projeto de resolução.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Salomé Matos, faça favor.

Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

O projeto de resolução que o Partido Socialista nos traz merece a nossa atenção. Estamos conscientes que a obesidade infantil é uma condição multifatorial e, infelizmente, dependente de muitos fatores, nem todos exógenos, aliás, muitos deles de etiologia endógena. Portanto, infelizmente, não serão medidas implementadas por qualquer governo que, sozinhas, poderão reverter esta situação. É uma situação complexa. Os resultados do relatório COSI são, de facto, preocupantes, acompanham aquilo que eram as previsões de que, de facto, o período pandémico e as limitações trariam um aumento do sobrepeso e da obesidade. Estes resultados vêm nesse sentido, não está circunscrito aos Açores, não está circunscrito ao país. A OMS, no relatório publicado em maio de 2022, aponta como este problema, tendo uma dimensão quase de epidemia na Europa e que se terá agravado com a pandemia.

Relativamente aos resultados, efetivamente, 2022 coloca-nos com a maior prevalência de excesso de peso. Também não partimos de uma base boa, porque, em 2019, já éramos a Região com maior prevalência de excesso de peso, comparativamente a todas as outras regiões do país que foram estudadas.

Relativamente a questões, nomeadamente do aleitamento materno, efetivamente, coloca-nos com aquela que é a menor taxa, 73,8 %, mas,

felizmente, superior àquela que o mesmo estudo registava em 2019, que era de 70,6 %, e, na altura, colocava-nos a mais de 20 pontos percentuais da segunda pior taxa. Neste momento, coloca-nos a 11 pontos percentuais da segunda menor taxa. Portanto, houve uma evolução, fruto do trabalho que foi desenvolvido pelos profissionais, com a colaboração e com o conhecimento de quem se dispõe ao aleitamento materno.

Esta situação tem estado na mira do Governo e, de facto, prova disso, também está no enquadramento a questão do investimento nos profissionais na área da nutrição. Eu lembrava que, em 2019, na Região, tínhamos 19 profissionais contratados; em 2023, temos 27. Em três anos, um investimento de oito profissionais na área da nutrição, o que mostra que houve um investimento.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: Outro exemplo é, de facto, o estudo está a decorrer, despertar o triunfo pelo desporto, educação e saúde no combate à pandemia motora, induzida pela COVID, um projeto sobre o qual já temos resultados preliminares; permitirá um diagnóstico da situação prévia à implementação de medidas específicas.

Acompanhámos as preocupações, votaremos favoravelmente este pedido de urgência para, de forma tranquila e exata, poder dar a conhecer os resultados do estudo, assim que forem possíveis, e a implementação de medidas que este Governo tem, depois de um estudo que está a incluir, e realçava isso, 7 800 estudantes açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como não poderia deixar de ser, a Iniciativa Liberal vai acompanhar esta urgência do Partido Socialista, desde logo, porque é notória, além dos dados que nós começamos de 2022, há também dados que vêm de trás, há um plano que estava em vigor, e todos nós sabemos que, até por via de algum desafogo financeiro que as famílias tiveram com o advento da autonomia, começou-se a comer pior nos Açores, infelizmente. E, hoje, até por questões também de ordem financeira, quase que sai mais caro comer melhor. É mais barato o *fast food*, é mais barato comer mal do que comer melhor.

Nesse sentido, parece-me importante aprovar essa urgência, para acelerar todo esse processo, quer naquelas que são as medidas de sensibilização das famílias e dos pais e das próprias crianças para a melhor alimentação, quer naquilo que é o fomento à prática desportiva, que, como todos nós sabemos, é uma boa prática não só para o combate à obesidade, como também para o combate a alguma ociosidade e alguma apetência que, em certa fase do nosso crescimento, algumas crianças, adolescentes e jovens têm para más práticas não só alimentares, mas de outra natureza.

Neste sentido, conta o Partido Socialista com o nosso voto favorável para que este projeto de resolução tenha efeitos práticos o mais rapidamente possível.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM votará favoravelmente esta urgência.

Nós consideramos que é um problema premente, é um problema que temos de analisar de forma informada, temos de consultar diversos especialistas nesta matéria. O Governo já está a fazer um estudo muito amplo sobre esta matéria. É

necessário tomar também medidas, mas o que eu solicitava é que, votando favoravelmente esta urgência, eu penso que ela não é incompatível com o facto de, em Comissão, podermos também ouvir diversas instituições e várias personalidades que interessam ouvir para produzir um relatório que corresponda, de facto, ao interesse desta questão, à relevância desta questão. Portanto, as duas coisas não são incompatíveis. Podemos dar celeridade a este processo, até porque, depois, também o Governo já estará na posse de muita informação sobre esta matéria.

Dizer também que este não é só um combate do Governo Regional. Nenhum governo do mundo consegue ter uma eficácia muito significativa nesta matéria se não tiver outros aliados, naquelas que são as instituições da sociedade civil, nas famílias, nos jovens. É necessário, de facto, conseguir congregar esforços e fazer um trabalho conjunto de todas as instituições, de todas as entidades que podem colaborar nesta matéria. E, depois, também, não achar que isto... e não se fazer essa análise, que me parece absolutamente falaciosa, que é dizer-se que isto é um problema de um ano ou dois, ou três, ou quatro, ou cinco. São problemas, são hábitos, são comportamentos que, obviamente, demoram décadas a alterar, têm a sua explicação, têm um conjunto complexo de questões, mas, de forma nenhuma, se pode dizer que isto depende da atuação deste governo ou daquele governo. Isso é absolutamente falacioso. O que é importante, e por isso é que nós votamos favoravelmente a esta iniciativa, é que, de facto, se faça esta análise, com celeridade, ouvindo as diversas entidades, consultando, obviamente, o Governo, os especialistas nesta matéria e, depois, aproveitar, desde já, para, a partir aqui do Parlamento, sensibilizar as diversas instituições, a sociedade civil para a importância desta questão, que nos deve unir a todos e não acentuar clivagens partidárias e ideológicas artificiais numa matéria que não é ideológica, é uma matéria de interesse universal e de visão universal.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Um bom dia a todos.

A obesidade infantil já não é nova, é um tema bastante antigo, e reconheço, até enquanto pai, encarregado de educação, que, nas escolas, tem havido uma grande preocupação, mas já de algum tempo.

No meu entender, não é apenas um problema das escolas, não é um problema do Governo, é um problema também das famílias. É um problema também de alguma formação, que, por vezes, carece. E o que é que nós vemos?

Eu recordo-me aqui, uma vez, o Sr. Deputado Pedro Neves ter falado de sopa (sopa!). Qualquer pai que vai a um supermercado às compras devia reparar no que é que entra dentro dos carrinhos de compras. Talvez seja defeito meu, eu vejo muitos fritos, muitos pré-congelados, muitas coisas, não vejo muitos legumes, não vejo muitos componentes daquilo que são as sopas, e que dizia bem, o Sr. Deputado Pedro Neves. Ou seja, os nossos hábitos de alimentação alteraram-se, mas, muitos deles, por preguiça e muitos deles por facilitismo.

Isto leva-nos à preocupação e que nós aprovamos e agradecemos que nos tragam isto, porque, se calhar, nós vamos ter de começar a pensar neste tema com mais alguma firmeza.

Eu também não compreendo, já agora, se me permite, Sr. Presidente, a latitude, era eu aluno na Domingos Rebelo e fechou-se uma barraquinha de hambúrgueres que havia no lado de fora. Muito bem! Não é comida saudável, não sei quê. Não muito tempo depois, construiu-se um centro comercial. Ou seja, isto não é um problema dos governos, sejam municipais, seja o Governo dos Açores; eu penso que é um problema... é que, uns preocuparam-se em fechar uma barraquinha e, se calhar, tirar o sustento a alguém, mas facilmente

se aprovou uma coisa onde eu vejo, e quem vai lá à hora de almoço, a miudagem toda lá nos hambúrgueres e companhia. Era um pequeno parêntese que, se calhar, é também uma reflexão que temos de fazer todos, quando estamos a autorizar alguns empreendimentos à porta de escolas, à porta deste tipo de coisas.

E, para finalizar, Sr. Presidente, dizia aqui o Sr. Deputado Nuno Barata, e com muita razão, também temos de falar com muita seriedade naquilo que é o desporto, as atividades desportivas, sejam elas de cariz mais profissional ou mais competitivo, digamos assim, mas também perceber que é importante fomentar isso, não só pela obesidade e o bem-estar a nível de saúde, mas também para retirar os jovens daquilo que são as dependências, que, hoje, já não são só as dependências químicas, mas também são as dependências tecnológicas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN vai votar favoravelmente esta urgência devido à sua importância. É uma importância que, houve um aumento maior devido à COVID, sedentarismo, houve mais de sedentarismo, não foi só nos Açores, foi a nível mundial que houve esse aumento, e não nos orgulha a percentagem que nós tínhamos antes da COVID, sempre foi um problema. Temos a maior obesidade infantil do país e uma das maiores da Europa.

É engraçado falarem da sopa. Isto não é uma ideia minha. Todos os nutricionistas dizem que a primeira coisa que falta e que temos mesmo de estudar, e já há estudos relativamente à sopa dentro das próprias refeições, por causa disso mesmo, faz toda a diferença ser o primeiro prato, tanto para as

crianças como para os adultos, tanto no pensamento de nutrição, bem como para não comer outras coisas e para encher um pouco mais a barriga, pelo menos com nutrientes um pouco mais saudáveis. E por isso é que a sopa é extremamente importante. Mas faltam aqui duas coisas que também são importantes, três coisas. Primeiro, que o Governo também fique sensível ao tipo de promoção que faz em termos de alimentação para fora. Aconteceu no passado, continua a acontecer no presente, e isso, sem dúvida que o Governo tem uma preponderância muito grande sobre a sua própria sociedade. Depois, a literacia alimentar. Nós não temos literacia alimentar. Não existe (não existe!) e temos de mudar e é de pequenos que nós temos de mudar isso. A educação é extremamente importante neste aspeto.

Por isso, nós não temos essa literacia, nem em casa, nem fora de casa. E digo isto, apesar de haver um esforço em algumas escolas, mas eu vou dizer que em algumas creches e ATL não há esse esforço, e é um pouco mais, às vezes, cultural do que falta de sensibilidade. Eu não estou a dizer que as pessoas não tenham, não! É cultural: são os bolos, é batata frita logo de manhã, são os refrigerantes logo de manhã. Uma pessoa faz anos e, depois, temos um leque de várias turmas a fazer anos todos os dias. Há bolos carregados de calorias, e esse é o problema. É um dos problemas! Sem dúvida que isto é bastante importante, e temos de bater de frente, mas sabemos que isto não é a curto prazo, isto não é uma solução a curto prazo, isto é uma solução a médio, longo prazo. Já devíamos ter feito caminho há 15 anos, por isso nós votamos favoravelmente esta urgência.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste pedido de urgência, do Projeto de Resolução n.º 185/XII: Pela implementação de medidas de combate à obesidade infantil.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor se se manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Avançamos, assim, na nossa...

Sr. Deputado João Bruto da Costa, pede a palavra para?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Para uma interpelação.

Presidente: Faz favor. Tem a palavra para uma interpelação.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 11h30 minutos.

Eram 11 horas e 01 minuto.

Presidente: Entramos no ponto 12 da nossa Agenda.

Eram 11 horas e 31 minutos

Pedido de urgência e de dispensa de exame em Comissão do **Projeto de Resolução n.º 186/XII: Recomenda ao Governo Regional que manifeste disponibilidade para integrar na administração pública regional os trabalhadores da autarquia da Praia da Vitória em processo de despedimento.** É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Para justificar a urgência, tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda considera que este projeto de resolução que recomenda ao Governo Regional que manifeste disponibilidade para integrar na administração pública regional os trabalhadores da autarquia da Praia da Vitória em processo de despedimento deve ser debatido e votado hoje, para que seja possível encontrar uma solução, em tempo útil, que evite o despedimento de mais de trinta trabalhadores no concelho da Praia da Vitória.

Se este pedido de urgência for rejeitado, no momento em que esta iniciativa subir a plenário, será demasiado tarde para poder fazer a diferença na vida destas mais de trinta famílias que enfrentam uma situação muito complicada, com a incerteza sobre o que lhes espera nos próximos tempos, e sem saber como vão fazer face aos seus compromissos financeiros que assumiram na sua vida, sem imaginar que a sua situação laboral poderia ter este desfecho.

Obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Está justificada a urgência.

Pergunto se há intervenções no âmbito da urgência.

(Pausa)

Não havendo, vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado por unanimidade o pedido de urgência, tem a palavra a Senhora Deputada Alexandra Manes para apresentar a iniciativa.

Deputada Alexandra Manes (BE): Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Em novembro de 2022, no seguimento da realização de uma auditoria às contas da Câmara Municipal da Praia da Vitória, a presidente da autarquia revelou que a situação financeira do município era grave e anunciou a concretização de “um processo de recuperação financeira, de acordo com os modelos legais em vigor, como é o caso do Fundo de Apoio Municipal” e revelou de imediato que o processo iria comportar “uma redução da despesa com pessoal”.

Em março de 2023, o que era um receio tornou-se um pesadelo para os trabalhadores da Cooperativa Praia Cultural, que receberam uma proposta de rescisão voluntária acompanhada por uma ameaça de despedimento em piores condições para os que não aceitassem sair por sua iniciativa.

No passado mês de setembro, mais de trinta trabalhadores e trabalhadoras receberam a pior notícia que podiam esperar: depois de dedicarem anos da sua vida ao município da Praia da Vitória, foram informados que seriam despedidos.

Um processo de despedimento coletivo de mais de trinta pessoas num contexto económico difícil como o que atravessamos, e num município com a dimensão da Praia da Vitória seria sempre relevante e motivo de grande preocupação, mas quando esta decisão é tomada por uma entidade pública, que devia dar o exemplo de responsabilidade pelos compromissos assumidos e de respeito pela dignidade dos seus trabalhadores e trabalhadoras, a consternação é ainda maior.

O Bloco condenou desde o primeiro momento a opção política do executivo da autarquia da Praia da Vitória de concretizar despedimentos como primeira opção para resolver os problemas financeiros, a que estes trabalhadores são totalmente alheios.

Mas o que está aqui em causa hoje, com esta proposta do Bloco de Esquerda que está em debate, não incide sobre esta opção política que foi tomada pela autarquia, que, do nosso ponto de vista, foi errada e injusta.

O que está aqui em causa hoje é olharmos para o presente e encontrar uma solução que impeça que mais de trinta pessoas fiquem no desemprego, e impedir que mais de trinta famílias se vejam, repentina e inesperadamente, com enormes dificuldades financeiras.

É isso que está em causa.

Perante um problema com esta dimensão, este parlamento e o governo regional não podem fechar os olhos, cruzar os braços e assobiar para o lado.

Por isso, propomos que este parlamento recomende ao governo que seja parte da solução.

Uma solução que, sem beliscar a autonomia do poder autárquico, traz benefícios para os trabalhadores em processo de despedimento na Praia da Vitória, mas que também traz vantagens para a Região.

Assim, o Bloco de Esquerda propõe que o governo regional proceda, em primeiro lugar, ao levantamento das necessidades de trabalhadores na administração pública regional nos serviços sediados na ilha Terceira.

Depois de efetuado este levantamento, propomos que o governo regional contacte a Câmara Municipal da Praia da Vitória no sentido de dar conhecimento da sua disponibilidade para autorizar a integração, na administração pública regional, através de um processo de mobilidade, dos trabalhadores em processo de despedimento naquela autarquia, dentro das necessidades identificadas no cumprimento do ponto anterior.

O processo de mobilidade entre a administração local e administração regional está previsto na lei e a integração excecional de trabalhadores na administração pública tem sido um mecanismo recorrente em situações excecionais, como por exemplo aconteceu no âmbito da reforma do Sector Público Empresarial da

Região, ou como vai acontecer com os trabalhadores do sector da Saúde que estão a trabalhar ao abrigo de contratos covid, como anunciou ainda esta semana a Secretária Regional da Saúde.

Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, temos a oportunidade de trazer justiça à vida de mais de trinta trabalhadores e trabalhadoras e ao mesmo tempo reforçar a capacidade da administração pública regional de responder às necessidades da população, através do preenchimento das necessidades que sejam identificadas pelo próprio governo.

Não podemos deixar esta oportunidade escapar. Há trinta famílias que esperam isso de todos nós. São trinta pessoas reais. Não são apenas um número.

Disse!

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Está apresentada a iniciativa.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Senhor Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Estamos aqui com esta proposta de resolução do Bloco de Esquerda a enfrentar mais um problema grave que a Região herdou.

E não nos venham dizer que não devemos falar do passado, porque não temos outro remédio, porque estamos a impor resoluções de problemas que herdámos todos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta é mais uma herança socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Já herdámos heranças socialistas da SATA, da Sinaga, Santa Catarina, as linhas de crédito da Ilhas de Valor, já tivemos de resolver os problemas dos professores, dos enfermeiros, dos médicos, dos TSDT. São muitos, muitos, muitos problemas que este Governo teve de resolver e que os Açores herdaram das desgraças do Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E é bom que todos nos lembremos que foi este Governo, mas são sempre os mesmos açorianos que estão a pagar estes desmandos do Partido Socialista.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

E devo dizer que, no caso da Câmara Municipal da Praia da Vitória esta herança é terrível, atinge os trabalhadores, atinge o município e até instituições importantíssimas, como é o caso da Escola Profissional da Praia da Vitória, que fica com a sua solvabilidade em causa, por via de dívidas que os obrigaram a contrair, quer seja no terreno para salvar problemas que eram do município, onde foi instalada a escola profissional, quer seja também nas penalizações que foram tendo, por via do financiamento que até 2021 existia no ensino profissional. E, portanto, no caso do município da Praia da Vitória, mas dos praienses, há aqui um peso brutal daquilo que foram responsabilidades, erros de gestões do Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Ficámos, a Câmara Municipal, confrontada com a situação impossível de gerir. Com 176 trabalhadores que estavam na Praia Cultural e que, ou tinham de ser integrados, ou tinham de resolver os seus contratos.

Desses 176 trabalhadores, a Câmara Municipal da Praia da Vitória fez um esforço e conseguiu integrar 92.

Houve alguns que já fizeram rescisões, por mútuo acordo, encontraram soluções para a sua vida. Neste momento, estamos confrontados com 29 pessoas, 29 famílias que tem a sua vida suspensa por causa desta situação.

Tal como este Governo herdou, mas resolveu, as situações e repito: da Sinaga, da SATA, da Lotaçor, da Santa Catarina, dos Professores, dos Médicos, dos Enfermeiros, dos TSDT, também este Governo está aqui, de novo, para ajudar a resolver mais esta terrível herança do Partido Socialista.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Já começámos a ajudar a resolver. Há um conjunto destes trabalhadores que foram integrados e que já estão na área social a trabalhar. Estamos a trabalhar com a Câmara Municipal da Praia da Vitória para encontrar soluções para aqueles que não prescindirem, que não encontrarem soluções para a sua vida profissional. Neste caso, estamos a falar destas 29 pessoas que a Deputada Alexandra Manes aqui trouxe.

Este Governo é sensível a estas questões, nós somos sensíveis a estas questões. Nós estamos do lado da solução dos problemas e nós vamos saber encontrar uma solução com a Câmara Municipal da Praia da Vitória para estes problemas, tal como encontrámos para muitos outros. Agora, não esperem que nós não apontemos o dedo e não acusemos o responsável destas tragédias, que é o Partido Socialista.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Isto tem de ser dito e redito e lembrado a todos os açorianos.

O Partido Socialista ajudou a desgraçar a Câmara da Praia da Vitória, como ajudou a desgraçar muitas situações nos Açores, que agora nós somos confrontados e obrigados a resolver.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O mínimo era que tivessem um pouco de decência, pusessem a mão na consciência e antes de falarem do presente ou do futuro, resolvessem os seus problemas com o passado.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Assumissem os vossos erros, as vossas responsabilidades. Era o mínimo que se esperava!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: E se o Partido Socialista estava a aguardar que nós fizéssemos aqui, em termos de dialética política parlamentar, o mesmo que Passos Coelho fez, *é não falamos do passado, vamos resolver*. Não, connosco, nós vamos lembrar todos os dias a desgraça que os senhores fizeram. Todos os dias!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Não vamos cair no erro de resolver os vossos problemas e ainda sermos acusados por vós de fazer melhor ou pior.

Não o admitimos!

Estamos a resolver os problemas que deixaram à Câmara da Praia e aos Açores e vamos continuar a fazê-lo. É para isso que aqui estamos. As açorianas e açorianos podem contar com este Governo, não fazendo tudo bem, mas com a sensibilidade social deste Governo, com a sensibilidade para tentar resolver os

problemas que temos. E temos aqui um problema de 29 famílias, podem contar também estas famílias com este Governo de Coligação, como contaram tantos outros, em várias empresas e em vários serviços e também, naturalmente, muitos funcionários públicos. Sabem que connosco podem contar.

Virou-se a página, nos Açores, da insensibilidade.

Com responsabilidade e sensibilidade vamos resolver estes problemas.

Devo dizer, não é uma situação fácil, tecnicamente. O Bloco de Esquerda colocou na sua resolução de forma correta e inteligente a problemática. Não se pode resolver por uma mera integração nos quadros da função pública. Tem de passar por um esforço momentâneo da Câmara da Praia para integrar estas pessoas que faltam internalizar e depois, em função das necessidades que a administração regional tenha, na ilha Terceira, podemos integrar. Mas, isto tem de passar tudo por um procedimento legal, inclusivamente na internalização, passa por concursos, em que as pessoas têm de aceder. Depois de estarem internalizadas, passa também por um anúncio no BEPA de oferta de emprego na administração pública regional, que as pessoas têm de aceder e tem que haver enquadramento naquelas pessoas, naqueles perfis, naquilo que se abre, no âmbito do BEPA, não é linear, não é direto, não é de um momento para o outro, mas aqui estamos, mais uma vez, para ajudar a resolver os problemas dos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário Regional.

Tem a palavra o Senhor Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Pois é, Senhor Presidente, cá temos mais um caso típico de análise e nem é preciso chamar a NASA, dos contribuintes serem chamados a pagar as asneiras dos políticos.

Tão simples quanto isso, em bom português.

E asneiras porquê? Para pagar os favores.

Porque também é uma questão que ninguém levanta, para pagar os favores políticos, a bandeirinha, etc.

As coisas têm de ser ditas como elas são. Essa asneirada toda que aconteceu e que é longa, não se resume só aos trabalhadores, esta coisa toda tem sido recorrente e não é só matriz do PS, é matriz também do PSD e agora também do CDS, do PPM. Sempre que a gente apanhe uma porta aberta, entra, senta-se no sofá e abre a garrafa de whisky. É uma maravilha e essa é política.

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Ó senhor pela sua saúde, o senhor tenha paciência e tino até.

Ora que coisa!

(Apartes inaudíveis do Deputado Joaquim Machado)

Ó, Senhor Deputado Joaquim Machado, quer dizer-me alguma coisa? Ponha por escrito, se faz favor. O senhor já anda aí há dias a resmungar. Deve ser uma azia qualquer.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Azia? Não, boa disposição!

O Orador: Agora temos aqui uma outra questão, nós temos as pessoas. As pessoas que lá estão, que são 29 – disse o Senhor Secretário - e isto é isto é um problema, são famílias, são pessoas. Como é que entraram, não entraram, quem

foi que fez a asneira, que é que não fez? Quem é que passava lá aquelas faturas? Isto agora não interessa. Interessa é resolver a vida das pessoas.

O Senhor Secretário acabou por assumir aqui que o Estado vai arranjar uma solução, mas foi chamado a este Parlamento a arranjar uma solução para a asneira de uma Câmara. Eu acho que é um princípio que não está correto, e a única coisa de que me vou assegurar aqui e que vou ter em conta são aquelas pessoas, porque se eu fosse ter em conta todo o cenário, toda a envolvência que aconteceu nessa coisa, eu tinha que votar contra, mas eram três ou quatro vezes, tinha que estar aqui a votar contra o dia todo.

Os contribuintes vão continuar a pagar os apadrinhamentos, as asneiras, a má gestão dos políticos?

Não posso concordar com isso, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vai dizer que já devíamos ter feito mais depressa!

O Orador: Senhora Secretária, Senhores Secretários:

Não há um único indicador, um único dado, uma única orientação formal, uma única obrigatoriedade legal que obrigue a Presidente da Câmara da Praia da Vitória, do PSD e do CDS, a despedir funcionários do universo municipal.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: Não existe qualquer obrigatoriedade legal, nem orientação formal, em lado nenhum, que leve a Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, do PSD e do CDS-PP a despedir funcionários.

Esta decisão que nos leva a discutir aqui, hoje, a proposta do Bloco de Esquerda é uma infeliz opção política da Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, do PSD e do CDS-PP.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Este processo tem algum tempo, tem alguns meses ...

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Anos!

O Orador: ... e, por força das minhas funções autárquicas, eu acompanhei-o muito de perto. E já nas primeiras reuniões de Câmara deste mandato, sem ainda qualquer resultado da auditoria que estava em curso, e isso é constatável nas atas públicas da reunião de Câmara, a Senhora Presidente falava nas necessidades e cito de “emagrecer a estrutura municipal”.

Essa era a agenda da Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória e, depois de concluída a auditoria - documento esse também público - não está em lado nenhum, qualquer referência, ou sequer qualquer sugestão que obrigasse a Câmara Municipal a despedir quem quer que fosse. Esta decisão, e estamos aqui a discuti-la, hoje também, e é este o legado que a Câmara e que a Presidente da Câmara, do PSD e do CDS-PP deixam à Praia da Vitória e aos Açores é a opção política de despedir 36 trabalhadores da Cooperativa Praia Cultural, depois também de um processo de rescisão por mútuo acordo, que tem muito que se lhe diga.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): É mesmo não ter vergonha!

O Orador: Um processo de rescisão por mútuo acordo em que as pessoas foram pressionadas e chantageadas, dizendo-lhes que se não aceitassem a rescisão, teriam depois um processo de despedimento em que ficariam em

muito piores condições, do que aquelas que aceitassem, no âmbito do processo de decisão por mútuo acordo.

Há um processo de rescisão em que a Senhora Presidente dizia que não iriam ser despedidos casais, quando pressionou uma pessoa do casal a rescindir por mútuo acordo e no processo de despedimento, despediu a outra pessoa do casal. É esta insensibilidade social que temos hoje do PSD e do CDS-PP na Câmara da Praia.

E, falando da Cooperativa Praia Cultural, Senhoras e Senhores Deputados, aquilo que faz a Cooperativa Praia Cultural é a prestação de um conjunto de serviços públicos fundamentais para o presente e para o futuro da Praia da Vitória.

Chama-se Cooperativa Praia Cultural, é certo. Foi criada e fundada com funções e como objeto social a área cultural, é certo. No âmbito da promoção de atividades culturais do concelho, no âmbito da gestão do auditório do Ramo Grande, no âmbito da promoção e gestão das festas da Praia, mas ao longo dos anos a Cooperativa Praia Cultural adquiriu e passou a promover um conjunto de serviços fundamentais, que estão hoje postos em causa: a rede de creches e ATL do concelho da Praia da Vitória, a promoção desportiva no concelho da Praia da Vitória, a promoção turística do concelho da Praia da Vitória e há hoje – os praienses já o sentem na pele – um conjunto de serviços que estão hoje postos em causa, por causa deste tal *emagrecimento*. A rede de creches e atl's está posta em causa no Concelho da Praia da Vitória. O projeto Freguesias Ativas acabou, foi encerrado, que envolvia centenas de pessoas na prática da atividade física, no concelho. As estruturas montadas para as festas da Praia ainda estão montadas, passado este tempo, sendo que há já infelizes consequências dessa montagem.

E, portanto, Senhoras e Senhores Deputados, aquilo que estamos hoje a assistir na Praia é uma opção política do atual executivo municipal e da Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, do PSD e do CDS-PP.

E heranças?! Senhoras e Senhores Deputados, quantas câmaras nos Açores, em situações piores do que aquela que está a da Câmara Municipal da Praia da Vitória, não recorreram a qualquer despedimento.

Veja-se o caso, por exemplo, da Câmara de Vila Franca do Campo. O atual executivo, quando iniciou funções, tinha dívidas no valor de 40 milhões de euros. Não despediram ninguém, trabalharam, arregaçaram as mangas, encontraram soluções e avançaram.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Ou a Câmara da Praia! Quando iniciámos funções, em 2005, tinha uma dívida na ordem dos 18 milhões de euros.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): E agora?

O Orador: E ninguém despediu ninguém, ninguém andou a choramingar, ninguém se queixou. Arregaçámos as mangas e começámos a trabalhar.

E eu faço este enquadramento, tendo em conta aquelas que foram as afirmações do Senhor Secretário Regional, que está, aliás, Senhor Secretário, deixe-me dizer-lhe, muito mal informado, porque o Senhor Secretário afirma que já está em processo de resolução e que vai resolver. Aquilo que o senhor disse relativamente àquilo que está na proposta do Bloco de Esquerda, indiciando o voto favorável das bancadas que aqui estão, não é aquilo que está na resolução. Aquilo que o senhor diz é que, as pessoas em causa, terão de ir à BEPA ver os concursos que estarão na BEPA e, se assim entenderem, concorrer aos concursos da BEPA. Não é isso que consta na proposta do Bloco de Esquerda.

E, outra questão, Senhor Secretário. O Senhor Secretário referiu que a Câmara Municipal internalizou 92 funcionários. Não, não internalizou e é bom que isso fique claro. A Câmara Municipal não internalizou nenhum funcionário da Cooperativa. Estão 92 funcionários, fora os da rescisão por mútuo acordo e fora os despedidos, que não têm a sua situação resolvida e, nem sequer, vislumbram essa situação, porque hoje ninguém sabe de que forma será desenvolvido o procedimento de internalização destes 92 funcionários.

O Senhor Secretário referiu e, naturalmente, estarão pessoas a acompanhar este debate em casa, as pessoas, naturalmente, interessadas e o Senhor Secretário, referiu que já está resolvido, em parceria com o Governo, a internalização dos 92 funcionários restantes. Não está! Muito longe disso! Muito longe disso, Senhor Secretário!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*): Não disse isso!

O Orador: Disse, o Senhor Secretário disse isso e indiciou também que estaria a resolver problemas. Nós não conhecemos a resolução desses problemas. O que nós sabemos é que há 30 funcionários que rescindiram, por mútuo acordo, que a Câmara Municipal despediu 36 funcionários, que tem a cronologia de funções definida e, portanto, não tem, de todo, a sua situação resolvida e aquilo que o senhor refere é que terão de recorrer à BEPA e que estamos aqui disponíveis para discutir este assunto. Nós gostávamos que o senhor concretizasse mais, no caso de a resolução ser aprovada, se vai fazer aquilo que consta no ponto dois desta sua resolução.

E, portanto, Senhoras e Senhores Deputados, esta é uma questão obviamente séria ...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Como é que faz?

O Orador: ... sensível, mas não é aceitável que se faça deste debate aquilo que o Senhor Secretário Regional fez.

(Apartes impercetíveis)

O Orador: Não há um único indicador, em lado nenhum, que obrigue a Presidente da Câmara a despedir funcionários. O universo municipal tem a Câmara Municipal, tem a Praia Ambiente e tem a Cooperativa Praia Cultural. Cooperativa Praia Cultural, essa, que desenvolve um conjunto de atividades no Concelho da Praia da Vitória, algumas delas eu já as referi e que desenvolve essa atividade, no âmbito das transferências anuais que têm do município da Praia da Vitória.

Aquilo que a Presidente da Câmara quer fazer, por opção política e por vontade própria, é deixar de transferir esses valores para a Cooperativa Praia Cultural e, conseqüentemente, deixar de assumir os ordenados que são pagos por essa Cooperativa e, conseqüentemente, despedir os seus funcionários. É isto que está em causa.

E eu pergunto, Senhoras e Senhores Deputados, mas então que dado novo é que nós temos, entre 2022 e 2023? Porque é que a Câmara Municipal em 2022, já com este executivo, fez as transferências anuais para a Cooperativa, continuou a desenvolver as atividades, não teve problemas nas suas receitas e o que é que mudou em 2023? Aquilo que mudou em 2023 foi a assunção, por parte da Senhora Presidente da Câmara e deste executivo, de levar a cabo, aquela que é a sua agenda política, desde o início: emagrecer estas estruturas, despedir estas pessoas, abdicar destes serviços, como já hoje se sente no concelho da Praia, com uma insensibilidade social atroz.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Nem uma palavra para o passado!

O Orador: Diz aqui o Senhor Secretário Regional que já está a ajudar a resolver e que vai resolver.

Senhor Secretário, as suas afirmações decorrem de más informações. Nem os 92 trabalhadores foram internalizados, aliás, ninguém sabe como é que vão ser internalizados, a Senhora Presidente não esclareceu ninguém, nem os sindicatos, nem os trabalhadores como é que vai decorrer este processo de internalização.

Os 36 despedidos continuam despedidos, estando definida a cronologia da sua cessação de funções e aqueles que rescindiram por mútuo acordo estão, infelizmente, numa situação, na esmagadora maioria deles, de desemprego.

Portanto, o Senhor Secretário está mal informado e está a afirmar que resolveu e que está a resolver, mas Senhor Secretário não resolveu, absolutamente nada, infelizmente.

E mais, e é bom que quem nos está a ouvir não se deixe enganar, quando o Senhor Secretário diz que aquilo que fará será disponibilizar na BEPA e que os funcionários... Não é isso que nós estamos aqui a falar, a resolução é muito clara e merece, naturalmente, o apoio do Partido Socialista: “Que o Governo Regional contacte a Câmara Municipal no sentido de dar conhecimento da sua disponibilidade para autorizar a integração na administração pública, através de um processo de mobilidade, dos trabalhadores em processo de despedimento naquela autarquia, dentro das necessidades identificadas no cumprimento do ponto anterior.” Portanto, Senhor Secretário, está mal informado, os 92 trabalhadores restantes não estão internalizados. Os 36 continuam despedidos e é fundamental dar-lhes uma resposta rápida e imediata, naquela que é uma situação inaceitável de atroz insensibilidade social, numa situação que era absolutamente escusada que acontecesse. Os trabalhadores não mereciam este tratamento e têm, como sempre tiveram desde o início, a garantia do Partido Socialista que jamais iriam para uma situação de despedimento.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal votou favoravelmente a urgência deste diploma, quando percebeu que a Câmara, de facto, estava para aí virada e, então, vamos debater o diploma hoje. Não sem antes dizer que da parte da Iniciativa Liberal, era preferível que este diploma fosse mais escrutinado em sede de Comissão. Não foi o entendimento da Câmara e nós respeitamos, por isso, adiante.

Porque é que nós entendemos que este diploma deveria ser mais dirimido em sede de Comissão?

Porque não obstante a bonomia, neste caso, quer dos pontos resolutivos quer das notas preambulares, este é um processo complexo, este não é um processo fácil. E este é um processo complexo que pode, inclusivamente, estar a criar expectativas nas cabeças desses trabalhadores que não seja propriamente aquilo que vai acontecer e nós temos que ter noção disso.

Desde logo, por uma questão de legalidade, desde logo por uma questão de equidade e também por uma questão de tratamento desigual relativamente àqueles (não a estes 29) que, inclusivamente, já fizeram acordos. Porque a tomar-se medidas agora para estes 29, é preciso perguntar aos outros, inclusivamente àqueles que fizeram acordos: “nestas circunstâncias, o senhor mantém o acordo ou quer devolver o dinheiro e voltar a estas circunstâncias?”.

É porque, isto sim, é garantir a equidade neste processo, senão aqueles que já se resolveram, os que tomaram a dianteira, serão prejudicados em relação aos que agora vão ver o seu assunto resolvido.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Tem toda a razão!

O Orador: E, Sr. Secretário Regional, eu percebo, compreendo e concordo com a questão da herança, mas o senhor não pode deixar de concordar comigo se eu disser que a principal herança deste Governo neste processo é adquirida por via das decisões da Câmara Municipal da Praia da Vitória de agora, que corrigiu da pior forma possível os erros da Câmara Municipal da Praia da Vitória do passado. Nós não podemos olvidar isto. Nós não podemos deitar para trás das costas essa decisão. Essa foi uma decisão *a régua e a esquadro*, tomada unilateralmente pela Câmara Municipal da Praia da Vitória, por este atual executivo, para resolver um assunto que vinha do passado, é um facto, mas resolveu-o da pior maneira.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por enviar umas breves palavras a todos os trabalhadores que estão na situação que estão, porque realmente é uma situação muito delicada e ninguém gosta de estar nesta mesma situação. E a nossa preocupação que é a do Grupo Parlamentar do PSD e do Governo, realmente são as pessoas.

Esses trabalhadores que agora são 29, estão nesta situação, porque foram vítimas de uma gestão danosa...

Deputado Berto Messias (PS): Não são nada 29, são 36!

O Orador: ... de governação entre 2005 e 2017, por parte do Partido Socialista na Câmara Municipal da Praia da Vitória.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Esses trabalhadores estão nesta situação, devido às irresponsabilidades

cometidas durante 16 anos. E, portanto, na nossa opinião, não há palavras para descrever as atrocidades financeiras e de gestão cometidas durante este período.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade. Bem lembrado.

O Orador: Começo por mostrar aqui um quadro que é bem elucidativo do que se passou na Cooperativa Praia Cultural.

Em 2005 tinha 2 funcionários, em 2016 tinha 26 funcionários; depois em 2020, passou para 148.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Quantos? Diz isso outra vez que eu não percebi!

O Orador: 148, tal como está aqui.

Em 2016, 26 funcionários; 2020 tinha 148; 2021 tinha 178.

Alguém acha isto normal?!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Portanto, eu também podia fazer aqui uma pergunta ao Partido Socialista: que atividades é que a Cooperativa Praia Cultural desenvolveu a partir de 2020, para passar de 26 para 178 funcionários?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Houve algumas situações que aconteceram...? Não percebo.

Deputada Nídia Inácio (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor está mal informado, mas eu já lhe explico!

O Orador: E mais grave ainda, é que durante o fecho devido à pandemia, em 2020, foram contratados 30 funcionários. Ou seja, o mundo estava parado e a Câmara da Praia sempre a contratar. Foram cerca de 30 trabalhadores que foram contratados em 2020, em plena pandemia.

Portanto, isto é gravíssimo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Na pandemia?!

Foi para transportar máscaras!

O Orador: E só para os açorianos, e nomeadamente os praienses, terem uma noção da realidade, no universo total dos recursos humanos da Câmara Municipal da Praia da Vitória, estamos a falar em 437 funcionários, 437.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): A Câmara toda tem 437?

O Orador: Vamos fazer comparações com outros municípios. Lembramos que a Praia da Vitória tem 19 mil habitantes e 437 funcionários.

A Câmara de Angra, com 33 mil habitantes, tem 360 funcionários.

Câmara de Ribeira Grande, com cerca de 33 mil habitantes, tem cerca de 300 funcionários.

Outros dois municípios que têm menos população do que a Praia da Vitória, mas não há grandes diferenças, são a Horta e a Lagoa, com cerca de 14 mil habitantes, em que a Horta tem 250 funcionários e a Lagoa tem 150.

Portanto...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): E a Praia quantos tinha?

O Orador: 437.

Isto foi brincar com o dinheiro dos contribuintes!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Claro que despedir pessoas é sempre muito complicado, mas como é que uma Câmara destas pode resistir com 437 funcionários?

O peso financeiro que isto tem todos os meses?

Não me venham dizer que a Câmara comporta todos esses funcionários, é impossível. Uma Câmara como a da Praia não tem trabalho para 437 funcionários, isto é factual.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Nem financiamento!

O Orador: E como dizia aqui, e bem, o Sr. Secretário Regional das Finanças, este Governo tem tido uma boa prática de resolver várias situações de precariedade.

Foi este Governo que resolveu a precariedade na saúde e na educação, por exemplo. Ainda esta semana foi anunciado que será regularizada a precariedade dos contratos COVID, mais uma boa medida.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É este Governo que tem diminuído os programas ocupacionais que também foram criados pelo Partido Socialista e que era também uma forma gritante de precariedade.

É este Governo que tem apostado na valorização remuneratória de profissionais de saúde e educação e, nomeadamente, também o reforço da remuneração complementar regional.

Para terminar esta minha primeira intervenção, há uma outra situação que tem de ficar bem clara, principalmente para todos os funcionários que estão em processo de despedimento:

Este é um processo muito complexo daqui para a frente e não contem com o Grupo Parlamentar do PSD para ludibriar ou enganar esses funcionários. Estamos aqui para tentar ajudar, vamos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para ajudar esses mesmos funcionários, mas sempre com a verdade, e penso que o Senhor Secretário foi *limpinho* a explicar a situação toda.

Portanto, contem connosco para tentar resolver de forma séria, honesta e sem ludibriar, mas tenham em atenção que é um processo complexo que não fica

resolvido com este Projeto de Resolução – para quem não sabe, um projeto de resolução é recomendar ao Governo. Ou seja, este Projeto de Resolução não vai resolver amanhã este problema, porque é um problema grave, é um problema complexo e, portanto, tudo faremos e estaremos cá para tentar ajudar nesta situação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (IND):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu, sinceramente, depois de ouvir aqui algumas intervenções, fico a pensar se sou eu que estou a pensar mal, eu estou a pensar bem. Mas eu continuo a achar que estou a pensar bem.

Já ouvi aqui alguns adjetivos em relação à gestão da anterior Câmara da Praia da Vitória, pelo facto de ter admitido mais pessoas do que aquelas que precisava, de que foi um escândalo a nível de gestão, não foi bem este o adjetivo utilizado, mas andou lá perto.

Eu devo dizer que esta é a minha opinião muito pessoal relativamente a este assunto.

O que é que a Câmara da Praia da Vitória fez?

Admitiu pessoas, pagou-lhes o ordenado.

Estaríamos aqui a falar de um escândalo de gestão, se tivesse, por exemplo, pegado nesse dinheiro e andasse a fazer marinas, jardins que ninguém usava e

outras tantas aventuras para descerrar placas para eternizar o nome daquele presidente àquela data. Eu não vi isso.

Foi uma opção política, sim, mas essencialmente foi uma opção de gestão da Câmara naquela altura, usar os recursos que tinha ou a capacidade de endividamento que teria (ou que julgava que tinha) para pagar salários a pessoas que, em troca do salário, supostamente desempenhavam ou desempenham alguma função naquele município.

Eu acho que é preferível sempre este cenário, do que um outro cenário que se usou muito por essa Região fora e que era *sacudir a aguinha do capote*. Ou seja, não precisamos de funcionários, vamos arranjar aqui é programas ocupacionais para pessoas que depois não de ser pagos pela União Europeia, vamos empurrar pessoas para o RSI que também há de vir de outro lado. E, em vez disso, que é que fizeram? Deram dignidade ao dinheiro que as pessoas recebiam.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Então porque é que não faz isso na sua empresa?!

O Orador: E desempenhava algumas funções.

É uma opção de gestão duvidosa? Pode ser.

Eu, no meu entender, acho que foi uma opção legítima, tal como é legítima a opção de despedir.

A atual Presidente da Câmara da Praia da Vitória, há de ser julgada pelos seus atos, se foram corretos ou não.

Da minha parte, tenho dúvidas que admitir pessoas sem ser preciso, coloca em causa a solidez orçamental do município. Razão esta que depois a prazo, pode levar a uma outra consequência, isto é, a partir do momento em que uma câmara tem demasiados encargos com salários, pode faltar dinheiro para pagar serviços a prestadores que depois podem falir por insuficiência de liquidez.

Portanto, uma solução de excesso de funcionários pode levar ao desemprego noutra lado.

Agora, eu vou votar contra esta iniciativa, desde logo pela seguinte situação: é que a partir do momento em que estivéssemos aqui a criar regimes de exceção para funcionários que foram admitidos legitimamente, estaríamos a dizer que há outras pessoas que estão desempregadas, que vão ficar sujeitas a um estatuto discriminatório negativo em termos da sua possibilidade de serem empregadas também na função pública.

Não, eu tenho muita pena dessas cerca de 30 pessoas que vão ser despedidas, que é a mesma pena que tenho de todas as outras pessoas que estão despedidas nos Açores por inteiro.

Portanto, eu acho que este é um assunto que não pode ser tratado – passe a expressão – *com pevides na boca*, vamos ver se conseguimos através da BEPA ...e não sei quê. Não, não é. No meu entender, essas pessoas vão-se inscrever, vão ter exatamente o mesmo tratamento que qualquer desempregado desta terra. Essa é a minha maneira de pensar e acho que só assim é que se faz justiça.

Sendo assim, no meu entender, neste momento, este Projeto de Resolução é um não assunto.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PAN vai votar favoravelmente esta iniciativa do Bloco de Esquerda. É uma iniciativa justa daquilo que está a acontecer aos trabalhadores e passo a explicar: independentemente de erros ou não feitos pelo executivo anterior na Praia da Vitória, os trabalhadores não podem ser os *danos colaterais* desse tipo de *vendeta* ou aquilo que for, relativamente à Presidência da Câmara Municipal

seguinte. E a forma e a falta de sensibilidade do executivo da Câmara da Praia da Vitória a comunicar isto é atroz. Deixa os pelos de todos nós eriçados. E foi a forma insensível, altiva e completamente desajustada em termos daquilo que devemos ajudar a própria sociedade onde estamos integrados, muito mais os municípios, dada a proximidade ainda maior que o poder local tem, ter feito como fez, ou seja, então vamos *tirar o tapete dos pés* das pessoas e não vamos sequer pedir ajuda a absolutamente ninguém para tentar arranjar uma solução.

OK, eu tenho de decidir isto (porque é uma decisão política, ponto final), *eu vou fazer isto, mas deixa-me cá arranjar outras soluções para as pessoas.*

Não fez absolutamente nada, não pediu a mão do Governo Regional que é exatamente do mesmo partido político, aliás, PSD/CDS. Todos estes meses em que todo e qualquer trabalhador andou ansioso, com problemas, imagino até algumas depressões, porque deixou de ter trabalho e, por consequência, deixou de ter ordenado, temos este Governo agora a chegar hoje e dizer “calma aí que eu vou resolver o assunto”. Podia ter feito isso na altura certa, no timing certo que, neste caso, era no início.

Deixa-me ajudar então a Câmara da Praia da Vitória, que até tem a mesma cor política que nós e nós fazemos aqui um brilharete. Mas não. Foi necessário esperar estes meses todos, ouvir zunzuns nos bastidores a dizer que aquilo que o Bloco de Esquerda pede é completamente ilegal e impossível de fazer, mas vem agora o Sr. Secretário das Finanças, e muito bem, arranjar uma solução não imediata, mas a solução legal que o Governo tem à sua disposição para ajudar estas pessoas. E essa ajuda tem que ser dada, obviamente. E quanto mais pessoas nós ajudarmos, melhor. Não é fazer nem discriminação positiva ou negativa. Esta não é a primeira vez que fazemos isto, já houve empresas privadas que este Parlamento e este Governo ajudaram. E é assim que tem que funcionar, quando existe uma injustiça seja da parte de quem for, numa câmara ou numa entidade privada. E houve essa injustiça, independentemente das

razões ou das decisões da Câmara Municipal no passado que tinha uma cor política diferente da de agora. Nós nunca podemos usar os trabalhadores como arma de arremesso político aos outros partidos ou então fazer *danos colaterais*, quando estamos a falar em famílias que estão em jogo.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu recentro este debate naquele que é o seu principal objetivo e que é exatamente tentarmos encontrar todos em conjunto uma solução para evitar este despedimento coletivo.

É do conhecimento público, saiu na comunicação social todo este processo, também é conhecida a posição do Bloco de Esquerda desde o seu início que foi sempre contra estes despedimentos, tentando sempre de outra forma alertar a Câmara Municipal da Praia da Vitória para o problema económico-social que se agravaria naquele concelho. Neste momento, estão 8 técnicos superiores, 12 assistentes operacionais e 15 assistentes técnicos em risco, são pessoas que estão em risco de engrossar os números do desemprego. E aquilo que é proposto na nossa Resolução, exatamente no ponto 2, que diz: “O Governo contate a Câmara Municipal da Praia da Vitória, no sentido de dar conhecimento da sua disponibilidade para autorizar a integração na administração pública regional, através de um processo de mobilidade dos trabalhadores em processo de despedimento naquela autarquia, dentro das necessidades identificadas no cumprimento do ponto anterior”. Ora, nada disto é ilegal, como bem sabem. A mobilidade está prevista na lei. As suas diferentes modalidades também estão previstas na lei, inclusive a modalidade de poder haver mobilidade entre dois órgãos de poder diferente.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Quais são?

A Oradora: Portanto, nada disso é ilegal.

É claro que este é um processo que não se resolve de hoje para amanhã. Tem de haver primeiramente uma internalização destas pessoas. Nós sabemos disso e as pessoas também sabem, foi-lhes informado também pelo Sindicato. As pessoas não estão aqui a ser enganadas, elas sabem exatamente que este é um processo demorado, que é um processo que envolve burocracia, as pessoas têm a perfeita noção de que vão estar aqui. Mas não tem simplesmente destruir o carácter solidário que esta proposta tem, simplesmente alegando que é injusta. Ela não é injusta, porque estas pessoas tinham já o seu posto de trabalho e não têm culpa da boa ou da má gestão que foi feita, nunca foram chamados a se pronunciar acerca da mesma gestão, mas a verdade é que essas pessoas estavam a trabalhar, tinham um vencimento mensal com o qual pagavam os seus compromissos.

Não serve de nada a gente ir para manifestações, manter o partido nas manifestações e acompanhar estas pessoas durante um dia em que as pessoas se manifestam pelo seu posto de trabalho e, depois, quando temos a possibilidade na mão de salvar essas situações, tentamos arranjar um conjunto de problemas para impedir a solução.

É evidente que esta solução para a qual o Sr. Secretário Regional das Finanças já mostrou disponibilidade por parte do Governo para ajudar a encontrar uma solução, não cabe ao Governo, a decisão final não é sua nem é deste Parlamento. Todos nós temos consciência de que são dois poderes diferentes e que a última palavra será sempre da própria autarquia.

Portanto, o que está aqui em cima da mesa é aprovarmos esta recomendação, simplesmente para o Governo mostrar disponibilidade, dentro daquela que é a disponibilidade e a carência que existe na administração pública regional.

Não é mentira que não existem casos de carência na administração pública regional, portanto esta é uma forma de solucionar dois problemas, um problema

que é o que existe da carência de pessoal na administração pública regional e outro problema que acaba por ser ajudar a própria autarquia a encontrar uma solução.

Relembro que na entrevista ao “Açoriano Oriental”, a Sra. Presidente da Câmara da Praia da Vitória dizia, a 14 de julho de 2023, que “era importante que o Governo Regional fosse também chamado a este assunto” e que todas as entidades competentes fossem chamadas, porque era uma responsabilidade de todas e todos nós. E o que nós estamos exatamente a fazer aqui é a dar resposta àquele que também foi o apelo da Sra. Presidente da Câmara. Mas temos plena consciência de que isto é um processo demorado, burocrático, tal como os próprios trabalhadores também têm.

Aproveito também aqui este momento para saudá-los, primeiro pela capacidade de reivindicação que manifestaram durante todo este processo e tem sido público durante estes dias todos e acho que acaba por revelar um pouco da ansiedade em que aquelas pessoas vivem neste momento. Não é que as pessoas que já estejam no desemprego não o sintam - eu também sou solidária com todas as pessoas que neste momento gostavam de ter um emprego e não têm – mas nós temos esta possibilidade de, hoje e aqui, tentar em conjunto encontrar uma solução para estas pessoas.

Tal como disse e bem, o Sr. Deputado Pedro Neves...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Berto Messias!

A Oradora: ... há já pessoas que atravessam problemas de estabilidade emocional, porque como sabem, os juros das casas subiram exponencialmente, as pessoas têm compromissos assumidos, não estavam à espera de serem despedidos e, portanto, é normal que esta situação desenvolva um conjunto de ansiedades nessas pessoas.

Por isso, pelo que já percebi aqui, o Governo Regional já se mostrou disponível e, sinceramente, à parte do Sr. Deputado Independente que já mostrou que iria

votar contra esta solução, da minha parte e da parte do Bloco de Esquerda, quero deixar isto bem claro aqui, essencialmente da parte destas pessoas que estão a atravessar este problema neste momento, um muito obrigada da parte delas, por reconhecerem que há um problema, mas também reconhecerem que há uma solução e que ela é possível.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Costa.

(*) **Deputado Luís Costa (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É função de um autarca agir com prudência, sustentabilidade e rigor nas finanças públicas. Isto é o que me diz a experiência de 25 anos de autarca.

Deputada Nídia Inácio e Deputado Alberto Ponte (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não foi isso que aconteceu na Praia da Vitória, quando o Partido Socialista prometia o que não tinha e dava o que não era seu.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Não foi isso que aconteceu na Praia da Vitória, quando o Partido Socialista engordava a Cooperativa Praia Cultural, fugindo ao escrutínio público devido.

Deputada Nídia Inácio (PSD): Bem lembrado!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Cabe agora a quem lá está, com coragem e rigor, enfrentar o inevitável.

A questão que se impõe é: o que faria o Partido Socialista se estivesse à frente do município?

Deputado Alberto Ponte (PSD): Muito bem!

O Orador: Continuará a enganar os praienses até quando?

Disse.

Deputada Nídia Inácio (PSD) e Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sem querer alongar muito mais o debate sobre esta matéria, não posso deixar de dizer aqui mais duas ou três coisas relativamente àquilo que, depois da minha primeira intervenção, foi dito.

Em primeiro lugar, eu queria dizer à Sra. Deputada Alexandra Patrícia Manes que o Bloco de Esquerda não se pode arrogar de dono das manifestações.

Deputada Alexandra Manes (BE): Eu não me arroguei disso!

O Orador: Era só o que mais faltava se um membro de outro partido que não fosse o Bloco de Esquerda fosse proibido, impedido de participar na manifestação dos despedidos da Praia da Vitória.

Ora, coisa bem diferente é compactuarmos aqui com uma medida que pode ser injusta, que pode não resolver os problemas dessas pessoas e que pode criar expectativas falsas na cabeça dessas pessoas. E essa é a principal questão que nós temos aqui. E eu diria mais. Vamos imaginar (vamos imaginar!) que a Sra. Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, em vez de ter despedido aqueles trabalhadores que tinha a mais... E atenção que aquela Sra. Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória chega a Presidente da Câmara da Praia da Vitória porque o povo decidiu pôr em casa o partido que tinha criado o

problema, e aí nós acreditamos na democracia, e é isso que é preciso dizer ao povo dos Açores, que tem de acreditar na democracia e sair de casa e castigar aqueles que governam mal.

E esta é a essência da democracia. É por isso que, mesmo quando tenho maus resultados, na noite das eleições, eu digo sempre que a noite das eleições é a noite da festa da democracia, independentemente do resultado que eu tenha ou independentemente do resultado me ser mais favorável ou menos favorável. É o povo que decide! É povo que decide e o povo, apesar das tentativas de manipulação e de partidarização de questões como essas, sabe sempre muito bem o que é que faz (sabe sempre muito bem o que é que faz!).

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

O Orador: Mas, estava eu a dizer: o que diria o Bloco de Esquerda se, em 2022, depois de tomar posse a Câmara Municipal da Praia da Vitória, tivesse internalizado esses trabalhadores todos e, logo a seguir, tivessem aparecido os concursos na BEPA para os transferir para a administração pública regional? O que diria o Bloco de Esquerda e o resto das bancadas da esquerda neste Parlamento?! *Aqui-d'el-rei! Aqui-d'el-rei!* O jeito que deram à Sra. Presidente da Câmara da Praia da Vitória! Era isto que estava... provavelmente daquela tribuna! Não seria uma mera resolução, seria um combate político feroz (seria um combate político feroz!)

(Apartes inaudíveis)

Deputado António Lima (BE): E as orgânicas alteradas para serem dirigentes nomeados por nomeação?!

O Orador: É o que continuo a dizer, Sr. Deputado António Lima! E isto que aqui se está a fazer é precisamente a mesma coisa que eu condenei no passado!

Deputado António Lima (BE): Então, vote contra!

O Orador: E estar a dizer que essas...

Mas eu já lhe disse como é que ia votar? Eu não lhe disse como é que ia votar!

Deputado António Lima (BE): Então, diga!

O Orador: Ah! Então!

(Aparte inaudível do Deputado António Lima)

O Orador: O senhor há de ver, na hora certa! Era só o que mais faltava! Era só o que mais faltava!

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: E é precisamente por isso, é por estas jogadas, é por haver aqui um discurso que, inclusivamente, dá a entender que essas pessoas estão abandonadas e desprotegidas, não! Essas pessoas estão protegidas pelo sistema de segurança social e pelo subsídio de desemprego! Estão protegidas até se encontrar uma solução! Não estão totalmente desprotegidas nem abandonadas! É falso dizer que o estão. É falso dizer que o estão! E não é tratamento igual, e não é equidade tratar essas pessoas de maneira diferente de outras que foram despedidas, entretanto, de outros sítios.

Deputado Pedro Neves (PAN): E da Cofaco? Qual é o posicionamento do IL da Cofaco?

O Orador: É totalmente contra aquilo que se fez na Cofaco. Por que é? Qual é o seu problema? Eu não sei qual é o seu problema?

Deputado Pedro Neves (PAN): Vejam, vejam *(inaudível)*...

O Orador: Em qualquer, em qualquer...

Uma questão... É bem diferente! É bem diferente!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para não levar isto muito mais longe, o que queria deixar bem claro é que esta decisão pode ser uma decisão que está a criar ilusões na cabeça das pessoas, que vai criar mobilidade entre outros que não estes, que vai criar soluções de mobilidade entre outros que não estes, e é bom que as pessoas lá em casa estejam bem cientes disso.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários Regionais:

Sr. Deputado Nuno Barata, permita-me dizer-lhe o seguinte. Nessa sua apologia que faz da vontade do povo nas democracias, há aqui uma questão que é muito relevante: é que em nenhum momento no programa do PSD e do CDS estava que a Câmara Municipal ia despedir pessoas e em nenhum momento a Sra. Presidente Vânia Ferreira do PSD e do CDS afirmou na campanha eleitoral que ia despedir pessoas, quando as contas da Câmara Municipal da Praia da Vitória eram públicas, publicadas e conhecidas por todos.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Portanto, há aqui esta pequena *nuance* de que a Câmara está a fazer aquilo que nunca disse que iria fazer em campanha eleitoral. E isso é uma grande diferença nos regimes democráticos e em democracia.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Peço a palavra para esclarecer duas questões que são muito relevantes. Desde logo, eu acho que a intervenção do Sr. Secretário, depois secundada pela

intervenção do Sr. Deputado Paulo Gomes, é muito clara e entronca, aliás, naquilo que foi respondido pela Sra. Presidente da Câmara, na passada quarta-feira, na última reunião de Câmara ordinária. Em primeiro lugar, quero referir-me àquele que é o mapa que o Sr. Deputado mostrou sobre o crescimento de trabalhadores.

O crescimento de trabalhadores na Cooperativa Praia Cultural aumenta por um conjunto de razões que são muito claras. Desde logo, a lei do então Ministro Miguel Relvas, que definiu que todas as empresas municipais que não dessem lucro tinham de ser extintas. Existia a Praia em Movimento, que fazia e que prestava um conjunto de serviços que nós já aqui afirmámos, que teve de ser extinta. Estes trabalhadores passaram para a Associação Salão Teatro Paraíso e depois passaram para a Cooperativa Praia Cultural. Daí este crescimento, precisamente porquê? Porque o PS definiu como linha vermelha que ninguém era despedido e que toda a gente mantinha o seu posto de trabalho.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Com uma agravante, com outra questão! E definiu o Partido Socialista também o seguinte, tendo em conta o contexto económico e social da Praia da Vitória, depois das reduções na Base das Lajes. Todos aqueles que estavam em programas ocupacionais eram integrados, tinham o seu posto de trabalho e não iam para uma situação de desemprego. Foi esta a opção do Partido Socialista na Câmara Municipal da Praia da Vitória!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

E dizer, Sr. Deputado Paulo Gomes, brincar com os contribuintes, ter a Cooperativa Praia Cultural com uma rede de creches e ATL, com um gabinete

do turismo, com um gabinete do desporto, com sistema de ação social, com sistema de apoio ao idoso, com a promoção das freguesias ativas! Isto é brincar com o dinheiro dos contribuintes? Não é, Sr. Deputado! Isto é prestar um serviço público fundamental para a população da Praia da Vitória, que estes funcionários, de forma competente e abnegada, sempre garantiram e sempre trabalharam.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

E há uma questão que é também para nós fundamental. Há uma questão que nós sabemos. Há aqui a questão da complexidade, da legalidade, da complexidade da solução e da necessidade do seu estudo. Nós damos isso de barato. Eventualmente, há jurisprudência sobre esta matéria, quer na Região, quer no país. Veja-se o que se passou noutros municípios da Região. Mas há uma coisa que nós sabemos: é que para implementar esta solução, isto deve ter por base a mobilidade entre estruturas. E, portanto, há uma questão que é fundamental aqui e que tem de acontecer no curto prazo, senão quer o Governo quer a Câmara Municipal estão a ludibriar e enganar as pessoas. É que se esta solução for para avançar e se esta resolução for aprovada, e por isso tem de avançar, os despedimentos têm de parar já! Têm de ser revertidos já! E tendo em conta aquilo que disse o Sr. Secretário, tendo em conta aquilo que disse o Sr. Deputado Paulo Gomes de que é complexo, temos de ver e tal... tendo em conta a resposta que a Sra. Presidente da Câmara disse, na passada quarta-feira, a uma resposta de um vereador do PS que os despedimentos eram para avançar e não seriam revertidos, Sras. e Srs. Deputados, das duas uma, ou os senhores aprovam esta resolução e os despedimentos são revertidos, interrompidos já, nos próximos dias, ou os senhores estão a enganar os trabalhadores, estão a

enganar os praienses e estão a enganar as açorianas e os açorianos, e é isso que nós estamos aqui para acompanhar e escrutinar.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma primeira palavra para os funcionários do município da Praia da Vitória, todos eles.

Os funcionários do município são vítimas de desmandos do Partido Socialista, que governou o município da Praia da Vitória durante demasiado tempo com maioria absoluta. Foram 16 anos de maioria absoluta do Partido Socialista que trouxeram o município da Praia da Vitória a esta situação, e os seus funcionários são vítimas desta maioria absoluta, que decidia tudo o que queria e também escondia da oposição o que queria. E, portanto, o verdadeiro escrutínio nunca foi possível de ser realizado porque eram sonegadas informações à oposição, fosse na Câmara, fosse na Assembleia Municipal.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

E, portanto, estamos completamente solidários com os funcionários, estamos obviamente preocupados com toda esta situação...

Deputado Berto Messias (PS): Hipocrisia!

O Orador: ... e estamos tentando encontrar soluções que não coloquem as pessoas, todas as pessoas do município, não só os trabalhadores, mas também os trabalhadores dos fornecedores do município, das empresas fornecedoras, em situação de fragilidade.

E, portanto, dito isto, obviamente que estamos empenhados em encontrar soluções.

Recebi, e julgo que os restantes deputados também receberam, *e-mails* de trabalhadores a sensibilizar-nos para aprovarmos esta iniciativa do Bloco de Esquerda, porque eles depositam uma grande esperança nesta iniciativa para a resolução do problema dos despedimentos. E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, não contem com o CDS, neste debate, como também não têm contado com o CDS na autarquia da Praia da Vitória, em todos os debates em que temos participado, com hipocrisia e com dissimulação. Estamos aqui para encontrar soluções, soluções que não deixem ninguém desamparado.

Como já aqui foi dito, a concretizar-se estes despedimentos, estas pessoas não ficam desamparadas, porque têm direito ao fundo de desemprego. Ponto final.

E vou pegar na última declaração do Sr. Deputado Berto Messias. O Sr. Deputado Berto Messias acusa a coligação de querer, de ter aqui uma vontade para deixar estes funcionários desamparados ao não aprovar esta iniciativa. Sr. Deputado, esse seu argumento seria válido se esta iniciativa fosse proposta pela coligação; esta iniciativa não é proposta pela coligação. Nós iremos votar em consciência esta iniciativa, agora, esta iniciativa não é nossa proposta, portanto nós não estamos a defraudar ninguém. Não estamos a defraudar ninguém!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Quem defraudou foi o Partido Socialista! Foi o Partido Socialista, desde 2005! E há aqui uma questão que ninguém fala. Parece que o problema da Praia da Vitória são funcionários. Não! O problema da Praia da Vitória não são pessoas, não são funcionários; o problema da Praia da Vitória é falta de

dinheiro, falta de dinheiro por excesso de endividamento e excesso de funcionários.

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade!

O Orador: É verdade! São cerca de 40 milhões de euros de dívidas: dívidas à banca, dívidas a fornecedores.

Deputado Berto Messias (PS): Isso aumenta de dia para dia?

O Orador: Não aumenta, não aumenta de dia para dia. Eu estou a arredondar o valor.

Deputado Berto Messias (PS): Ah! Muito para cima!

O Orador: Não é muito para cima! Não é, porque 39 para 40 não é muito para cima, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor sabe que não é assim!

O Orador: E, portanto, há excesso de endividamento e há ilegalidades no endividamento.

A auditoria que foi feita não foi a auditoria feita aos funcionários, foi auditoria feita ao município, à situação do município, e tem uma componente financeira e uma componente de funcionários. A auditoria identifica que há três serviços de pessoal no município; três serviços financeiros no município; há a duplicação de funções; identifica excesso de endividamento; identifica que, por exemplo, a Praia Ambiente tem uma dívida de cerca de 5 milhões de euros para edifícios que não são usados para o fim da Praia Ambiente, não são usados pela Praia Ambiente! Isto é ilegal!

Há funcionários da Cooperativa Praia Cultural a trabalhar no tribunal, uma instituição do Estado! Nas Finanças!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Como há do Governo Regional a trabalhar nas Finanças!

O Orador: Estiveram a trabalhar numa creche privada, no município da Praia da Vitória! Isto é concorrência desleal às outras creches!

Isto é o legado do Partido Socialista na Praia da Vitória.

E o Sr. Deputado Berto Messias não consegue nem pode lavar daí as suas mãos, tem a sua quota parte de responsabilidade.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

(Apartes inaudíveis das bancadas)

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias, V. Excia. vem para este debate querendo branquear o legado desastroso e ruinoso do Partido Socialista na Praia da Vitória. É bom que os praienses estejam a assistir a este debate, para eles perceberem verdadeiramente o que está em causa, porque eles não têm consciência disso. Até finais de 2020, a Câmara beneficiou de carência de capital em vários empréstimos e, em 2021, caiu, nos encargos da Câmara, o capital desses empréstimos no montante superior a 8 milhões de euros. É aqui que está o problema, o excesso de encargos, o dinheiro não chega para tudo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso ele não diz!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah, pois é!

O Orador: Não chega para pagar os empréstimos e também não chega para pagar os quatrocentos funcionários.

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Qual é a solução? Manter 400 funcionários e não pagar ao banco? Durante anos, na Assembleia Municipal da Praia, me foi atirado à cara, sempre que eu chamava a atenção para o seu endividamento, que o valor dos ativos era superior ao valor dos passivos. O que é que se vai fazer? Vender estradas para pagar os empréstimos? Vai-se vender o único serviço do Cabo da Praia, onde está uma creche e junta de freguesia para pagar o empréstimo?

Deputado Berto Messias (PS): Isso é de uma ignorância atroz!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E esse empréstimo é da Praia Ambiente. Vai-se vender o edifício na Rua de Jesus, onde funcionam os serviços municipalizados da Câmara para pagar o empréstimo da Praia Ambiente, porque esse edifício é da Praia Ambiente? É isso que se vai fazer para preservar os postos de trabalho? Qual é a solução, Sr. Deputado Berto Messias?

Deputado Berto Messias (PS): É não despedir ninguém!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Gomes, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta segunda intervenção do Sr. Deputado Berto Messias, eu pensava que ia pedir desculpa a todos os praienses pelo descalabro que foi a governação do Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E pedir desculpa, acima de tudo, pelos 33 milhões de euros de dívida da Câmara Municipal da Praia da Vitória. Aí é que eu pensava.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: O Sr. Deputado falou do programa eleitoral e esqueceu-se de dizer que no programa eleitoral da coligação para as autárquicas de 2021 estava a auditoria, auditoria que está a ser realizada, porque o Partido Socialista, falando novamente nos recursos humanos, a governar a Câmara da Praia da Vitória, contratava, sem qualquer diagnóstico de necessidade, sem qualquer critério. Havia alguns, que nós sabemos quais são, e eu até prefiro nem sequer falar neles.

Em relação ao Sr. Deputado Independente, suscitou-me aqui também uma situação que acho que era importante esclarecer os praienses e os açorianos.

Em 2012, o Tribunal de Contas fez um conjunto de referências à situação da Câmara da Praia da Vitória, e, 2012, lembro, numa altura em que só tinha 26 funcionários, a Cooperativa. Portanto, dizia o Tribunal de Contas: “O atual nível de endividamento municipal não é sustentável a prazo, caso não sejam adotadas medidas tendentes a promover uma redução estrutural da despesa, de modo a ajustá-la ao nível das receitas obtidas”. Dizia também o Tribunal de Contas, em 2012 (atenção, 2012!): “Com efeito, o esforço financeiro associado ao atual nível de endividamento será incomportável para as finanças municipais, dada a impossibilidade legal do município de proceder à reprogramação da dívida ou à consolidação de passivos financeiros, a não ser que recorra a um processo de saneamento de reequilíbrio financeiro ou ainda ao PAEL, hipóteses que não integram os pressupostos subjacentes à elaboração dos projetos”. Portanto, estamos a falar em 2012! Como é que depois desses avisos do Tribunal de Contas, dos avisos dos deputados da oposição, do PSD e

do CDS, e outros, nas assembleias municipais, das estruturas partidárias, o que é que a Câmara Municipal faz? Contrata mais 150 funcionários. Ou seja, passou de 287, que era um número razoável para a dimensão da Câmara Municipal da Praia da Vitória, e contrata mais 150 funcionários, como neste quadro que eu demonstrei, que é factual.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso não é verdade!

O Orador: É verdade, sim, senhora.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso não é verdade!

O Orador: E para terminar,...

(Apartes inaudíveis dos deputados da bancada do PS)

O Orador: ... foi falado aqui das competências. A mim, choca-me ver, por exemplo, que, no universo da Câmara Municipal da Praia da Vitória, o município tenha três câmaras fotográficas e cinco fotógrafos. Eu não sei! Fiquei a pensar, quando vi isso, não sei se trabalhavam por turnos, se havia eventos às 3h, 4h da manhã, que tivesse de haver rotação. Portanto, isso é um pequeno exemplo de incoerência e do desbarato que foi a contratação de recursos humanos para a Cooperativa Praia Cultural.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é um grande desrespeito aos trabalhadores!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(Diálogo inaudível entre bancadas)

(*) **Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quero, em primeiro lugar, dirigir-me aos trabalhadores da Praia da Vitória, da Cooperativa Praia Cultural, e dizer-lhes que eles podem contar com a solidariedade, o humanismo da parte do Grupo Parlamentar do PPM.

Deputado Berto Messias (PS): Sim, sim, como se tem visto! Tudo para o olho da rua, à sua sorte!

O Orador: Chegaram-me muitos *e-mails* nesse sentido. Fui contactado por muita gente, e eu quero dizer que tenho da política uma visão humanista. Eu sei o que é que é ficar sem emprego, eu sei o que é que é ter de alimentar as suas famílias no final do mês. Eles foram vítimas de uma governação absolutamente irresponsável! Irresponsável!

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Os números não enganam. Nós temos aqui um crescimento. Em 2005, a Cooperativa Praia Cultural tinha dois trabalhadores; em 2016, tinha 26; em 2020, 148;...

Deputado Berto Messias (PS): Eu já expliquei isso! Não manipule os números!

O Orador: ... e em pleno período COVID, em 2021, passa para 178 trabalhadores. Isto é uma gestão absolutamente ruinosa (ruinosa!). Nada justifica esta irresponsabilidade. Para mais, quando o Tribunal de Contas teve a oportunidade, em 2012, como aqui já foi lido, que era necessário proceder a uma redução estrutural da despesa, que a Câmara Municipal se direcionava para a catástrofe; pois, mesmo assim, depois destes avisos, desta contextualização do Tribunal de Contas, o que é que fez a gestão do Partido Socialista, na Praia da

Vitória? Aumentou ainda mais as despesas, aumentou ainda mais o endividamento, aumentou ainda mais o número de trabalhadores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Era uma catástrofe anunciada.

Deputado Berto Messias (PS): Catástrofe é a Presidente da Câmara que ela tem!

O Orador: E o que eu quero dizer sobre esta matéria é: o que é que não seria se tivessem sido os partidos da coligação a apresentar esta iniciativa? O que é que não seria? Qual não era a acusação que era dirigida, neste momento, por parte do Partido Socialista? Ainda bem!

Deputado Berto Messias (PS): Jamais apresentariam!

O Orador: E quero, desde já, felicitar o Bloco de Esquerda por ter apresentado esta iniciativa. Quero, desde já, felicitar o Bloco de Esquerda por ter apresentado esta iniciativa em relação a esta matéria. Porque esta iniciativa permite-nos e permitiu que tivesse esta resposta favorável por parte do Governo Regional.

Os senhores, certamente, não querem enganar ninguém, como aqui foram acusados por parte do Partido Socialista. Certamente o Bloco de Esquerda não quer enganar ninguém, mas também vos quero dizer que a resposta positiva que receberam à vossa iniciativa, o Governo Regional também não quer enganar ninguém.

Deputado Berto Messias (PS): Quem está a enganar são vocês e o Sr. Secretário!

O Orador: O Bloco de Esquerda não quer, o Governo Regional não quer, os partidos da coligação não querem enganar ninguém!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Quem quer enganar é quem não assume as responsabilidades!
Quem não assume as responsabilidades!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado Berto Messias tem responsabilidades políticas tremendas nesta matéria! Integrou o Governo Regional; era um responsável político da concelhia; acompanhava, de perto, a evolução das contas e a desgraça que se anunciava na autarquia! E de tal forma é assim, que essa perceção das responsabilidades políticas do Sr. Deputado Berto Messias, apesar da sua notoriedade, apesar de ter integrado o Governo, durante tanto tempo, e este Parlamento, apesar de tudo isso, apesar de uma estrutura política deste tamanho na Praia da Vitória, mesmo assim perdeu as eleições e foi esmagado nas eleições da Praia da Vitória.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Porque não foram os anteriores responsáveis políticos apenas que foram responsabilizados, foi também quem perdeu as eleições e quem foi responsabilizado politicamente foi também o Sr. Deputado Berto Messias, que agora vem aqui sacudir a água do capote e dizer: “Isto não correu nada mal. A auditoria, que é absolutamente devastadora em relação à gestão ruinosa da Câmara Municipal, nós não temos nenhuma responsabilidade. Tribunal de Contas, em 2012, estava enganado.

Deputado Berto Messias (PS): Não é nada 2012, é 2018!

O Orador: Nós não temos nenhuma responsabilidade. O que é que nós fizemos de mal? Nós... Trinta e tal milhões de dívida não é nada de especial!”. Não é

nada de especial porque o senhor não tem de pagar os cheques para pagar a dívida; o senhor, pura e simplesmente... Eu percebo o que é que será o desespero de quem governa uma Câmara e, no final do mês, não tem dinheiro para pagar os empréstimos e pagar os vencimentos. E o senhor, obviamente, para isso, para si, isso não conta. O senhor não está preocupado com essa matéria, mas existe quem esteja preocupado, que é quem tem de cumprir, todos os meses, as suas responsabilidades, pagar as dívidas e pagar os vencimentos aos funcionários.

Deputado Berto Messias (PS): Os vencimentos estão garantidos pelo Orçamento do Estado!

O Orador: Por isso, o que eu aqui quero dizer é que, e o que é importante, e dirigindo-me, outra vez, aos trabalhadores da Praia da Vitória, a quem está na Cooperativa Praia Cultural, o que lhes quero dizer é que podem contar connosco para resolver um problema criado pelo Partido Socialista.

Deputado Berto Messias (PS): Podem, para ir para o olho da rua!

O Orador: Mas nós podíamos, pura e simplesmente, dizer: “Bom, isto não tem nada a ver connosco, isto é culpa do Partido Socialista!”. E podíamos endossar essa responsabilidade ao Sr. Deputado Berto Messias, mas não foi isso que nós fizemos. O que nós fizemos foi, perante uma proposta concreta, apresentada pelo Bloco de Esquerda, o Governo, dentro daquele que é o quadro legal, dentro daquela que é a proposta do Bloco de Esquerda, o que nós vamos fazer é um esforço para que ela seja implementada. Mais do que isso, não é apenas um esforço. Eu tenho a certeza de que vamos encontrar as soluções adequadas para proteger estas pessoas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Isso é que é fundamental, e isto é uma visão humanista destas questões. Não deixamos ninguém para trás, mesmo aqueles que foram deixados para trás por parte do Partido Socialista.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos encerrar os nossos trabalhos para o almoço. Regressamos às 15h.

Eram 13 horas e 02 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 02 minutos.

Antes do almoço, estava inscrito o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública. Tem a palavra, Sr. Secretário.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Prescindo.

Presidente: Prescinde.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sim, senhor.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu tenho apenas três questões a referir, que não posso deixar de referir tendo em conta que fui visado diretamente sobre elas. Não é que isto releve muito para as pessoas que, infelizmente, estão confrontadas com uma situação de desemprego, mas acho que no âmbito do debate político e, enfim, da precisão histórica é importante fazê-las. Em primeiro lugar, dizer que não deixa de ser curioso que agora se critique profundamente muitas das medidas e os investimentos que foram feitos no concelho da Praia da Vitória, quando na

Assembleia Municipal e na Câmara Municipal a esmagadora maioria dessas medidas e desses investimentos foram sempre aprovados por unanimidade e por quem na altura até exigia que se fizesse mais, que se construísse mais e que se investisse mais.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mentira!

Deputado Tiago Branco (PS): Muito bem!

O Orador: O meu percurso político é público, é conhecido, enfim, de todos já há longos anos, mas eu fui aqui referenciado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão e não posso deixar de fazer uma precisão histórica. Em primeiro lugar, eu deixei de ter funções executivas na Câmara Municipal da Praia da Vitória há 15 anos. Há 15 anos que deixei de ter funções executivas na Câmara Municipal da Praia da Vitória.

E dizer também o seguinte, porque foi referido que eu teria sido esmagado nas últimas eleições autárquicas: ora, eu e o Sr. Deputado Paulo Estêvão temos em comum o facto de nos termos candidatado enquanto cabeças de lista nas últimas eleições autárquicas, eu na Praia da Vitória, o Sr. Deputado Paulo Estêvão enquanto cabeça de lista à Assembleia Municipal no Corvo. E a verdade é que eu perdi as eleições para a Câmara Municipal da Praia da Vitória por 2,5%. É verdade. O Sr. Deputado Paulo Estêvão perdeu as eleições para a Assembleia Municipal do Corvo por 29%! Portanto, sobre esmagamentos eleitorais, estamos conversados.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Grande argumento!

O Orador: Obviamente que isso não me alegra, naturalmente, porque eu perdi, ele também perdeu, enfim, o povo decidiu, está decidido. Mas sobre o esmagamento, estamos absolutamente conversados.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Parece-me uma precisão histórica importante e relevante, mas isso, infelizmente, não abona nada para a vida e para o futuro dos despedidos.

Para terminar e volto a referir essa questão, porque isso é que verdadeiramente releva e é bom que isso fique claro, porque essas dúvidas foram sendo adensadas ao longo das intervenções que ouvimos, quer do Sr. Secretário, quer do Sr. Deputado Paulo Gomes, quer agora também do Sr. Deputado Pedro Pinto, quando repetidamente dizem que estas pessoas estão protegidas porque têm subsídio de desemprego.

No caso de esta Resolução ser aprovada, como julgo que será, para que esta Resolução, sendo aprovada, tenha efeitos práticos é fundamental que os despedimentos parem já e sejam revertidos já. Só assim é que o comprometimento de busca de solução poderá ter consequência. Portanto, se esta Resolução for aprovada, isto só terá efeito prático se estes despedimentos forem revertidos e interrompidos já.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: E, sendo aprovada, espera-se, por isso, que o Governo contacte de imediato a Câmara Municipal da Praia da Vitória para que possa proceder dessa forma, ou seja, interromper e reverter de imediato os despedimentos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Berto Messias, eu não posso aceitar o tom jocoso com que está encarando o debate ao fazer essas comparações entre “eu perdi por isto e aquele

perdeu por outro...”, porque está em causa a vida de pessoas e de famílias. E, portanto, eu acho que já chega de bandalheira na Praia da Vitória.

E, portanto, as pessoas estão ansiosas, pelo menos aquelas que me escreveram. Percebe-se claramente que estão ansiosas com esta situação, estão angustiadas já há muitas semanas ou meses até. E, portanto, espera-se que a gente encare este assunto com a maior serenidade possível.

Na minha primeira intervenção, eu referi que não poderíamos ter um debate com hipocrisia, tínhamos de fazer um debate com verdade. E em nome dessa verdade e dessa honestidade que é devida, não só a estes 29 trabalhadores, mas a todos os habitantes da Praia da Vitória, é preciso dizer o seguinte...

Deputado Berto Messias (PS): Não são 29, são 36!

O Orador: O Sr. Deputado Berto Messias, em aparte, diz que não são 29, que são 36. Dos 36, Sr. Deputado Berto Messias, já houve sete que, entretanto, arranjam um emprego e aderiram ao mecanismo de despedimento por mútuo acordo e, portanto, já se desvincularam do município e já prosseguiram a sua vida.

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é verdade! Está mal informado!

O Orador: E, portanto, estão apenas 29 em processo de despedimento.

Estava eu dizendo que há coisas que faz falta dizer em nome da verdade que é devida não só os trabalhadores, mas a todos os praienses. Temos aqui uma iniciativa do Bloco de Esquerda, que nós, obviamente, aceitamos, porque vem tentar resolver um problema social que ninguém deseja. E vamos então imaginar que, da parte do Governo, o Governo consegue encontrar as 29 vagas na função pública para que se possa atender a estes funcionários. Não há é garantia de que as 29 vagas sejam todas na Praia da Vitória. E não sendo todas na Praia da Vitória, coloca-se a questão se depois os funcionários irão querer candidatar-se a uma mobilidade para Angra do Heroísmo.

Mas vamos até considerar que há 29 vagas na Praia da Vitória. O Governo faz o

seu serviço, encontra as 29 vagas, comunica à Câmara, o processo de despedimento para. Portanto, os funcionários não podem passar da situação de despedidos para o regime de mobilidade, têm primeiro de ser integrados na Câmara. Ao serem integrados na Câmara, eles têm de concorrer a um concurso de mobilidade, mas concorrem os 29, como poderão concorrer os outros 92 que também vão transitar para os quadros da Câmara. Mas a esses também poderão concorrer os outros 180 ou 190 que já lá trabalham na Câmara. Portanto, isto não é nem nunca será um regime fechado exclusivamente para os 29 funcionários. Acresce que também qualquer funcionário público, noutra qualquer departamento, poderá concorrer a estas vagas. Portanto, não há a garantia absoluta de que estas vagas sejam para estes 29 funcionários.

Deputado Berto Messias (PS): Esta intervenção diz tudo, a solução que não é solução nenhuma!

O Orador: Depois, não há garantia absoluta também de que as vagas que o Governo encontrar se adequem às habilitações académicas e às competências profissionais dos 29 funcionários em despedimento. Portanto, não há garantias nenhuma de que isto possa acontecer desta forma tão linear como esta proposta quer fazer crer. Portanto, nós não embarcamos, não podemos embarcar na criação de uma falsa esperança.

Deputado António Lima (BE): Isso não é verdade!

O Orador: Depois, na minha primeira intervenção, eu disse que ao longo dos anos fui alertando o executivo camarário para o excesso de endividamento. E alertei porque se percebia que a Câmara Municipal estava num caminho vertiginoso para o abismo.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E fi-lo, obviamente, a pensar nas consequências que isso poderia ter para as pessoas, não só para os funcionários, mas também para todos os habitantes da Praia da Vitória e os contribuintes da Praia da Vitória. E, portanto,

desde há muitos anos que estamos preocupados e que o CDS está preocupado com as pessoas, não é só agora que surgiu a preocupação com as pessoas.

E, depois, desde que este processo começou, a Praia Ambiente abriu vagas. Nenhum funcionário da cooperativa, seja dos que não vão ser despedidos, seja dos que estão em processo de despedimento, concorreu às vagas da Praia Ambiente, que pertence ao grupo municipal.

A TERAMB, neste ano, também abriu vagas. Elas também foram divulgadas aos funcionários da cooperativa. Nenhum funcionário da cooperativa concorreu a essas vagas postas a concurso.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Já vou terminar, Sr. Presidente.

E, depois, no final disto tudo, estamos tentando criar aqui um mecanismo de cariz excecional para atender à necessidade de 29 pessoas.

Deputado João Vasco Costa (PS): 36!

O Orador: Mas também não há aqui nada que obrigue e nos garanta que, depois de serem integradas nos quadros da Câmara, essas 29 pessoas concorram às vagas que aparecerem para efeitos de mobilidade. Em nome da verdade, isto tinha de ser dito.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): A intervenção do Sr. Deputado Pedro Pinto é absolutamente esclarecedora!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O CDS esgotou o seu tempo para este debate.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu intervenho neste debate e a minha intervenção era para ser outra, não era exatamente aquilo que vou dizer agora.

Eu fico preocupado com a intervenção do Sr. Deputado Pedro Pinto, porque, em primeiro lugar, a intervenção do Sr. Deputado Pedro Pinto não coincide com a intervenção do Sr. Secretário Regional das Finanças e Administração Pública. Esse é o primeiro ponto.

E, Sr. Secretário, deixe-me que lhe diga, e eu julgo que quem seguiu o debate da parte da manhã percebeu o que se propõe e aquilo que o Governo disse, a mobilidade não é um concurso aberto para toda a Administração Pública nos Açores e no mundo. Não é isso que se pretende.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Onde é que está a lei?

O Orador: E não foi isso que o senhor disse.

Por isso é preciso que fique claro que aqui o que se está a propor é mobilidade para os trabalhadores da Praia Cultural, depois da sua integração na Câmara Municipal da Praia da Vitória, que é necessária porque é fundamental para o cumprimento e para que essa mobilidade seja possível. E, naturalmente, como é óbvio, os despedimentos têm de parar para que esse processo decorra.

E como é óbvio, também, a partir deste debate, fica claro que, de acordo até com a opinião do Governo, poderá ser necessário um contacto formal, que, certamente, o Governo terá de fazer, mas fica claro que politicamente este processo tem de parar. E se não parar, toda a responsabilidade política sobre a sua continuação e sobre o despedimento desses trabalhadores e dessas trabalhadoras cai em cima da Sra. Presidente da Câmara e de quem a apoia! E é preciso que fique aqui dito: de quem a apoia!

Por isso, vamos confiar na boa-fé de quem vai votar favoravelmente esta

proposta. E eu vou fingir ou pelo menos não valorizar a intervenção do Sr. Deputado Pedro Pinto, porque o que parece querer dizer é que isto é uma coisa para aprovar, para descalçar a bota, desvalorizar o problema e ficar tudo como está.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Nada disso! Nós não estamos cá para enganar ninguém, Sr. Deputado!

O Orador: E espero muito bem que não seja isso!

E tenho muita pena de ter de fazer esta intervenção, porque não a ia fazer, a minha intervenção era outra e tive de a alterar porque ouvi palavras que esperava não ouvir depois do debate que decorreu esta manhã. Aquilo que interessa é, fundamentalmente, resolver um problema.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Já anda a ser resolvido há meses!

Deputado Berto Messias (PS): Não, não anda! Não é a despedir pessoas!

O Orador: Nós discordamos totalmente da visão de quem acha que, perante um problema deste tipo, perante alguma situação complicada do ponto de vista financeiro no município... Eu não me vou meter nos assuntos da Assembleia Municipal da Praia da Vitória, mas discordo totalmente da visão de quem acha que se resolve os problemas despedindo trabalhadores. Uma entidade pública não o pode fazer! Nenhum município dos Açores nem do Continente o fez!

Deputado Paulo Gomes (PSD): É mentira!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O Sr. Deputado responda a uma pergunta!

O Orador: Mas deixemos este debate para o órgão próprio. Nós fazemos esse debate nos sítios próprios, mas discordamos dele e não desvalorizamos.

Agora, o que nós estamos aqui a procurar e a propor é uma solução. Aquilo que é fundamental e que essa proposta já demonstrou é que neste Parlamento, não havendo eventualmente unanimidade, há um grande consenso de que o Governo deve fazer parte dessa solução.

Agora, não me venham com jogos de palavras, querendo fazer crer que isto é

para ficar tudo como dantes. Não é. E se for, serão chamados à responsabilidade os responsáveis!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É extraordinário, mais uma vez, que numa passagem de um momento parlamentar para outro momento do debate parlamentar, foi de ontem à noite para hoje de manhã, foi do final da manhã para o início da tarde, o Bloco de Esquerda tem esta virtude na sua conceção de querer sempre ficar numa espécie de por cima do jogo ou como o partido das causas e dos jogos de palavras. Jogo de palavras é a Resolução que o senhor fez. E isso ficou admitido logo no início do debate. O senhor foi habilidoso na forma como descreveu na Resolução uma metodologia que, ao fim e ao cabo, implica um procedimento que, da parte do Governo, conforme foi explicado pelo Sr. Secretário, não é de hoje para amanhã. Tem de haver a publicação em BEPA, têm que ser definidos os perfis, tem que haver concursos. Tem de haver legalidade, Sr. Deputado!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Legalidade, Sr. Deputado!

O Orador: E, por isso, também não é correto do Bloco de Esquerda, do final da manhã para o início da tarde, querer fazer crer às pessoas que elas não ficam já com o problema da vida delas resolvido amanhã porque nós não queremos.

Deputado António Lima (BE): Eu não disse isso!

O Orador: Disse isso, Sr. Deputado. A mensagem que passou para os açorianos e para as pessoas que estão a viver este drama, ...

Deputado António Lima (BE): Eu não disse isso!

O Orador: ... não quero dizer habilidosamente num sentido depreciativo, ...

Deputado António Lima (BE): Está a chamar-me habilidoso?!

O Orador: ... que engenhosamente colocou na sua Resolução, ...

Deputado António Lima (BE): Muito melhor!

O Orador: ... é um texto que permite de alguma forma criar um mecanismo ao Governo para poder atuar ou para se poder empenhar numa solução que caiba dentro desta Resolução que o senhor aqui colocou, para na parte da tarde querer dar a entender que afinal são só palavras.

Deputado António Lima (BE): O Sr. Deputado Pedro Pinto é que disse!

O Orador: O Sr. Deputado Pedro Pinto, tal como a coligação e tal como o Sr. Secretário, esta manhã, explicaram de uma forma correta, para as pessoas não ficarem com uma ideia errada do que aqui estamos a aprovar, para nos dedicarmos a uma coisa que é essencial e que tem sido essencial por parte desta coligação e deste Governo e desta maioria parlamentar, deixe-me que acrescente, que é: corrigir erros do passado, corrigir problemas das pessoas. Colocámos sempre as pessoas em primeiro lugar desde o início desta legislatura. Colocámos as pessoas em primeiro lugar quando aumentámos, como nunca, o “cheque pequenino”. Colocámos as pessoas em primeiro lugar quando resolvemos a carreira dos professores. Colocámos as pessoas em primeiro lugar quando estabilizámos a carreira dos enfermeiros, dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica e das outras carreiras profissionais, que o Partido Socialista deixou para trás.

E, agora, estamos a procurar, mais uma vez, ir ao encontro de resolver o problema das pessoas, Sr. Deputado António Lima e Bloco de Esquerda.

Deputado Pedro Neves (PAN): Essa é que não foi habilidosa!

O Orador: Não é aqui ficar a criar expectativas que não são reais em termos do imediato e não ser coerente com aquilo que o senhor próprio colocou nesta Resolução, que é a atuação do Governo no sentido de poder ir ao encontro de uma solução para os problemas destas pessoas.

O Sr. Deputado Pedro Pinto alertou para circunstâncias nesse processo, nomeadamente a questão da deslocalização do posto de trabalho...

Deputado António Lima (BE): Mobilidade!

O Orador: ... e de outras, como o senhor sabe perfeitamente, de um concelho para o outro, que não é de todo automático, Sr. Deputado, exige procedimentos legais, concursos e abertura de anúncios no BEPA, conforme o Sr. Secretário explicou de manhã.

Deputado António Lima (BE): Mobilidade não é concurso!

O Orador: E o que eu queria, de facto, que o Sr. Deputado tivesse... Eu não quero usar termos muito fortes para o Bloco de Esquerda, porque, depois, tentam inverter o sentido das palavras, mas se tivesse a hombridade de reconhecer que teve o cuidado de colocar um texto na Resolução que abriu a porta a uma solução a este problema, mas que não resolve o problema de hoje para amanhã... Isso o senhor não faz com esta Resolução. Isso nós não vamos fazer com essa Resolução. E criar essa expectativa nas pessoas não é correto quando se tem as pessoas em primeiro lugar.

E é isso que nós estamos a fazer, é não criar a expectativa de que fica resolvido amanhã, quando ainda há todo um procedimento que está por detrás da solução deste problema, do qual o Governo já se comprometeu e se vai empenhar. E nós todos estamos interessados em resolver. E era isso que o senhor, de uma forma séria, no debate parlamentar devia reconhecer e fazer esta tarde, não o contrário do que fez esta manhã.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Sr. Deputado Berto Messias, devia estar centrado naquelas que são as questões essenciais, que é resolver os problemas das pessoas na Praia da Vitória. Em vez disso, V. Exa. usou o pouco tempo que ainda tinha para falar do Corvo e comparar o seu currículo com o meu. Pronto, leve a taça! V. Exa. já foi Membro do Governo, é o poderosíssimo Sr. Deputado Berto Messias! Pronto, já sabemos que o Sr. Deputado é muito bom, é muito poderoso. No entanto, perdeu as eleições.

Já agora, Sr. Deputado, eu sento-me aqui, também, com o prazer indeclinável de ter ganho o meu círculo eleitoral, o que é importante, a um todo-poderoso Governo do Partido Socialista que estava no poder, o que não é pouca coisa, derrotado pela primeira vez em 20 anos. Pronto, esta é uma pequena vaidade que eu lhe posso apresentar, que foi provocado pela sua intervenção.

Deputado Tiago Branco (PS): O senhor tem de dizer isso mais vezes!

O Orador: Não o devia ter dito porque temos coisas mais importantes para dizer.

E o que temos mais importante para dizer é que na comunicação política é importante a objetividade, é importante a verdade e é importante que se transmita claramente às pessoas a dizer ao que é que vamos.

Em primeiro lugar, a proposta do Bloco de Esquerda, vinda de um partido da oposição, é uma proposta muito válida para resolver esta questão, ponto número um.

A intervenção do Sr. Secretário das Finanças, mostrando a maior disponibilidade por parte do Governo para resolver este problema, porque para nós não interessa se são oriundos do Partido Socialista, se são oriundos do Partido Social Democrata, ...

Deputado José Ávila (PS): Agora!

O Orador: ... nós só vemos açorianos, independentemente da sua ideologia.

Nós só nos preocupamos em resolver o problema das pessoas, independentemente do grupo ideológico a que pertencem ou ao partido a que pertencem.

Mas devo dizer-lhe outra coisa: o Sr. Secretário foi bastante claro, dentro do quadro legal, de acordo com os mecanismos... Eu tenho a certeza absoluta de que V. Exa. defende exatamente a mesma coisa do que nós, porque eu também não vejo o Bloco de Esquerda a defender algo ou algum procedimento que seja ilegal e que outros trabalhadores e os sindicatos possam colocar em causa em relação aos procedimentos de entrada na função pública. Portanto, V. Exa., nesta matéria, quererá, com certeza, e estará atento, que os procedimentos que forem adotados dentro do quadro legal respeitem em absoluto o quadro legal, não é? Portanto, aí estamos de acordo. Eu tenho a certeza de que o Bloco de Esquerda não quererá dizer, nunca, aos sindicatos e aos outros trabalhadores que alguma vez defendeu que não se cumprisse a lei no âmbito desta situação ou de outras. Tenho a certeza de que partilhamos a mesma preocupação.

Sintetizando, queremos resolver o problema dentro das nossas competências, vamos fazê-lo, dentro do quadro legal e de acordo com aquilo que o Governo Regional manifestou. E para isso existe já todo o apoio político.

Vamos votar favoravelmente a sua iniciativa. Apesar de o Partido Socialista estar a tentar criar um conjunto de artifícios e de questões, a verdade é que, Sr. Deputado, temos de nos centrar. V. Exa. quer resolver o problema, nós também, o PAN também, outros partidos também. Então, vamos centrar-nos verdadeiramente nas soluções.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias, faça favor.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários, Sras. Secretárias:

Já disse isto duas vezes, mas vou dizer mais uma vez, porque, outra vez, a nossa dúvida aumenta depois da intervenção do Sr. Deputado João Bruto da Costa. A questão é muito simples, para quem nos está a ouvir, e isto não é um artifício, isto é um dado e um facto inquestionável: se esta Resolução for aprovada e se o Governo Regional tem, de facto, a disponibilidade, verdadeira e genuína, de apoiar estas pessoas e de resolver este problema, sendo esta Resolução aprovada, o Governo deve imediatamente contactar a Câmara Municipal e os despedimentos devem ser interrompidos e revertidos já.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Se assim não for, o Governo e a coligação estão a enganar estes trabalhadores, os praienses, os terceirenses e os açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Há coisas, Sr. Presidente, que ainda nos surpreendem. Eu estou estupefato com a desfaçatez (desfaçatez!) do Sr. Deputado Berto Messias e do Partido Socialista nesta matéria!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Não encontro outra palavra, é uma desfaçatez que roça a falta de vergonha!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Quem provocou isto tudo foi o Partido Socialista, com a conivência especial do Sr. Deputado Berto Messias. Estamos todos a tentar resolver, e o Sr. Deputado Berto Messias e o Partido Socialista ainda apontam o dedo a quem resolve o problema que eles provocaram.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Isto ultrapassa a desfaçatez! Isto roça a falta de vergonha, que é a isto que nos tem habituado este Partido Socialista da terra queimada, que quer acusar e vilipendiar quem resolve os problemas que eles criaram ao longo de anos e anos às açorianas e aos açorianos!

Eu não sei o que é que é preciso dizer mais aqui. O Governo já disse, já fez a intervenção, está fazendo e fará para resolver estes problemas, no quadro exatamente da proposta do Bloco de Esquerda. Isto é evidente desde a minha primeira intervenção. A partir daí, o que é que temos visto? É o Partido Socialista a tentar encontrar aqui um ruído, uma nuvem, algo que possa macular uma solução que nós estamos a criar e a promover para resolver um problema que eles criaram.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias, Partido Socialista, a desfaçatez tem limite! E a falta de vergonha já se aproxima!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

A Mesa, neste momento, não tem inscrições...

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bem, depois de todas as intervenções, eu continuo a achar que é preferível dizer às pessoas uma verdade desagradável do que mentir.

Eu, sinceramente, até que me expliquem o contrário, não vejo no quadro de contratação pública uma forma legal de arranjar aqui um instituto discriminatório de ordem positiva para resolver o problema desses trabalhadores.

E ainda bem que não existe, porque no dia em que for pela boa vontade de um Governo ou pela má vontade de um Governo em resolver o problema de alguns trabalhadores, é porque o Governo tem influência naquilo que são decisões que estão acauteladas por regulamentação, acauteladas por lei, que define o modelo de contratação pública. Ou seja, porque é que se vai estar a enganar aqui as pessoas, se na realidade essas pessoas que estão agora desempregadas ou em vias disso estarão exatamente expostas ao mesmo modelo de contratação pública de qualquer desempregado? Eu acho que pior do que não dizer a verdade é tentar enganar as pessoas. E eu acho que não se deve fazer isso.

Muito obrigado.

Deputado António Lima (*BE*): Pensava que estávamos juntos pelo povo!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, Sras. e Srs. Deputados, vamos

passar à votação deste Projeto de Resolução, que recomenda ao Governo Regional que manifeste disponibilidade para integrar na Administração Pública Regional os trabalhadores da autarquia da Praia da Vitória em processo de despedimento.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução colocado à votação foi aprovado, com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 do PAN; 1 voto contra do Deputado independente; e 1 voto de abstenção da Iniciativa Liberal.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal absteve-se nesse Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, porque ao final deste debate saímos sem garantias e sem a convicção de que este processo vai ser um processo justo, que garanta equidade e tratamento igual a todos os envolvidos.

Mas saio também com uma convicção de que com este processo se abre uma Caixa de Pandora que muito dificilmente vai ser encerrada daqui para o futuro. Sempre que uma autarquia tiver um problema, sempre que uma empresa pública tiver um problema, os Srs. Deputados vão ter de decidir internalizá-los e promover a mobilidade para a Administração Pública Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu votei contra essa iniciativa, não porque esteja contra estes funcionários, mas estou contra a forma como se abordou esse tema nesta sala, porque, à luz da lei, essas pessoas têm tanto direito que lhes seja resolvido o problema como qualquer outro desempregado da Região.

E não pode ficar aqui a imagem de que essas pessoas vão ter direito a um estatuto privilegiado, porque não terão. E ainda bem que não terão, porque um desempregado é um desempregado, venha ele de onde vier, seja de uma empresa pública, seja do próprio Estado, seja de uma empresa privada. Alguém que perde o emprego e que tem vontade de trabalhar merece exatamente as mesmas condições e as mesmas oportunidades que os demais.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, Sr. Deputado Berto Messias, faça favor.

(*) **Deputado Berto Messias** (*PS*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, Sra. Secretária Regional:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, naturalmente, votou a favor desta proposta. Saúdo, por isso, o seu proponente, a Sra. Deputada Alexandra Manes e o Bloco de Esquerda por trazerem aqui esta proposta, aliás, no seguimento também daquela que foi uma proposta tornada pública pelo STAL, o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local. E, portanto, manifestamos aqui o nosso agrado pelo facto de esta proposta ter sido aprovada.

E, portanto, tendo em conta a aprovação deste Projeto de Resolução, tendo em conta também o apoio político à Câmara da Praia, como foi aqui declarado por um dos apoiantes desta coligação, tendo em conta o apoio político aqui declarado pela coligação que apoia o Governo nesta matéria e que apoia

também a Câmara Municipal da Praia da Vitória, aquilo que no âmbito da aprovação desta Resolução se espera agora é que o Governo, estando mandatado por esta Resolução, contacte de imediato a Câmara Municipal da Praia da Vitória manifestando essa disponibilidade.

E tendo em conta o ponto 2 deste Projeto de Resolução agora aprovado, a única forma de haver o cumprimento desse ponto 2 é interromper e reverter de imediato os despedimentos que estão em curso. Só assim é que será possível cumprir o que está nesta Resolução. Não sendo assim, o Governo está a enganar os despedidos, a enganar os praienses e a enganar os terceirenses.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes para uma declaração de voto.

(*) Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não subestimando qualquer outra proposta que tenha sido feita nesta Casa, que tenha sido aprovada ou reprovada, este é um dia em que nós conseguimos passar uma lição para quem nos vê em casa, essencialmente para quem nos vê e para estes trabalhadores: perceber que, para além de tudo aquilo que é a ideologia política, das cores políticas, até da própria partidarite, existe algo que é muito mais importante e que se centra exatamente nas pessoas que precisam, que nos elegeram.

Nós estamos aqui, embora muitas vezes em grandes debates, em debates acessos, mas somos capazes de superar muitas das diferenças que temos para poder garantir aquilo que hoje conseguimos garantir aqui, que é a estabilidade na vida dessas pessoas, que há meses atravessam um grande processo de

ansiedade, de grandes problemas e de incertezas no futuro.

Da parte do Bloco de Esquerda, tenho de felicitar pelo menos a maioria que aqui se gerou para resolver esta que seria uma situação bastante complicada para aquelas pessoas e para aquele concelho que já tem uma fragilidade económico-social grande. E isso iria acentuar.

Temos de nos centrar, muitas vezes, naquelas que são as nossas primeiras funções aqui. E hoje se provou que foram essas que estiveram aqui em discussão, em debate, que são as pessoas.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM votou favoravelmente esta iniciativa do Bloco de Esquerda, porque nós não estamos de acordo que se pratique a política da terra queimada quando as pessoas afetadas veem as suas vidas muito prejudicadas.

Nós não olhámos para o lado, como fazem alguns noutros âmbitos. Quanto pior, melhor. A responsabilidade será vossa. Como nos faz, por exemplo, o Governo da República. Se não pagarem, se não conseguirem fazer a obra, mesmo que esteja em atraso, a culpa é vossa. A culpa desse processo é vossa. Nós não fazemos isso.

Deputado Berto Messias (PS): Veremos os próximos dias!

O Orador: Seria tão fácil chegar aqui, do ponto de vista político, e dizer: bem, essa situação tem um responsável, que foi quem faliu a Câmara Municipal, que foi quem contratou para uma empresa municipal, que em 2005 tinha dois funcionários, que em 2016 já tinha 26, que em 2020 já tinha 148, que em 2021 já tinha 178, em pleno ano de Covid. Portanto, que no total é uma Câmara Municipal que já tem 437 funcionários, quando uma Câmara Municipal da

mesma dimensão, como é por exemplo a Câmara Municipal da Horta, tem 250 funcionários.

Só por aqui se pode ver o processo de endividamento, o processo de contratação de funcionários, que não teve em conta a capacidade para depois pagar vencimentos e para pagar o dinheiro que se pediu emprestado.

Por isso, está aqui uma catástrofe financeira, o que aconteceu àquela Câmara. E nós podíamos ter apontado o dedo e ter dito: bom, isto é a responsabilidade daqueles senhores. Não, não o fizemos. O que nós dissemos aqui e o nosso compromisso é dentro do quadro legal, com todo o empenho político, com o cuidado de proteger as pessoas na situação em que caíram. Nós o que dizemos é: nós estamos cá para resolver os vossos problemas. E vamos fazer, dentro do quadro legal, tudo o que estiver ao nosso alcance fazer.

E eu tenho a certeza absoluta de que as pessoas afetadas e que estiveram a ouvir este debate perceberam bem quem está de boa-fé, quem tem uma visão humanista da política, mas, fundamentalmente, também, quem quer resolver os problemas, mesmo os problemas herdados dos outros. Seria tão fácil remeter as culpas. Mas não, nós vamos resolver um problema, que não é um problema do partido A nem B. Nós não olhamos assim. O que olhamos é um problema dos açorianos. Nós queremos resolver o problema de todos os açorianos e não deixamos ninguém para trás!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Mesmo tendo em conta as convicções ideológicas, partidárias, como queiram, mesmo tendo em conta o passa-culpas que aqui ouvimos, mesmo tendo em conta todas as circunstâncias, umas explicáveis, outras completamente inexplicáveis, o Chega achou por bem que havia de votar a favor desta proposta, acreditando naquilo que o Governo aqui nos veio dizer, sendo a solução melhor ou pior. Eu talvez fosse a pessoa que menos gostasse de acreditar no que diz o Governo, mas assim vamos. Isto, porquê? Porque as pessoas têm de estar em primeiro lugar, as pessoas acima de tudo, que são eles que vão sofrer na pele, e muito, as consequências disto.

Se nada disto resultar, o Chega cá estará de novo para acusar, para criticar e para até remediar se algum mal aqui fizermos. Mas que fiquem sempre em primeiro lugar as pessoas!

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto, para uma declaração de voto, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS votou favoravelmente esta proposta do Bloco de Esquerda, porque é mais uma via de solução para um grave problema que temos na Praia da Vitória, no município da Praia da Vitória, que já andamos há vários meses a tentar resolver. Já várias soluções foram implementadas, várias abordagens foram executadas e tentadas, sempre com o objetivo de tentar acautelar a situação dos trabalhadores da Cooperativa Praia Cultural. E, portanto, sendo esta mais uma forma de tentar resolver esse problema, obviamente que estamos favoráveis a esta nova abordagem.

Fui perfeitamente explícito nas intervenções que fiz, ...

Deputado Berto Messias (PS): É verdade, foi, sim, senhor! E vamos ver o que é que acontece nos próximos dias, estaremos atentos!

O Orador: ... caracterizando a situação que se vive na Praia da Vitória, a pesada herança que recebemos.

E também sobre as implicações desta solução, que não é uma solução milagrosa, que não é uma solução imediata e que vá resolver já amanhã o problema, portanto, irá fazer o seu caminho. As coisas levam tempo.

Deputado Berto Messias (PS): E o prazo de despedimentos acaba no fim deste mês!

O Orador: E, portanto, também não podemos, em consciência, contribuir para um clima de grande expectativa, que, obviamente, será defraudada. Se os trabalhadores julgarem que para a semana a solução está encontrada, isso não é da responsabilidade do CDS.

Deputado Berto Messias (PS): É, é! O CDS é Vice-Presidente da Câmara!

O Orador: Nós fomos perfeitamente explícitos que isto levará tempo a ser implementado. E, portanto, a solução aparecerá, não vai é aparecer amanhã.

Mas esta solução vai ter também outras implicações. E cá estaremos aqui ou na Assembleia Municipal para analisar todas essas implicações.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais declarações de voto. Não havendo, vamos avançar na nossa agenda.

Os pontos 14 e 15 foram retirados pelo proponente. Avançamos para o ponto 16: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 188/XII – “Recomenda ao Governo Regional um Plano de**

Habitação a Longo Prazo para os Açores”, apresentado pela Representação Parlamentar do CH.

Sr. Deputado José Pacheco, tem a palavra para justificar a urgência.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se para uns não é não, para o Chega a habitação é sim, sim, uma urgência.

E é urgente porque o que aqui nos trouxe, hoje, tal como nas anteriores ocasiões, foi a falta de compromisso deste Governo Regional, assim como dos precedentes, quanto à problemática da habitação nos Açores, que agora vemos agravada com o aumento das taxas de juro, com a escassez de oferta e consequente especulação imobiliária.

Uma falta de compromisso que estava no topo das exigências do Chega no último orçamento regional para 2023; uma falta de compromisso eleitoral por parte do PSD aquando da campanha de 2020; uma falta de compromisso para com os açorianos.

A habitação, neste momento, é só para ricos ou para subsídio-dependentes. A principal vítima desse estado de coisas é a classe média, que está completamente subjugada pelo peso dos impostos, cada vez mais empobrecida e abandonada pelo Estado e que se vê, assim, impossibilitada de ter acesso à habitação a preços compatíveis com os seus rendimentos. Não é dando tudo a todos que vamos encontrar a solução nem para a pobreza, nem para a habitação. O Chega/Açores entende que o problema da habitação nos Açores só pode ser resolvido se se criarem ferramentas concretas que permitam aos açorianos saírem deste sufoco e sejam dadas condições às famílias para poderem construir e aumentar o seu património habitacional. Ou seja, é urgente romper com esta política assistencialista e empobrecedora que esmaga a classe média.

É a favor desta classe média, que sustenta este país e estes Açores, mas que se vê abandonada à sua sorte pelo Estado, que queremos trabalhar. Os açorianos

de bem, aqueles que se levantam todos os dias da cama para trabalhar, não querem casas de borla, mas, sim, pagar a sua habitação com o seu esforço, com o fruto do seu trabalho.

Presidente: Sr. Deputado José Pacheco, permita-me que lhe... Isso é justificação da urgência. Está bem.

Faça favor.

O Orador: Coloquei alguma dúvida?

Presidente: Eu estou com dúvidas.

O Orador: Já ouvi pior. Já ouvi pior!

A classe média que trabalha e sustenta com os impostos desta Região não compreende que se tenha despejado centenas de milhões de euros em projetos fracassados, como a SATA Internacional, a ATA, cooperativas falidas e muitas empresas públicas que o PS deixou falidas e que andaram por aí a sugar o nosso dinheiro. Mas para habitação não se faz nada. Esta é a altura de dizer chega!

É urgente porque o Chega está seriamente preocupado com as verbas do PRR, que foram disponibilizadas a algumas autarquias nos Açores, que parecem que vão servir para colocar habitações no mercado a preços acessíveis ou apenas servirão para enriquecer alguns empreiteiros e para medidas assistencialistas e eleitoralistas ou para dar casas aos mesmos de sempre.

O Chega quer medidas concretas que promovam a habitação e não a subsidiopendência para favorecer os mesmos de sempre.

Assim, o Chega entende ser urgente a criação de um plano de habitação que contemple, segundo a nossa visão, o combate ao despovoamento, o aumento da disponibilidade de terrenos para habitação, apoio à construção, reabilitação urbana para fins residenciais, apoio ao crédito bancário, arrendamento com opção de compra ou soluções para o edificado público devoluto.

Pelo exposto, deixamos à consideração deste Parlamento a aprovação desta urgência.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM não concorda com o contexto que foi descrito em relação à proposta por parte do Chega.

Deputado José San Bento (PS): Para tudo!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Eu não acho que a classe média tenha sido abandonada nos Açores, muito pelo contrário, a partir do momento em que tiveram, pela primeira vez, também acesso à redução dos impostos que foi feita na Região Autónoma dos Açores e não foi feita no resto do país. É urgência, mas eu não concordo com o contexto.

Poderia aqui referenciar muitos outros pontos, mas, com certeza, também não quero sair do que define o Regimento no âmbito deste momento que estamos a discutir. Por isso, dou apenas este exemplo, só para se mostrar até que ponto este exemplo é falacioso.

Mas também, sendo a questão urgente, a forma como está a ser proposta, a resolução da mesma nunca será urgente, porque não aprovaríamos, nem hoje, nem amanhã, nem depois, nem nunca, uma proposta com estas características. Por isso, sendo o problema urgente, as soluções apresentadas não são urgentes, não são adequadas, porque nós nunca, mas nunca o PPM estará disponível para reduzir a Reserva Agrícola da Região Autónoma dos Açores. Nunca! Até porque quem criou a Reserva Agrícola foi este partido que tenho o orgulho de representar, a partir do momento em que estive e integrou, através do seu Ministro Gonçalo Ribeiro Telles, a AD e criou a Reserva Agrícola Nacional. E também nunca estaremos disponíveis para reduzir a Reserva Ecológica nos

Açores, porque também está no património deste partido do PPM a criação da Reserva Ecológica. É isso que tem permitido preservar ambientalmente os Açores e é isso que vai permitir preservar esta terra para as gerações que nos vão suceder.

Posso apresentar um outro conjunto de discordâncias profundas em relação à proposta que nos é apresentada por parte do Chega, mas em nome do património ideológico que este partido que eu represento tem na Região Autónoma dos Açores e tem no conjunto do país, o PPM, em nenhuma circunstância, apoiará a redução da Reserva Agrícola ou da Reserva Ecológica.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições no âmbito da urgência.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Relativamente à urgência desta iniciativa que o Chega nos traz aqui, e dando a mesma latitude daquela que foi a justificação da urgência por parte do Chega, dizer que o Grupo Parlamentar do CDS não concorda, não vai votar favoravelmente esta urgência. Primeiro, porque, exatamente como a designação da própria iniciativa, que se trata de um plano de habitação a longo prazo, não nos parece que seja aceitável que justifiquemos esta iniciativa agora, em duas horas. E, como tal, como a própria iniciativa refere, trata-se de uma estratégia a longo prazo, e, por isso, parece-nos que nos devemos debruçar com tempo e ouvir quem assim entendermos relativamente a esta matéria, por forma a fazer uma abordagem séria, equilibrada daquilo que é proposto por parte desta iniciativa e também porque é uma iniciativa bastante pormenorizada e devemos também ouvir outros intervenientes, nomeadamente a questão dos municípios,

uma vez que temos aqui diversas matérias que são da área municipal. Por isso, parece-nos que é de todo pertinente que esta iniciativa desça à Comissão.

Também, relativamente à urgência, pelo facto deste Governo ter abandonado a classe média, com isso não podemos concordar, de todo, porque se há governo que tem apoiado a classe média, tem sido este Governo, desde a redução de impostos, que abrange todos os açorianos e que alguns partidos não concordavam, mas este Governo implementou. As creches gratuitas, que abrange todos os açorianos.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: A questão do apoio ao Nascer +, que abrange todos os açorianos, inclusive a classe média,...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... e parece-nos que a afirmação do Sr. Deputado José Pacheco quanto ao abandono da classe média, não nos parece que seja verdade, para além de que, na questão da habitação, também não há falta de compromisso, antes pelo contrário. Existem inúmeros investimentos que já estão em fase de construção, outros em fase de adjudicação, outros já estão com os projetos concluídos, em todas as ilhas, como são os Foros do Solmar, em Vila Franca, o Trás-Os-Mosteiros, na Ribeira Grande, o Bairro Nossa Senhora de Fátima, na ilha Terceira. E, portanto, há uma série de investimentos que têm decorrido. Queríamos nós que, com um estalar de dedos, as casas surgissem construídas, queríamos nós que assim fosse.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Por isso, nós sabemos as dificuldades que têm surgido no setor da construção e, como é natural, se nós e todos açorianos se deparam com esses constrangimentos na área da construção, não é o Governo que consegue ultrapassar e que não sente esses constrangimentos na área da construção, mas muito trabalho tem sido feito.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Portanto, vir aqui dizer que é urgente, que o Governo abandonou a classe média e a área da habitação, isso não é verdade e não consideramos que essa seja a realidade da nossa Região...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... e entendemos que esta iniciativa deve baixar à Comissão, para que possamos todos fazer uma análise a esta iniciativa, com calma e, portanto, também ouvindo o Governo, ouvindo quem é de interesse desta matéria, como são os municípios, e parece-nos que é de todo pertinente que baixe à Comissão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Aperta com o Pacheco!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu vou ser solidário consigo e vou justificar o meu voto nessa urgência.

Foi a sua latitude que, depois, permitiu os abusos subsequentes.

A Iniciativa Liberal vai votar contra a urgência deste diploma, única e simplesmente, porque entendemos que este assunto, apesar dos pontos resolutivos que o Chega aqui nos traz serem todos eles pertinentes, este projeto de resolução carece de ser mais estudado, mais bem estudado. Há aqui muitas entidades envolvidas que não vão poder ser ouvidas nestas próximas duas horas, mesmo estando aqui alguns autarcas representados, alguns autarcas derrotados, outros vencedores...

(*Risos*)

... e isto para aqui não interessa.

Mas abusando, só um bocadinho, da latitude de Vossa Excelência, eu diria que a Iniciativa Liberal, ao nível nacional, com apoio da Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal dos Açores, já apresentou soluções, 11 soluções para resolver o problema da habitação em Portugal, que é, tão só, aquele problema que mais preocupa os portugueses, neste momento, e que está no top das suas preocupações: 95 % dos portugueses responderam “habitação” quando lhes puseram à frente um microfone, um telefone a perguntar, num estudo de opinião, o que é que mais os preocupava. Ou seja, mais do que a falta de pão, mais do que a falta de emprego, preocupa aos portugueses a falta de habitação.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN vota favoravelmente esta urgência porque é mesmo urgente, é pertinente e, usando as palavras do Sr. Deputado Nuno Barata, é urgente, é como do pão à boca, aquilo que os portugueses e aquilo que os açorianos necessitam mais e, mais ainda, e já dito também pelo PAN, em setembro, a classe média não está a ser vista da mesma forma que outras classes que nós temos dentro dos Açores, relativamente à habitação. A classe média está a perder poder de compra; a classe média não está a conseguir aguentar as suas casas, os seus créditos devido às taxas de juro, e, sem dúvida alguma, que nós precisamos de medidas concretas, mas urgentes, relativamente a uma resposta governamental, a uma resposta da Região Autónoma dos Açores relativamente

a isto.

(Aparte inaudível da Câmara)

O Orador: Eu estou a falar de medidas concretas para a habitação, não estou a dizer que concordo, não estou a falar do diploma, estou a falar que concordo em discutir o diploma. São coisas completamente diferentes.

E esta situação é bastante urgente e não podemos estar a arrecadar e a atrasar cada vez mais, por isso votamos a favor.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Ana Luís, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Sr. Deputado José Pacheco, com todo o respeito que lhe tenho e por admirar que na democracia o mais valioso que existe é a liberdade de expressão, permita-me dizer-lhe que não podíamos estar mais afastados, em termos ideológicos e até de postura parlamentar, e não me revejo minimamente no argumentário que utilizou para justificar a urgência e a problemática. Mas concordo consigo numa coisa.

Este é, de facto, um assunto urgente, e, tal como diz no preâmbulo da sua iniciativa, é um problema que, não sendo novo, agudizou-se nos últimos anos, não só pela transferência de habitações do mercado habitacional para o mercado afeto ao turismo, é transversal a todas as ilhas, impede a emancipação dos jovens e até o regresso dos nossos jovens às suas ilhas, é um obstáculo a uma vida digna das nossas famílias, impede também a possibilidade de vários profissionais, que vêm para os Açores trabalhar, que aqui encontrem uma habitação. Aliás, já este ano letivo, alguns professores não puderam aceitar os lugares em que ficaram colocados porque não tinham uma casa que pudessem

arrendar, e por isso mesmo entendemos que, por ser urgente esta matéria, a atuação do Governo na mesma não tem sido eficaz nem tem apresentado soluções, porque os recursos são muitos, os maiores de sempre disponíveis para os Açores, e devem ser canalizados para aquelas que são as respostas eficazes para as famílias e para as empresas, e preocupa-nos que esta seja a área de intervenção governamental que continua a ter as menores taxas de execução, seja ao nível do plano regional anual de investimentos, seja ao nível do PRR. E é urgente porque o Governo escuda-se um pouco na questão das dificuldades, encontra sempre alguém que lhe impede de concretizar os seus objetivos, mas o problema da habitação não se resolve apenas com a construção de empreendimentos e com a construção de novas moradias. Há uma série de outras soluções. Por exemplo, responder de forma mais rápida àquelas pessoas que fazem requerimentos para apoio à habitação degradada ou apenas pequenas reparações em habitação, que é da própria Região e que estão pessoas à espera há mais de ano e meio para que lhe ponham, por exemplo, um mosaico na sala de estar.

Portanto, isto tudo são respostas que dignificam as famílias açorianas e para as quais o Governo tem sido incapaz de dar resposta. E também porque este é um assunto urgente, o Partido Socialista tem vindo a apresentar, ao longo dos últimos tempos, inúmeras soluções alternativas e medidas, seja ao nível do apoio aos juros do crédito à habitação...

Deputado Gustavo Alves (PPM): A construção está ao rubro!

A Oradora: ... ou até, mais recentemente, à proposta que foi aqui rejeitada e agora adotada pelo Governo na alteração à medida CREDITHAB, seja o apoio e a reformulação do Programa Famílias com Futuro, seja o apoio às famílias com filhos a estudar fora da sua ilha de residência. Ou seja, uma série de medidas, de sugestões de aportes que os partidos que apoiam este Governo insistem em ignorar para poderem continuar a dizer que o problema não se

resolve.

Mas, mesmo assim, e sendo urgente, Sr. Deputado José Pacheco, entendemos que a iniciativa aqui apresentada não pode ser debatida em pouco mais de duas horas neste Plenário.

Deputado José Pacheco (CH): Eu mesmo não estava à espera de vocês!

A Oradora: Tem de ser um debate com responsabilidades, tem de ser um debate que ouça, porque é um plano que se prevê de longo prazo, portanto, o senhor aqui não apresenta uma medida concreta e imediata. É um plano de longo prazo, porque é um plano transversal que não tenta solucionar apenas a questão da habitação, mas que também prevê medidas ao nível de outras valências sociais, porque é necessário ouvir as entidades envolvidas, logo, à partida, as próprias autarquias e os departamentos governamentais, que também entendemos que têm uma palavra a dizer. Porque, mesmo esta iniciativa sendo apenas um projeto de resolução, e queremos acreditar que, ao contrário de muitas outras aqui aprovadas e que não estão a ser cumpridas pelo Governo, esta, exatamente pela importância que tem e pela sua urgência, a ser aprovada, o Governo irá implementar este plano, mas, como disse, integra uma série de medidas e propostas que exigem, na opinião do Partido Socialista, um debate mais profundo, uma reflexão de todos aqueles que integram a Comissão Especializada Permanente que se irá debruçar sobre este assunto, e, por isso, parece-nos que não está em condições de ver aprovada a urgência.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este pedido de urgência com dispensa de exame em Comissão encerra, em si mesmo, uma contradição, e é por aí que começo, porque o projeto de resolução apresentado pela Representação Parlamentar do Chega pretende, no seu conteúdo, desenvolver e elaborar um conjunto de medidas, a longo prazo, e, como é evidente, sendo medidas a longo prazo, não faria sentido discutirmos essas medidas com carácter de urgência e dispensa de exame em Comissão, hoje, em duas ou três horas de debate, no máximo. Esta é a contradição inicial na proposta, porque tem, efetivamente,...

Deputado José Pacheco (CH): Olhe que não!

O Orador: ... sem fazer juízos sobre o conteúdo da proposta, com a qual discordamos em grande parte, mas não está aqui em questão, mas elas não poderiam sequer ser implementadas rapidamente e exigem, como é óbvio, um conjunto de audições e até de reflexões sobre setores que nada têm a ver com a habitação diretamente, com a agricultura, por exemplo. Ou seja, estamos a falar de questões que vão muito para além do problema em concreto da habitação, muito menos de problemas concretos da habitação que se possa ou sobre possíveis soluções que pudessem ser implementadas de forma rápida. E estamos a falar de questões, obviamente, a longo prazo, como o próprio proponente reconhece.

Mas, como é evidente, a questão da habitação é um problema central, é talvez dos problemas ou o problema maior pelo qual passam a maior parte das famílias, neste momento, que é transversal à maior parte das famílias e, efetivamente, com o aumento de custos que se sente, seja nos créditos à habitação, seja no arrendamento, seja pela escassez de habitação disponível, levam a uma dificuldade imensa, neste setor, para a maioria das pessoas.

E, efetivamente, são necessárias soluções, são necessárias medidas urgentes e são necessárias medidas de médio e longo prazo. Nas medidas urgentes, nós assistimos, com muita preocupação, à inação do Governo. O Governo tem nas

suas mãos instrumentos que pode, no imediato, implementar, melhorar e alterar e aumentar os apoios ao arrendamento, que não são atualizados há vários anos, por exemplo, o Governo pode limitar a conversão de habitações para comércio, ou seja, alojamento local para um serviço.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Governo não pode falar na urgência. Pelo menos respeite o debate parlamentar!

O Orador: Isso são medidas imediatas que se poderiam implementar, mas que se fica pela propaganda, anunciando investimentos de um valor do PRR que nós já conhecemos há três anos, pelo menos, e que é uma parcela, uma pequena parcela daquele valor que está disponível, por exemplo, para uma autarquia como Ponta Delgada ou até como Angra do Heroísmo, que tem um valor semelhante, o que diz bem da reduzida ambição e do reduzido investimento que o Governo tem feito e pretende fazer na habitação.

Ora, esta proposta e este pedido de urgência que o Chega nos traz não resolvem, não procuram sequer resolver nenhum problema imediato, nenhum problema que para o qual tenha soluções que possam ser implementadas amanhã, daqui a um mês, daqui a dois, e pretende fazer um plano a longo prazo. Esse plano a longo prazo, naturalmente, terá de ser analisado e debatido em Comissão e, eventualmente, chegará cá a este Parlamento novamente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições no âmbito do pedido de urgência.

(Pausa)

Vamos, então, votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência foi rejeitado com 24 votos contra do PS, 20 do PSD, três do CDS-PP, dois do BE, dois do PPM e um...

(Burburinho na sala)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estamos no anúncio do resultado da votação!

Secretário: ... voto a favor do Chega, um do PAN e um do Deputado Independente.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Furtado, para uma declaração de voto, é isso? Faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado (IND):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na impossibilidade de manifestar regimentalmente antes da votação, faço aqui a minha justificação de voto relativamente à votação desta iniciativa.

No decorrer desta legislatura, muitas vezes, já falei sobre a habitação e tenho de reconhecer que, por parte do Governo Regional, não tenho sido ouvido.

Ainda na discussão do Plano e Orçamento do passado ano, alertei para a parca dotação, por exemplo, a nível de autoconstrução, que, na altura creio, eram apenas 200 mil euros.

Já, durante este ano, propus um debate sobre a habitação, debate de urgência sobre a habitação, tenho, atualmente, uma iniciativa de DLR sobre a habitação, nesta Casa, estou a trabalhar noutra, mas, como preciso de apoio jurídico para a mesma, ainda não foi apresentada, e eu entendo que todas as iniciativas que versem sobre a habitação devem ser avaliadas e decididas o quanto mais rápido possível.

Não concordo com 80 % ou mais daquilo que são os pontos resolutivos da iniciativa aqui, agora, analisada, porque, para já, a iniciativa em si divide-se basicamente em dois elementos: uma quantidade de situações que já existem, mas que, se calhar, por desconhecimento do Sr. Deputado do Chega, como não sabe que elas existem, propõe-nas em pontos resolutivos; e uma outra parte de pontos resolutivos que são barbaridades que não podem ser obviamente levadas a sério, como a suspensão de planos diretores municipais por tempos indeterminados, a suspensão de reservas agrícolas regionais, a suspensão de reservas ambientais, ónus de inalienabilidade por 30 anos, e coisas deste género, que são coisas que, num Estado democrático, seguramente não podem acontecer.

Mas, mesmo assim, eu entendo que, neste momento, a discussão desta iniciativa seria importante, porque o proponente, no debate, poderia ter oportunidade de retirar todos aqueles elementos que estragam a iniciativa e poderíamos ter aqui mais um projeto de resolução que seria mais um elemento de pressão sobre o Governo, no sentido de ajudar a resolver os problemas da habitação.

Tenho pena que tenha descido à Comissão; essa descida à Comissão, no meu entender, não vai fazer nada que não pudesse ser feito e discutido de forma séria, objetiva e prática, no resto de tarde que nos permitiria discutir essa iniciativa. Mas as senhoras e os senhores deputados entenderam baixar à Comissão iniciativa. Cada um saberá de si.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais declarações de voto.

Não existindo, tendo sido reprovada a urgência, a iniciativa baixará à Comissão competente.

Avançamos para o ponto 18: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 189/XII – “Pelo recrutamento e**

dotação mínima de assistentes operacionais nas escolas”. É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A instabilidade que vivem as escolas, a instabilidade do nosso sistema educativo, muito associados à falta de recursos humanos e, em particular, à falta de assistentes operacionais, é, do nosso ponto de vista, um argumento forte para que, nesta Assembleia, se debata sobre o que aqui é proposto. Obrigado.

Presidente: Muito obrigado pela justificação da urgência.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos, então, votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para apresentar a iniciativa, tem, de novo, a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A crescente carência de assistentes operacionais nas escolas da nossa Região é uma realidade indesmentível.

O ano letivo iniciou-se com enormes problemas também neste domínio, pondo, efetivamente, todo um funcionamento de cada uma das nossas unidades orgânicas escolares em causa. Diríamos que todas as unidades orgânicas escolares estão verdadeiramente necessitadas destes trabalhadores, variando esta necessidade num espectro entre o não conseguir-se abrir portas a um novo dia de aulas e o não conseguir-se assegurar, por exemplo, o eventual

acompanhamento a determinado aluno na qualidade de recursos humanos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão.

Com a publicação do Estatuto do Pessoal de Ação Educativa do Sistema Educativo Regional procurou-se garantir a definição atempada de critérios e procedimentos que fornecessem, quer às unidades orgânicas, quer ao pessoal de ação educativa, a estabilidade exigida e devida.

Cumprida, então, a publicação deste importante diploma devidamente reformulado, nada mais aconteceu. O Governo Regional dos Açores não mais demonstrou qualquer vontade em trazer à prática do dia a dia a sua real execução, considerando-se incontornável a sua ação na regulamentação da bolsa de ilha de assistentes operacionais, bem como na regulamentação do conjunto de critérios, fixados em termos apenas genéricos pelo próprio Estatuto, e a respetiva fórmula de cálculo para a determinação da dotação mínima de referência de assistentes operacionais por unidade orgânica do Sistema Educativo Regional.

Lamentavelmente, não tem sido esta a prática governativa, mas, sim, a de fazer crer, a cada uma das entidades escolares, que o número de assistentes operacionais efetivamente se encontra dentro dos rácios previstos, quando, na verdade, não terá qualquer suporte regulamentar a que possa recorrer para o confirmar.

Na verdade, o que se verifica, iniciado que está o ano letivo 2023-24, e decorridos seis meses após a publicação do Estatuto do Pessoal de Ação Educativa, é que o Governo Regional se encontra em incumprimento do legislado, com consequências demasiado impactantes na atividade e no ambiente socioeducativo do Sistema Educativo Regional. Tal situação não podia, não devia, não pode e não deve acontecer.

Importa, pois, que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional dos Açores que regule, no prazo de 30

dias, o processo de recrutamento de assistentes operacionais para uma bolsa de ilha e regulamente, ainda, igualmente com carácter de urgência, e no prazo de 30 dias, os critérios e respetiva fórmula de cálculo para a determinação da dotação mínima de referência de assistentes operacionais por unidade orgânica do Sistema Educativo Regional.

Muito grato.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

(Neste momento, o Deputado Marco Costa foi substituído no lugar de Secretário da Mesa pelo Deputado Carlos Freitas)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais.

(*) Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que faça um pequeno e breve enquadramento relativamente à questão legislativa e normativa referente ao pessoal de ação educativa, porque ela é importante também para se poder perceber, em concreto, o ponto de situação em que estamos e a nossa dinâmica de ação.

Passados cerca de 16 anos sem qualquer alteração, na Região, ao Estatuto do Pessoal de Ação Educativa, foi o Bloco de Esquerda até que apresentou um projeto de decreto legislativo regional com uma alteração muito cirúrgica, no artigo quinto, para se reverem os critérios e as normas para aferir a dotação mínima de referência do pessoal de ação educativa nas nossas escolas.

Essa proposta do Bloco acolheu o parecer favorável e a votação favorável dos partidos que suportam o Governo e, após a sua publicação, ela foi devolvida pelo Sr. Representante da República, uma vez que havia questões de colisão com regras de admissão na administração pública que, entretanto, tinham sido alteradas a nível nacional o que obrigava à revisão à revisão desse mesmo diploma.

Aquando dessa discussão, nós comprometemo-nos a fazer também a revisão e a nova regulamentação desse mesmo normativo, e assim fizemos. Por isso, em 2022, fizemos publicar o Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2022/A, de 26 de abril, que define claramente quais são as normas de admissão de pessoal de ação educativa, nomeadamente assistentes operacionais, nas nossas escolas, cumprindo, aliás, com aquela que tinha sido a proposta do Bloco de Esquerda e aprovada nesta Casa. Aliás, regulamentação que foi alvo de negociações com as associações representativas do pessoal de ação educativa, dos funcionários da administração pública, embora não fosse matéria necessariamente obrigatória, e assim o fizemos.

Em paralelo, e como tinha caído o diploma, proposta do Bloco de Esquerda, o Governo dos Açores apresentou uma proposta de revisão do Estatuto do Pessoal de Ação Educativa, que, apresentando uma revisão mais lata e com o cumprimento das normas de admissão da administração pública, cumpriu (esse foi um ponto de honra que, na altura, nós firmamos na negociação com os sindicatos) na íntegra com a proposta que havia sido aprovada, nesta Casa, uns meses antes. E por isso é que tivemos, entretanto, o diploma, o Decreto Legislativo Regional n.º 14/2023/A, que aqui está em apreciação e que foi aprovado e publicado a 14 de abril.

Propõe-nos, nesta proposta de resolução do Partido Socialista, que façamos duas coisas, salvo erro: que façamos, por um lado, uma regulamentação para a criação de uma bolsa de recrutamento por ilha; e que, por outro lado, também

façamos uma nova regulamentação das questões e das condições mínimas de admissão do pessoal de ação educativa nas nossas escolas.

Ora, há três semanas, mais precisamente no dia 28 de setembro (isto para precisar o momento público em que foi expressa a posição do Governo), eu tive oportunidade de, num programa e num debate na RTP-Açores, ter expressado claramente que nós estamos a trabalhar num modelo de integração e de criação de uma bolsa de ilha...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

A Oradora: (É só verem, Sras. e Srs. Deputados, o que é que lá está nesse programa.)

... que estamos a trabalhar na criação dessa bolsa de ilha, que não é um processo fácil porque tem a ver com normas de integração na administração pública, bolsa essa que, para além de integrar situações e de criação de concursos, tem de ser sempre por concurso para que a integração em quadro, depois, também permite acolher situações para dar resposta às ocasiões de necessidades transitórias. Este é um trabalho que nós estamos a fazer. Foi por mim anunciado publicamente várias vezes, acabei de vos dar um exemplo de uma data precisa em que isso tinha acontecido, e esperamos, no prazo de 30 dias, ter essa regulamentação concluída.

Em segundo lugar, no que respeita às normas regulamentares de integração do pessoal de ação educativa, ela também será feita, mas, neste momento, o enquadramento existe, em termos de procedimento, através das normas que haviam sido criadas em 2022. Portanto, não há prejuízo as nossas escolas porque foi, de facto, enquadrado um quadro diferenciado de colocação do pessoal de ação educativa, ao abrigo de todo aquele discriminativo de critérios que constam do artigo quinto do Decreto Legislativo Regional n.º 14/2023/A, e

que já constam do Decreto Regulamentar de 2022 que, há bocadinho, fiz referência.

Portanto, gostaria de deixar expresso: um, o trabalho que o Governo está a fazer; em segundo lugar que não a instabilidade nas nossas escolas decorrente disso; terceiro, um reconhecimento do Governo que é importante a criação de uma bolsa para recrutamento nas situações transitórias e que não é possível acautelarmos e antevermos com antecedência, por essa mesma via, que este não é um processo simples e que está, neste momento, a ser tratado, em que esperamos ter concluído no prazo dos 30 dias, que até corresponde à proposta das senhoras e dos senhores deputados do Partido Socialista.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

A Mesa não tem inscrições.

(Pausa)

Podemos passar à votação.

Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista traz um projeto de resolução que recomenda a regulamentação de algo que está efetivamente previsto no mais recente Estatuto do Pessoal de Ação Educativa, aprovado nesta Casa, que, como é óbvio, essa regulamentação está prevista e é necessário que ela seja regulamentada.

Em primeiro lugar, sobre este assunto, em geral, dizer que ele tem sido, e sobre, principalmente, a questão do funcionamento das escolas, do pessoal de ação educativa, recorrente nesta legislatura. Não é que não fossem em legislaturas passadas, mas, nesta, já perdi a conta do número de vezes, do número de iniciativas e do número de debates em que se abordou este assunto, e, nesta semana, também no âmbito do debate de urgência promovido pelo Bloco de Esquerda sobre serviços públicos, este assunto, nós levantamos e outros partidos também, o que é um sinal de que, efetivamente, este assunto tem merecido, da parte das comunidades educativas, uma atenção muito especial, porque o Governo está a falhar nesta área. Já o dissemos e continuamos a dizer: há falhas graves nas escolas e não é por capricho dos partidos da oposição que o assunto chega aqui, porque ninguém acredita que esta matéria venha a debate porque não temos outros assuntos para trazer; efetivamente, as preocupações, as queixas, os alertas sobre este assunto são mais do que muitas. E é necessário, não só, exigir respostas e ação por parte do Governo, que é quem tem de os resolver, executando e implementando as medidas que são necessárias nesta área, mas também até com propostas legislativas ou recomendações, como aqui está em causa.

Ora, as escolas têm, efetivamente, inúmeros problemas nesta área, em várias carreiras, em várias categorias profissionais, sejam técnicos superiores, psicólogos, terapeutas da fala, mas aquela onde tem sido mais evidente pela seu impacto no funcionamento mais básico das escolas, ou seja, na abertura da própria escola, no seu funcionamento, ao nível da segurança dos alunos, garantindo que todo o resto funciona, que os professores e os restantes técnicos possam exercer as suas funções e os alunos tenham espaços onde aprender com tranquilidade, com segurança e da melhor forma, os assistentes operacionais são absolutamente fundamentais, e o problema que aqui está subjacente é, em grande medida, esse, e a questão da bolsa de recrutamento está, naturalmente,

ligada a isso. Ou seja, existir essa bolsa de recrutamento permite ou permitiria, se ela já existisse, que, por um lado, a substituição de trabalhadores que estão ausentes ao serviço por um período prolongado por baixa médica, por exemplo, seja feita de forma célere e seja feita de uma forma que, para nós, é fundamental, que é com um vínculo laboral em funções públicas como deve ser, seja a termo certo, por tempo indeterminado, a termo resolutivo, certo ou incerto, como se diz na Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas. Ele tem de existir, e a solução que o Governo tem adotado, e continua a adotar e que tem dito que é transitoriamente, que é recorrer a programas ocupacionais, não é a solução correta, não é a solução que deve ser aceite, é a solução que já foi implementada no passado, que já se percebeu que não é a solução correta. É injusta para quem trabalha, não garante estabilidade às escolas, e que, efetivamente, depois, não tem a exequibilidade, cria um problema às escolas e, acima de tudo, cria um problema aos trabalhadores, porque, como se sabe, a precariedade não é boa para ninguém, mas, acima de tudo, não é boa para quem é precário, para quem é trabalhador precário, que perde anos da sua vida sem ter esses anos reconhecidos como carreira.

Mas, sobre esta matéria da bolsa de recrutamento, gostaria de dizer o seguinte.

Eu não compreendo a dificuldade em implementar essa bolsa de recrutamento.

O mecanismo de reserva de recrutamento, como existe na Lei do Trabalho Funções Públicas, existe há muitos anos, não é preciso regulamentar, não deveria ser, sequer, preciso necessariamente regulamentar de novo. Podemos adaptar às escolas, a uma realidade específica. Tudo bem, aceito. Mas não compreendemos a dificuldade em fazer e a demora em o fazer, porque este mecanismo, basta aprender com outros exemplos onde já é feito, é amplamente utilizado no resto do país. As reservas de recrutamento são amplamente utilizadas no resto do país. Até nos Açores já foram. Há exemplos disso. Posso, se for necessário, distribuir à Câmara exemplos de concursos, não para escolas,

mas para centros de saúde, por exemplo, em que existem reservas de recrutamento, em que todos os trabalhadores que concorrem a uma determinada vaga ou vagas aceitam essas condições, ficando em reserva de recrutamento. Podem ser selecionados, por exemplo, dois, mas os restantes, em caso de necessidade ou caso de desistência de algum deles ou em caso de necessidade de colocação de um trabalhador, por via de uma baixa médica, podem ser rapidamente chamados e questionados se aceitam aquela vaga. Nada disto é engenharia espacial e está completamente regulado na Lei do Trabalho em Funções Públicas, é implementado em inúmeros serviços em todo o país, só nos Açores é que é muito difícil. Tenho dificuldade em compreender essa dificuldade.

Se é necessário regulamentar e adaptar com maior pormenor à realidade das escolas esta questão, admito que sim, mas não compreendemos, de modo algum, a demora em executar esta medida. Aliás, só se justifica por um motivo: é que é mais fácil colocar assistentes operacionais ao abrigo dos programas ocupacionais. Isso é fácil de fazer, é adotar a solução que vinha do passado. Eu ouço o Governo sempre a criticar o passado, mas, nesta matéria, adota a solução do passado, e, sinceramente, o Bloco de Esquerda não compreende nem aceita. E continuamos a afirmar que essa não pode ser a solução.

(Neste momento, o Deputado Marco Costa retomou o seu lugar de Secretário da Mesa)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Berto Messias (PS): Política do humanismo.

O Orador: Com os apartes, estão a falar do humanismo, que é essencial. As tomadas de posição civilizadas, nesta Câmara, sem insultos, são essenciais. É algo que eu nunca irei desistir ao longo da minha vida parlamentar, é que a discussão seja feita sempre com argumentos.

Eu, às vezes, acho que quando alguma oposição entra, ao fundo, naquela porta, tem ali um sistema qualquer de teletransporte, sim, muito semelhante ao da série *Caminho das Estrelas*, que os transporta para uma realidade alternativa. Eu sinto, muitas vezes, que não estamos, às vezes, no mesmo período histórico e não estamos a falar das mesmas coisas e das mesmas realidades. É o que eu sinto. Porque falar do caos das escolas, dos protestos dos professores, da instabilidade tremenda do sistema educativo, isto é aqui, nos Açores? Ou isto é na República, onde governa o Partido Socialista, que tem o sistema educativo, há vários anos,...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... completamente destabilizado e com uma enorme contestação por parte de funcionários, de não docentes, de docentes. Isto não é aqui, é na República.

Por isso eu convido-vos também a ligarem e a colocarem e a verem o telejornal na RTP/Açores. Vejam a RTP/Açores! Desliguem, às vezes, aqueles canais nacionais, como a SIC e a TVI, mostram-vos aquilo que está a acontecer nas escolas nacionais, mas não é isso que está a acontecer nas nossas escolas. Não é aqui que está a acontecer; aqui, o que está a acontecer é um reforço e uma integração no quadro docente como nunca sucedeu anteriormente. Em apenas três anos, mais de cinco centenas de professores integrados no quadro. É um esforço colossal foi que feito por este Governo, com um aumento da despesa, no âmbito no sistema educativo, enormíssima, mas que foi assumida politicamente por parte deste Governo, porque, para nós, a educação é uma paixão e é uma prioridade.

Por isso, o que eu vos quero dizer, nesta matéria, é quando se faz um esforço enorme de integrar funcionários não docentes, na ordem de mais de três centenas também nos quadros, isto é um esforço muito significativo e um corte com o passado recente, em que, nós, o que tínhamos eram necessidades permanentes que estavam a ter resposta por parte de funcionários contratados ao abrigo de programas ocupacionais.

E essa é que era a realidade, que não tinham formação, que tinham um conjunto de direitos limitado, que, no fundo, era uma exploração dessas pessoas, que significava, nesta matéria, comprometer muito do futuro profissional destes funcionários que ocupavam, repito, funções permanentes. Portanto, o que temos vindo a fazer é um esforço tremendo no âmbito do nosso sistema educativo. E fazendo justiça, também, uma justiça histórica (eu não me canso de repetir!) aos educadores de infância e aos professores do primeiro ciclo que, pela primeira vez, no nosso país, e que, pela primeira vez, nas suas carreiras profissionais, têm, finalmente, direito a usufruir dos mesmos horários dos professores dos restantes ciclos, do segundo ciclo, do terceiro ciclo e do ensino secundário. Uma reforma de enorme importância, o que dizer também da reforma do Estatuto.

Portanto, há um conjunto de medidas que explicam porque é que aqui, nos Açores, é diferente.

Bem, muita gente pode não ver a RTP/Açores, mas o Sr. Deputado Rodolfo Franca vê. E, portanto, viu a Sra. Secretária anunciar a medida que ele, hoje, anuncia aqui. E, por isso, este é o momento em que há duas realidades que coincidem finalmente, em que o Partido Socialista concorda com o esforço que está a ser feito por parte do Governo, da medida que foi anunciada por parte do Governo e que a Sra. Secretária diz que estará feita dentro de um mês.

Ora, o Partido Socialista quer a mesma coisa, quer fazer e quer essa medida concretizada dentro de um mês. Portanto, há aqui uma coincidência, uma

confluência de vontades. Vossas Excelências caminharam no nosso sentido, naquilo que estava planificado. É pena que, durante tantos anos, durante 24 anos, esse esforço, essa corrida não tenha acontecido, que tenha andado mais devagar, ou mesmo que tenha ficado parado durante tanto tempo. Mas seja como for, é sempre bom que os senhores nos acompanhem nos nossos propósitos. E a mesma coisa em relação ao segundo ponto resolutivo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor não tem consciência do que diz!

O Orador: Por isso, meus senhores, quero aqui anunciar algo que é importante: é que, Sr. Deputado Rodolfo Franca, Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, sim, o Grupo Parlamentar do PPM votará ao lado do Partido Socialista nesta matéria, porque Vossas Excelências propõem fazer o que se está a fazer, propõem fazer o que o Governo já anunciou que vai fazer.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Rodolfo Franca, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membro do Governo:

Sra. Secretária, o que se constata, então, é que o erro terá sido o de não plasmarmos também no Estatuto do Pessoal de Ação Educativa o tal prazo de 30 dias para cumprir a regulamentação que lá vem. Chegámos a essa conclusão porque, efetivamente, a partir do momento em que apresentamos um projeto de resolução que pede os tais 30 dias, tudo vai acontecer e nada aconteceu desde o dia 14 de abril. Não houve tempo.

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*):

Isso mostra bem as vossas intenções!

O Orador: Sra. Secretária, vai-me desculpar, mas apresentar num programa televisivo, no dia 28 de setembro, que vai fazer aquilo que está regulamentado desde o dia 14 de abril, não me parece que seja um ritmo adequado à Secretaria Regional da Educação e Assuntos Culturais. As escolas, Sra. Secretária, parece-me que vão num ritmo muito mais elevado do que o da Secretaria Regional de Educação.

E, portanto, Sra. Secretária, seria bom rever isso, porque aquilo que é para ser legislado ou aquilo que é legislado em abril, naturalmente, teria, neste caso, toda a lógica de vir a ser aplicado no ano letivo seguinte, e, pelos vistos, Sra. Secretária, não é assim que a Secretaria Regional da Educação vê as coisas.

Sra. Secretária, há dois dias, este Grupo Parlamentar fez-lhe, a si, Sra. Secretária, estas mesmas duas perguntas, e a Sra. Secretária terá entendido mal, certamente, e respondeu que estavam publicadas as portarias e toda a legislação em relação a isto. Fomos ver, mas, naturalmente, era o que eu já suspeitava. A Sra. Secretária fazia referência às portarias ou à regulamentação dos bolseiros ocupacionais. Portanto, a nossa intenção foi fazer exatamente o que fizemos aqui.

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*):

O senhor fez-me duas perguntas!

O Orador: Mas, Sra. Secretária, respondeu de uma forma que, no fundo, acabou a fazer-nos compreender o que é que pensa a Secretaria Regional da Educação no que toca a este problema. E porquê? Porque a Sra. Secretária apresentou números dos bolseiros ocupacionais, ou seja, os encarregados de educação que vão às escolas auxiliar os seus próprios filhos quando estes necessitam e estão enquadrados nessa regulamentação, disse-nos, facultou uns números, com alguma alegria, que tinham aumentado, o número de bolseiros

ocupacionais. Ora, do nosso ponto de vista, Sra. Secretária, isso é de lamentar, porque, por aumentar o número de bolseiros ocupacionais, não significa que tudo esteja a funcionar melhor; o que significa é que faltam profissionais nas escolas para fazer aquilo que os encarregados de educação têm de ir fazer às escolas, Sra. Secretária.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Sra. Secretária foi buscar um histórico do Estatuto para fazer uma vez mais o bonito. Pois, queria ainda dizer-lhe que o Estatuto do Pessoal de Ação Educativa vem um pouco atrás do Bloco de Esquerda, do PS,...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): 16 anos!

O Orador: ... que fizeram uma força imensa, avançaram com documentos, avançaram com conversações, e, então, aí a Sra. Secretária e o Governo Regional também avançaram para o Estatuto.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): 16 anos!

O Orador: Não tiveram, digamos assim, outro remédio, porque politicamente ia ficar muito mal não o fazer, naturalmente. E dentro do Estatuto, nós batemos o pé por algumas coisas, e essas coisas, algumas conseguimos que fossem aprovadas nessa Assembleia, como, por exemplo, a centralidade do processo, como, por exemplo, as tais bolsas de ilha dos assistentes operacionais, que o Governo não queria, mas depois passou a querer, e também o plasmar os critérios de recrutamento dos assistentes operacionais exatamente no Estatuto, e porquê? E porquê?

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):

Era a proposta do Bloco!

O Orador: Não é da forma que lá está, genérica, é da forma que a Sra. Secretária quis encaminhar para um decreto regulamentar regional, o que nós

não queríamos. Porquê? Porque sabíamos que o que ia acontecer, Sra. Secretário, é exatamente o que está a acontecer,...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque, se lá estivessem já os critérios que nós propusemos, que poderiam, eventualmente, ser alterados pela decisão desta Assembleia, naturalmente, nada disto estaria a acontecer, tudo estaria regulado e tudo estaria a funcionar sem os problemas que a Sra. Secretária diz encontrar ao fim de seis meses.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: E, portanto, Sra. Secretária, uma vez mais, parece-me que o que sai desta Casa deve ser cumprido, Sra. Secretária, e deve ser cumprido com seriedade e num arregaçar de mangas...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E é! Trabalha-se muito a sério aqui, Sr. Deputado!

O Orador: ... para se trabalhar a sério, porque é o Governo Regional dos Açores que consegue levar o que a legislação que saiu desta Casa propôs que se fizesse.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aquilo que, hoje, se está aqui a passar é a discussão de um projeto de resolução para obrigar o Governo a fazer aquilo que já devia ter feito, ou seja, a

regulamentação de um diploma que foi aqui aprovado em março e publicado em abril subsequente (14 de abril deste ano).

Ora, este é, salvo melhor memória, o nono projeto de resolução com o mesmo intuito. Não com o mesmo intuito de resolver este problema dos assistentes operacionais, mas com o intuito de fazer o Governo cumprir aquilo que já devia ter cumprido. Há um do PAN, há um do PSD, há um do CDS-PP, há um do PSD, PPM e CDS-PP, há um da Iniciativa Liberal, dois do Chega e, agora com estes, dois do Partido Socialista.

Ora, isto poderia ser só chicana parlamentar, mas não é. Isto é chamar a atenção do Governo que, de facto, não tem olhado para a legislação que sai deste Parlamento, o mesmo Governo que enaltece, tantas vezes, a centralidade do Parlamento, para a regulamentação obrigatória e a aplicação da legislação que daqui sai.

E eu, até por respeito à ausência do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, nem vou falar (já falando!) da instalação do IVVA, que era uma coisa extremamente importante e urgente. Onde é que está a instalação do IVVA? *Nobody knows!*

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *The trouble I've seen!*

O Orador: Mas...

Deputado José Pacheco (CH): *Nobody cares!*

O Orador: ... indo diretamente a esta questão que nos traz esta resolução, eu diria que há na generalidade daquilo que aqui foi dito até agora uma manifesta falta de conhecimento real da situação em que se encontram as nossas escolas. Faltam assistentes para as manter abertas, não é preciso mais do que isso. Há escolas em que basta faltar um funcionário por doença, por um atestado, por uma emergência, e a escola tem de fechar. Há cada vez mais necessidades educativas especiais que condicionam o trabalho desses mesmos assistentes operacionais. E mesmo nos casos em que os assistentes técnicos concorrem

para a carreira abaixo, porque a valorização da carreira, face às exigências, não justifica o esforço, as lacunas não são colmatadas. Bem, isto com exceção de uma escola, a Mouzinho da Silveira, mas eu não vou dizer onde é que ela fica.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Délia Melo, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membro do Governo:

A discussão vai longa, a semana vai longa. Nós já falamos, esta semana, aqui, sobre o pessoal de ação educativa, sobre os assistentes operacionais, muito foi dito, mas o que é facto é que o Grupo Parlamentar do PSD acompanha aquelas que são as recomendações do Partido Socialista, mas não pode aceitar aquilo que foi o argumentário utilizado e as críticas infundadas feitas a este Governo Regional.

E porquê? Ora, vem o Partido Socialista, no alto da sua moralidade, dizer que foi aprovado no Parlamento um decreto legislativo regional e a partir daí nada foi feito. Ora, o Governo não ficou de braços cruzados. Mais uma vez, parece que, para o Partido Socialista, as coisas só funcionam quando há um papel escrito. De facto, é preciso regulamentar, sim, senhor, há uma regulamentação já feita, no passado. Eu não vejo qual é a piada, porque o que é facto é que os funcionários ou os assistentes operacionais estão nas escolas cumprindo os rácios calculados com base nos critérios que lá estavam,...

Deputado José Ávila (PS): Isso não é verdade!

A Oradora: ... nos critérios que já tinham sido alterados em 2022. Portanto, tudo isto já está a ser feito, não é por faltar este decreto regulamentar regional que não está a ser feito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, o Partido Socialista esteve 16 anos sem alterar os rácios, agora, o Governo que não apresentou o DRR em seis meses, vai acabar o mundo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Dezasseis anos! Dezasseis anos sem mudar os rácios, e agora seis meses “cai o Carmo e a Trindade”.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: Ora, portanto é falso aquilo que o Partido Socialista vem aqui dizer, é falso que diga que o Governo não está a trabalhar, quando foi dito publicamente que a questão da bolsa de ilha está a ser tratada. Isto é um processo complexo, não se faz de um dia para outro. Há de aparecer, porque já houve esse compromisso. Aliás, o Partido Socialista vem sempre a reboque. O Partido Socialista ouviu que era intenção deste Governo fazer as alterações, antecipou-se e veio apresentar, não é?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Claro! Como a senhora disse, a *semana vai longa!*

(Burburinho geral)

A Oradora: Ou seja, sabe das intenções, nunca fez, mas, assim que ouve falar, cá vem o Partido Socialista como o salvador...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

... com as soluções para tudo aquilo que não conseguiu solucionar enquanto esteve no Governo.

Portanto, senhores, não venham, por favor, dar lições de moral, porque o trabalho está, efetivamente, a ser feito, e os critérios estão, efetivamente, a ser cumpridos. Portanto, senhores, sejam mais práticos e menos burocráticos. Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

A Mesa não tem inscrições.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista apresenta-nos agora, aqui, esta recomendação com dois pontos resolutivos, levantando a questão dos assistentes operacionais, os assistentes de ação educativa.

O enquadramento de todo este processo já foi feito pela Sra. Secretária. Efetivamente, desde 2006 que o Governo anterior não tinha feito qualquer alteração ao Estatuto do Pessoal de Ação Educativa, foi este o Governo que o fez. E, daquilo também que já que já foi dito e daquilo que tem sido dito no âmbito do debate, dizer que, efetivamente, existiu aqui uma mudança de paradigma em relação àquilo que era a realidade na educação. E, por mais que o Partido Socialista queira desmerecer, a verdade é que em tão pouco tempo tem-se feito muito na área da educação.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Deram-se passos que, há muito tempo, eram desejados nomeadamente pela classe docente, pelas próprias escolas, e esses passos têm sido dados e muito trabalho tem sido feito em tão pouco tempo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Relativamente aos assistentes operacionais, e até mesmo aquando do debate do Estatuto do Pessoal de Ação Educativa, a verdade é que existiu a preocupação também por parte dos partidos da coligação em apresentar propostas ao diploma, efetivamente, até no que concerne à questão da idade dos assistentes operacionais, no nível do grau de deficiência e, como tal, os assistentes operacionais afetos às escolas. Por isso, também, não podemos aceitar aquilo que fazem parecer crer que é os partidos da coligação não querem saber de assistentes operacionais e não reconhecem que há necessidade nas escolas, e, portanto, queremos é as crianças abandonadas nas escolas, porque não queremos saber os assistentes operacionais, e isso não é verdade.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: E quando vamos visitar as próprias escolas, o que nos deparamos é que, efetivamente, a maior dificuldade que se sente quanto a esta matéria é resolver a questão das faltas pontuais, das baixas de curta duração, que são situações que estão sempre a surgir em todas as escolas e para as quais é preciso melhorar essa resposta. E é esse o trabalho que o Governo está a fazer e é esse o cerne da questão quanto aos assistentes operacionais. Porque a verdade é que... E nesse sentido, até, como também já foi dito, a própria Secretária, no programa da RTP/Açores, que é um programa público, assumiu isso mesmo, que o

Governo estava a trabalhar no sentido de operacionalizar a bolsa de ilha, que, efetivamente, assim como a nossa proposta, que apresentámos nesta Casa aquando da discussão do diploma, parece-nos que é uma boa medida para ultrapassar esta questão. Aliás, se fosse tudo, se os problemas das escolas fossem tão fáceis de resolver, certamente, depois de um governo de tantos anos no poder, não teríamos nenhum problema. E a diferença que nos afasta é que entendemos que não podíamos continuar a resolver os problemas da escola com base na precariedade que existia nas próprias escolas, que isso não era o caminho e que não deveríamos fazer nesse sentido. Por isso é que existiu esta mudança, que realmente é verdade que existe este constrangimento naquilo que são faltas pontuais, que são baixas de curta duração, que, efetivamente, é necessário ultrapassar.

É nesse sentido que o Governo está a trabalhar, é nesse sentido que a Sr. Secretária já veio a público assim fazer, como fez, ainda hoje, no início deste debate. Queríamos nós que todas as situações fossem fáceis de resolver e operacionalizar; não é assim, mas tem existido um esforço muito grande por parte deste Governo em melhorar o nosso sistema de educação, e isso, sem dúvida, é reconhecido por todos.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputado Berto Messias (PS): É, é!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Luís. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias Regionais, Sr. Secretário Regional:

Este assunto que nos traz aqui, hoje, o Partido Socialista é comum a muitas áreas de governação. Nós estamos perante um Governo que não está próximo das pessoas, que não as ouve,...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Não apoiado!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ... com falta de planeamento, com falta de capacidade em antecipar os problemas e incompetente na sua ação política.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Podíamos falar da agricultura, da falta de pagamentos aos agricultores, insistentemente...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é o discurso lá de fora, do João Castro!

A Oradora: Sr. Deputado João Bruto da Costa, eu estou apenas a dar alguns exemplos, Sr. Presidente, para chegar à conclusão de que, na educação, como em outras áreas de ação governativa, este é um Governo que não resolve os problemas às pessoas. Poderia também falar das pescas, também das faltas de pagamento aos pescadores, da construção e da preparação de zonas marinhas protegidas nas costas daqueles que, efetivamente, fazem do mar os seu sustento, do agravamento do déficit, do aumento da dívida, aumento da dívida este muito à custa da falta de pagamento aos empresários, não só de fundos que estão em falta, como também da dívida comercial, da incapacidade na execução, desde logo, no plano Regional Anual de Investimentos e também, mais uma vez, vemos que, por exemplo, a competitividade empresarial é uma das áreas da governação com menor taxa de execução, ou na execução dos fundos europeus, ou no PRR, que, embora tendo algumas melhorias, ainda temos algumas medidas em risco.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, já vamos em taxas de execução!

A Oradora: E poderia falar na acessibilidade à saúde, na falta de habitação, que já, hoje, debatemos, mas vamos falar da questão da educação.

E tudo aquilo que eu referi, falta de proximidade, falta de auscultação, falta de planeamento e previsibilidade, pode-se assistir ao que aconteceu no início deste ano letivo. Fez-se a revisão do preço das refeições escolares, conforme está definido no decreto legislativo regional, mas não se aplicou os 25% de desconto que esta Casa aprovou. Foi preciso o Partido Socialista vir, mais uma vez, alertar para este problema...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é falso!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Não é falso! E o senhor sabe que não é falso, porque o Partido Socialista, quando se dirigiu a uma das escolas da nossa Região, para saber como é que tinha sido o início do ano letivo, nessa data, e já estávamos em outubro, este desconto adicional não tinha sido aplicado, para já não falar que tivemos um ano letivo sem o mesmo.

Mas também podia falar dos bolseiros ocupacionais, que a Sra. Secretária sabe muito bem que resolveu o problema, resolveu, mas já depois do ano letivo ter começado, porque era preciso haver regulamentação, que também não existia.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: Aliás, problema que se aplica também aos assistentes operacionais. E podemos falar dos manuais digitais. E eu estou aqui a criticar, e eu quero que fique bem claro que não são críticas que só o Partido Socialista as aponta a esta governação. Nós estamos aqui a dar voz a muitas das críticas que

foram feitas pelos sindicatos, pelas associações e pelos próprios pais e encarregados de educação.

A Sra. Secretária Regional sabe que, por exemplo, no caso dos manuais digitais, a própria FAPA alertou que muitos dos problemas que tinham acontecido o ano passado voltaram a repetir-se este ano, mas porquê? Ainda no primeiro ano podemos dar de barato, no segundo já não faz sentido! Para além de que não se está a cumprir mais uma resolução aprovada por esta Assembleia no que toca aos manuais escolares e a aplicação das licenças ao nível do ensino profissional.

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):

Também não é verdade!

A Oradora: Mas vamos falar dos recursos humanos, que é o assunto em particular que trazemos aqui.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Ao fim de quatro minutos!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não sei se o Sr. Presidente já reparou! Foram quatro minutos!

A Oradora: No que toca à questão dos assistentes operacionais, Sra. Secretária Regional, é certo que o DLR não tinha uma data para a regulamentação, e quando o Partido Socialista entendeu que os critérios para a afetação de assistentes operacionais deviam ficar em DLR, era precisamente porque já sabíamos que ia iniciar o ano letivo e a regulamentação não estava feita, e a regulamentação (estou só a falar ao nível dos critérios da sua afetação) nada tem a ver com questões de legislação, nem de que é preciso estudar o modelo. Simplesmente o início do ano letivo para si não era motivo suficiente para regulamentar, quando já se sabia que este era um problema que, já o ano passado, tinha afetado as escolas. Qual foi a solução? Olha, uma solução que, por exemplo, o PSD discorda totalmente, porque a Sra. Secretária não vai dizer que foi no início do ano letivo que se apercebeu que faltavam 200 assistentes operacionais, porque estavam de baixa médica! Como é que foi preciso

substituí-los? Com recurso aos programas ocupacionais, que, aliás, o Sr. Deputado Joaquim Machado dizia que nunca mais ia acontecer, mas, pelos vistos, vai ser recorrente e não é agora que vai acabar.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quer falar disso?!

A Oradora: No que toca à bolsa, eu também gostaria de relembrar aqui uma questão.

Este diploma, portanto, o DLR para os assistentes operacionais entrou nesta Assembleia a 5 de agosto de 2022, portanto, foi aprovado no Plenário a 7 de março e publicado a 14 de abril. No entanto, a sua audição foi em dezembro de 2022, e, já em dezembro, a Sra. Secretária dizia que a questão da bolsa, que estava plasmada no DLR que o Partido Socialista já tinha dado entrada nesta Casa, dizia que este assunto já tinha sido, aliás, abordado com as associações sindicais. Portanto, pelo menos até ao dia 5 de dezembro, este assunto já tinha sido pensado por si, e vai-me dizer que até ao dia 28 de setembro de 2023 não houve tempo para definir o modelo e aplicar a legislação a esta situação?! Sra. Secretária Regional, pode dizer as vezes que quiser que não teve tempo, mas nós não conseguimos acreditar.

A questão que está aqui em cima da mesa, Sra. Secretária, Sras. e Srs. Deputados, é que para todos estes problemas, alguns criados por vós, outros fruto de circunstâncias atuais,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Nenhum causado pelo PS!

Deputado Carlos Freitas (PSD): O PS está ilibado!

A Oradora: ... muitos outros que não são de agora, a verdade é que para este Governo e para os partidos que o suportam a culpa ou é do Partido Socialista, ou é do Governo da República, ou é das pessoas que meteram baixa, ou é dos empreiteiros que apresentam preços exorbitantes, ou, ou, ou. Nunca é vossa responsabilidade! Mas eu digo-vos uma coisa: trabalhar diferente, fazer pelos

nossos próprios meios e através das nossas prerrogativas autonómicas tem um nome, é a autonomia regional. E é isto que os senhores não conseguem fazer.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: É muito mais fácil sacudir a água do capote, dizer que a culpa é dos outros e fechar-se no seu casulo e não olhar para a realidade.

Uma região melhor, mais competente, mais capacitada é aquilo para o qual nós todos devíamos trabalhar para conseguir cumprir com este desiderato. Mas não é isto que vemos neste Governo: um Governo que não está próximo, um Governo que não ouve as pessoas,...

Deputada Nídia Inácio (PSD): Mentira! O Governo está próximo!

A Oradora: ... um Governo que não prevê, um Governo que não planeia e que é incompetente na sua ação política. É um Governo que não serve os Açores nem os açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membro do Governo:

A atuação do Governo tem a ver com as circunstâncias da Região e a projeção no futuro. E digo isto porque vou fazer referência às circunstâncias em que

estávamos e a uma aprendizagem que entendemos fazer também nas negociações sindicais com o passado.

Há bocadinho fiz referência a um decreto legislativo regional que não era revista há 16 anos...

Deputada Ana Luís (PS): Ninguém está a dizer o contrário. Mas porque é que a senhora não fez?!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: ... e que tinha normas muito genéricas relativamente aos critérios para dotação de assistentes operacionais nas nossas escolas e que entendeu o Governo da altura (desde 2006, portanto, foram vários desde lá até agora!) poder fazer a sua regulamentação porque era, de facto, uma forma célere de poder trabalhar o processo.

Ora, não faz sentido algum estarem a dizer-nos que, naquela altura, era uma regulamentação que podia ser feita, os senhores podiam tê-la feito em 16 anos, nunca o fizeram e, agora, que nós estamos a fazer a regulamentação, é que estão a dizer “Não! Não é por uma regulamentação, é por um decreto legislativo regional!”. Isto é um erro! É um erro que nós não queremos cometer.

Deputada Ana Luís (PS): E porque é que a senhora não fez?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: É que se nós tivéssemos aplicado o rácio que estava definido desde 2006, nós, à data do ano passado (e agora se revíssemos ainda era pior), tínhamos apenas de dotação em quadros 589 assistentes operacionais nas nossas escolas, e foi precisamente para que que isso não acontecesse que nós fizemos a revisão do rácio com reforço em quadro de 25 %. Digam qual é o sistema

educativo do país, público e privado, que faz um reforço de quadros de pessoal em 25 %!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Que já lá estavam!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Não estava, Sra. Deputada; estavam 1300 e nós fizemos um reforço. Temos, hoje, 1648 nas nossas escolas (1648 as nossas escolas!).

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não foi isso que fez, já lá estavam!

A Oradora: Eventualmente seria, e o Sr. Deputado Rodolfo Franco ainda tentou justificar isso, a evidência é porque colocamos mais, ou seja, provavelmente não queriam rever o decreto regulamentar regional que fixava nos 589, porque, eventualmente, se definissem mais, então estavam a reconhecer, nas suas palavras, Sr. Deputado, que alguma coisa não estaria bem no Sistema Educativo Regional. Pois, nós não temos problema nenhum em fazer um reforço do quadro, mesmo que seja esse o vosso argumento, porque é para bem das nossas escolas.

O Sr. Deputado também diz: “Bem, podíamos ter posto os 30 dias. Quando legislamos, podíamos ter definido [disse o Sr. Deputado] podíamos ter definido a data de 30 dias”. Ora, isso também evidencia que o objetivo não é termos mais estabilidade, mas, de alguma forma, fazer implementar um mecanismo que seja inexecutável para que, depois, os senhores possam apontar o dedo ao Governo. Desde quando é que um decreto regulamentar depois pode ser revisto e aplicado em 30 dias, em especial com o ano letivo que nós tivemos, Sras. e Srs. Deputados?

Este diploma foi negociado, foi falado com os sindicatos, que nos abordaram uma série de questões, não é um diploma fácil. Tem estrutura diferente, consoante as ilhas, porque nós temos ilhas com um quadro único de escola, temos ilhas com vários quadros de escola, temos concursos a decorrer há vários anos, em que os trabalhadores concorrem, embora fiquem colocados num quadro de ilha, àquela escola e vai ter de ter, para podermos ter esta bolsa, repercussões diferentes consoante as ilhas, sejam de lugar único, com escolas de lugar único, ou com várias escolas.

Deputada Ana Luís (PS): Eu não disse que era fácil. Eu disse é que não é preciso tanto tempo!

A Oradora: Mais! O que é que acontece numa ilha que num ano seja de quadro único e não tenha a necessidade de quadros? Então, a gente não lhes cria um concurso para uma bolsa? Isso são questões que são complexas e que estão a ser revistas e analisadas em grande articulação com as Finanças, nomeadamente com a administração pública.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

E, portanto, o diploma, reconheço, é um diploma complexo e difícil, mas mais, Sras. e Srs. Deputados. Este foi um ano absolutamente atípico. Sabem quantos decretos legislativos regionais nós implementamos este ano de 2023 na área da educação? Quatro! E não foram brincadeiras; foi o Estatuto do Pessoal de Ação Educativa, foi o Regime Jurídico da Criação da Autonomia e Gestão das Unidades Orgânicas, foi a Educação Inclusiva e o Estatuto do Pessoal Docente. Todos eles implicaram um grande trabalho com as nossas escolas, que não se faz em seis meses e até se fez o lançamento do ano escolar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: E isto para justificar, Sr. Deputado António Lima, que, ao contrário do que os senhores estão aqui a fazer passar, de que o Governo nada teve e que não teve em atenção a regulamentação e a implementação dos diplomas que foram aprovados nesta Casa, estes quatro decretos legislativos regionais e a grande reforma estrutural que nós fizemos no Sistema Educativo Regional, com implementação em setembro de 2023, exigiram um aturado trabalho dos elementos da Secretaria Regional de Educação e dos Assuntos Culturais, mormente da Direção Regional da Educação e da Administração Educativa e de todas as nossas unidades orgânicas. E, portanto, esse trabalho foi feito e eu tenho muito orgulho desse trabalho.

Deputado Paulo Estevão (PPM) e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Parecendo não haver, vamos votar este projeto de resolução: Pelo recrutamento e dotação mínima de assistentes operacionais nas escolas. É o Projeto de Resolução n.º 189/XII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de resolução n.º 189/XII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Pergunto se há inscrições para declarações de voto.

Não havendo, a Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de outubro.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de deliberação final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Estão encerrados os nossos trabalhos.

Muito boa tarde a todos, bom regresso.

Eram 17 horas e 18 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira Cabeceiras

Rui Miguel Oliveira Martins

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Documentos entrados

1 - Projetos de Lei:

Assunto: N.º 953/XV (PS) – Combate ao Desperdício Alimentar - Audição n.º 224/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 – 10 – 18

Comissão: Economia

Data-limite de Parecer: 2023 – 11 – 07.

Assunto: N.º 954/XV (PCP) – Elimina as desigualdades na atribuição do suplemento de fixação ao pessoal do Corpo da Guarda Prisional em funções nas regiões autónomas (4.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2014, de 9 de janeiro) - Audição n.º 225/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 – 10 – 18

Comissão: Política Geral

Data-limite de Parecer: 2023 – 11 – 07.

2 - Projeto de Proposta de Lei:

Assunto: Que autoriza o Governo a definir as condições para a prestação do serviço de televisão digital terrestre – PCM (MI) – (Reg. PL 228/XXIII/2023) - Audição n.º 151/XII - GR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 – 10 – 19

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data-limite de Parecer: 2023 – 11 – 07.

3 - Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Que transpõe diversas Diretivas da União Europeia relativas à utilização de chumbo, à propagação de plantas ornamentais e de fruteiras e à utilização de substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos MAAC/MAA (Reg. DL 132/XXIII/2023) - Audição n.º 152/XII GR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 – 10 – 19

Comissão: Economia

Data-limite de Parecer: 2023 – 10 – 24.

4 - Projetos de Resolução:

N.º 186/XII: <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjR186.pdf>

Assunto: Recomenda ao Governo Regional que manifeste disponibilidade para integrar na administração pública regional os trabalhadores da autarquia da Praia da Vitória em processo de despedimento

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2023 – 10 – 17

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 187/XII: <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjR187.pdf>

Assunto: Recomenda ao Governo Regional a atribuição de passe gratuito a todos os alunos independentemente da área geográfica

Proveniência: CH

Data de Entrada: 2023 – 10 – 17

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 188/XII: <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjR188.pdf>

Assunto: Recomenda ao Governo Regional um Plano de Habitação a Longo Prazo para os Açores

Proveniência: CH

Data de Entrada: 2023 – 10 – 18

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 189/XII: <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjR189.pdf>

Assunto: Pelo recrutamento e dotação mínima de assistentes operacionais nas escolas

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2023 – 10 – 18

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

5 - Requerimentos:

Assunto: Funcionamento dos pavilhões desportivos das escolas em horário pós-letivo

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2023 – 10 – 17

Referência: 54.09.00

N.º 753/XII: http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIireque753.pdf

Assunto: Assistentes operacionais e assistentes técnicos em exercício de funções nas unidades orgânicas do Sistema Educativo Regional Público 2023

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2023 – 10 – 17

Referência: 54.06.00

N.º 754/XII: http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque754.pdf

Assunto: Técnicos superiores no Sistema Educativo Regional Público 2023

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2023 – 10 – 17

Referência: 54.06.00

N.º 755/XII: http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque755.pdf

Assunto: Apoios à Habitação

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2023 – 10 – 17

Referência: 54.06.00

N.º 756/XII: http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque756.pdf

Assunto: Professores contratados a termo resolutivo de 2020 a 2023 no Sistema Educativo Regional Público

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2023 – 10 – 17

Referência: 54.06.00

N.º 757/XII: http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque757.pdf

6 - Respostas a Requerimentos:

Assunto: Falta de transparência na informação disponível no Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 10 – 10

Referência: 54.02.00

N.º 717/XII: http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp717.pdf

Assunto: Processo de atribuição de montantes por reposição do equilíbrio financeiro da SATA deve ser claro e público

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 10 – 17

Referência: 54.02.00

N.º 711/XII: http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp711.pdf

7 - Informações:

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 186/XII (BE) - Recomenda ao Governo Regional que manifeste disponibilidade para integrar na administração pública regional os trabalhadores da autarquia da Praia da Vitória em processo de despedimento

Proveniência: António Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2023 – 10 – 17;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de urgência e dispensa de exame em

Comissão do Projeto de Resolução n.º 187/XII (CH) - Recomenda ao Governo Regional a atribuição de passe gratuito a todos os alunos independentemente da área geográfica

Proveniência: José Pacheco, Representação Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2023 – 10 – 17;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 188/XII (CH) - Recomenda ao Governo Regional um Plano de Habitação a Longo Prazo para os Açores

Proveniência: José Pacheco, Representação Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2023 – 10 – 18;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 189/XII (PS) - Pelo recrutamento e dotação mínima de assistentes operacionais nas escolas

Proveniência: Vasco Alves Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2023 – 10 – 18;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para apreciação e emissão de parecer do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 96/XII (PS/PAN) – Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004/A, de 13 de maio, que adapta à Região Autónoma dos Açores os Decretos-Lei n.ºs 550/99, de 15 de dezembro e 554/99, de 16 de dezembro, que, respetivamente, estabelecem o regime jurídico da atividade de inspeção técnica de veículos a motor e seus reboques e o regime jurídico das inspeções técnicas de automóveis ligeiros, pesados e reboques, até ao dia 31 de outubro de 2023

Proveniência: José Manuel Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 10 – 19;

Assunto: Comunicação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de retirada do Projeto de Resolução n.º 187/XII (CH) - Recomenda ao Governo Regional a atribuição de passe gratuito a todos os alunos independentemente da área geográfica

Proveniência: José Pacheco, Representação Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2023 – 10 – 19;

8 - Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 115 e 119.

Transcrição efetuada pelo Setor de Redação.